

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO**

EVANDRA CRISTINA GONÇALVES MOREIRA

**“NOS NU TEM K SERTA, TI SERTA”: POLÍTICAS PÚBLICAS E
SUAS RELAÇÕES COM GÊNERO EM CABO VERDE NA ERA
DAS BARRAGENS**

SÃO LEOPOLDO, RS

2018

EVANDRA CRISTINA GONÇALVES MOREIRA

**“NOS NU TEM K SERTA, TI SERTA”:
POLÍTICAS PÚBLICAS E
SUAS RELAÇÕES COM GÊNERO EM CABO VERDE NA ERA
DAS BARRAGENS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, pelo programa de Pós-Graduação em Ciências sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob a orientação da Professora Doutora Miriam Steffen Vieira e coorientação do Professor Doutor José Carlos Gomes dos Anjos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SÃO LEOPOLDO, RS

2018

M838n Moreira, Evandra Cristina Gonçalves.
 “Nos nu tem k sarta, ti sarta”: políticas públicas e suas relações
 com gênero em Cabo Verde na era das barragens/Evandra Cristina
 Gonçalves Moreira. – 2018.
 114f.: il.; 30 cm.

 Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos
 Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São
 Leopoldo, 2018.

 “Orientadora: Prof^a. Dr^a. Miriam Steffen Vieira; coorientação:
 Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos.”

 1. Políticas públicas. 2. Desenvolvimento rural. 3. Barragem
 Figueira Gorda – Cabo Verde. 4. Gênero. 5. Perspetiva
 Decolonial.I. Título.

CDU 304

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Bruna Sant’Anna – CRB 10/2360)

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO

Autora: Evandra Cristina Gonçalves Moreira

Orientadora: Profa Dra. Miriam Steffen Vieira (UNISINOS)

Coorientador: Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos (UFRGS)

A Banca Examinadora foi composta pelos membros abaixo:

Profa. Dra. Miriam Steffen Vieira

Instituição: Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. José Carlos Gomes do Anjos

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Monika Dowbor

Instituição: Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Profa. Dra. Carolina dos Anjos de Borba

Instituição: Universidade Federal do Paraná

São Leopoldo, RS, Fevereiro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Dissertação finalizada! Ela deixou para atrás um processo curto de “ser estrangeira”, porém de longas histórias, emoções, dúvidas e acima de tudo aprendizados. Escrever esta dissertação foi uma tarefa curiosa, por vezes solitária, porém só foi possível graças a infinidade de pessoas que aventuraram comigo nessa viagem transatlântica. Ainda que nela apareça apenas o meu nome como autoria, com certeza ela é fruto de “muitas autorias”, que vai desde a construção do projeto, as sugestões de leitura, as correções escritas, apoios com recursos financeiros e logísticas e até mesmo as palavras amigas de diferentes pessoas. Por acreditarem e não desistirem de mim, registro aqui a minha gratidão às pessoas e instituições.

À minha mãe (Maria) que sempre confiou em mim e tudo fez para que eu tivesse esta oportunidade, muitas vezes abrindo mão das próprias prioridades. E também ao meu pai (João) e os meus irmãos: Cosme, David, Jaelsa, Eunice e Ailton, pelo apoio de sempre e pela confiança em mim depositada e pela certeza de sempre poder contar com a vossa companhia, de longe ou de perto. E por fim, as minhas 3Ds, Diany, Darisia e Djelissa, pelas palavras mais lindas de saudades e de AMOR.

Agradecimento especial à professora, orientadora, Miriam Vieira, que foi também mãe, amiga em todos os momentos. Agradeço desde o incentivo na candidatura à bolsa e pelo acolhimento no Brasil, pela generosidade, paciência e parceria para a realização deste trabalho. Pelos ensinamentos durante o período de estágio à docência e por ser uma orientadora presente. Foi uma honra conhecer a mulher que és, intelectual engajada com a causa feminista. Levarei essas trocas, como uma das bagagens mais preciosas da minha formação acadêmica. O mundo e a academia serão maravilhosos enquanto houver pessoas como tu. Obrigada!

Agradecimento especial ao professor José Carlos Gomes do Anjos, pela amizade, pelas leituras, pelas provocações que guiaram o meu caminho para a elaboração desta dissertação e partilhas de conhecimentos, em todos os momentos desta caminhada. Obrigada!

Agradecimento especial à Monika Dowbor pela leitura e sugestões que possibilitaram a consolidação deste trabalho. Obrigada por me fazer ver as políticas públicas com outros olhos, através das suas aulas, que foram incríveis. Obrigada por ser esse ser humano/ professora que faz toda a diferença na academia.

Agradeço também o professor Adilson Semedo pela carta de recomendação e pelos apoios de sempre, mesmo estando do outro lado do atlântico.

Agradeço o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no âmbito do Programa de Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), o qual possibilitou trilhar esta etapa na minha vida.

Agradecimento à UNISINOS e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais pelo acolhimento e oportunidade de fazer parte desta história, que, com exigências intelectuais, me fizeram enxergar com mais clareza a complexidade do mundo. E, aos colegas que partilhamos angústias e vitórias: Kelen, Damaris, Maira, Simone, Thaís, Núbia, Júlio, Patrícia, Jean e Keli.

Agradecimento especial a minha família no Brasil: a família Vieira - Dona Dulce, Sr. José, Rose, Tales, pelas conversas, partilha, ensinamentos e convivência. Foram meu porto seguro. Que Deus vos conceda toda a graça do mundo. E a ti Tales, ainda construiremos a nossa Igreja! Vos Amo!

Um agradecimento especial a Aline, pela sua generosidade e pela amiga que és.

As minhas queridas Carol e Sah pela interculturalidade, passeios, festas e muitas aventuras memoráveis. Só um livro para escrever a nossa história! Graças a vocês pude conhecer muita gente querida, que orgulhosamente chamo de pessoas amigas: Erick, Beta, Maninha, Thiaguinho, Kinho, Sabrina e Júlia. Sou muito grata por me mostrarem a diversidade do Brasil. Encontraremos em Cabo Verde também.

Agradeço a minha querida Maira e o Gabriel, pelas nossas discussões e troca de experiências, sempre mostrando o outro lado da história do Brasil. Grata pelos passeios, jantares e todos os momentos. Continuem esse casal incrível. Valeu!

Aos meus amigos do continente que conheci no Sul e que levarei para sempre: Mário, Júlio, Flugêncio e Anselmo. Grata pelas horas de conversas, partilhando angústias e aprendizados, que me fizeram acreditar não estar nas nuvens.

E de forma especial agradeço o time de basquete feminino da UNISINOS, por me proporcionar as outras vivências na academia, pelas amizades e medalha, que guardarei com carinho, para eternidade. Valeu Matheus em representação do time!

E voltando para Cabo Verde, agradeço à Câmara Municipal de Santa Cruz, pelos dados e conversas, que foram cruciais para o trabalho final.

Um agradecimento mais do que especial para M, A1, pois foi o fio condutor deste trabalho e a todas as pessoas que gentilmente compartilharam suas experiências pessoais durante a pesquisa. Obrigada!

RESUMO

Este trabalho verifica como gênero se relaciona com os enunciados de políticas públicas de desenvolvimento rural, por meio da implantação de barragens, em Cabo Verde. Considera que as questões envolvendo as relações de gênero, assim como as relacionadas à modernização da agricultura, têm impulsionado a criação de políticas públicas e uma variedade de programas e atividades que estão sendo incluídas dentro dessas duas rubricas. Para uma análise destas políticas, esta dissertação está amparada em um estudo de caso -- Barragem de Figueira Gorda, no Concelho de Santa Cruz, na Ilha de Santiago, no período de janeiro a abril de 2017, desde uma abordagem etnográfica. Primeiramente, foram sistematizados e analisados os planos/programas que têm relação com o setor da agricultura e a igualdade de gênero, seguido de uma etnografia, para perceber as dinâmicas resultantes do empreendimento, sendo as entrevistas, o diário de campo e conversas informais as técnicas utilizadas junto das mulheres, agricultores e entidades públicas. E, a partir destas abordagens traçadas, ao caracterizar as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, foi possível evidenciar que desde a formulação, apresentam Cabo Verde enquanto um país de “poucos recursos” e com forte dependência das “ajudas e financiamentos internacionais”, com programas/planos que nascem de uma agenda internacional, em nome de um desenvolvimento sustentável, com foco no setor ambiental e econômico. E, no caso da Barragem de Figueira Gorda, a experiência deste modelo, evidência uma (re) configuração do espaço social, que reforçou as desigualdades de gênero e a não participação da mulher na agricultura “moderna”, conservando, assim o sistema moderno/colonial.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Desenvolvimento Rural. Gênero. Barragem Figueira Gorda. Cabo Verde. Perspetiva Decolonial.

ABSTRAT

This work verifies how gender is related to the statements of public policies of rural development, through the implementation of dams, in Cabo Verde. It considers that issues involving gender relations, as well as those related to the modernization of agriculture, have driven the creation of public policies and a variety of programs and activities that are being included within these two headings. For an analysis of these policies, this dissertation is supported by a case study - Figueira Gorda Dam, in the Municipality of Santa Cruz, on the Island of Santiago, from January to April 2017, from an ethnographic approach. Firstly, the plans / programs related to the agricultural sector and gender equality, followed by an ethnography, were systematized and analyzed to understand the dynamics of the enterprise, the interviews, the field diary and the technical information conversations used women, farmers and public entities. And from these outlined approaches, by characterizing the public policies focused on rural development, it was possible to show that since the formulation, they present Cabo Verde as a country of "few resources" and with a strong dependence of "international aid and financing", with programs / plans that are born from an international agenda, in the name of sustainable development, focusing on the environmental and economic sector. And in the case of the Figueira Gorda Dam, the experience of this model, evidence a (re) configuration of the social space, that reinforced the gender inequalities and the non participation of women in "modern" agriculture, thus conserving the modern / colonial.

Keywords: Public Policies. Rural Development. Genre. Barragem Figueira Gorda. Cape Verde. Decolonial perspective.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Situando Cabo Verde no Continente Africano	12
Figura 2 - Mapa do arquipélago de Cabo Verde	123
Figura 3 - Precipitação média anual	19
Figura 4 - Organograma dos planos/programas analisados.....	30
Figura 5 - Mapa do Concelho de Santa Cruz.....	49
Figura 6 - Transporte de Praia para Santa Cruz.....	62
Figura 7 - Transporte de Santa Cruz para Boaventura	63
Figura 8 - Estrada de acesso a Boaventura	63
Figura 9 - Vista da Barragem de Figueira Gorda	64
Figura 10 - Casa para Todos de Santa Cruz	69
Figura 11- Interações para o desenvolvimento sustentável.....	73
Figura 12 Equipamentos para a rega gota-a-gota	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programas/Planos analisadas.....	28
Quadro 2 - Caraterização do Plano Nacional de Igualdade de Género (2015-2018).....	40
Quadro 3 - Os desafios e problemas centrais para a igualdade de género em Cabo Verde.....	43
Quadro 4 - Infraestruturas hidráulicas: localização, impacto e beneficiados	52
Quadro 5 - Modernização versus Desenvolvimento Rural	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Áreas e unidades de irrigação, estufas e hidropônia, por ilhas produtoras.....	33
Tabela 2 – População residente e agregados familiares da zona de Boaventura.....	67
Tabela 3 – População residente e agregados familiares da Toril.....	67

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BFG – Barragem de Figueira Gorda
CIGEF – Centro de Investigação e Formação em Género e Família da Universidade de Cabo Verde
CMSC – Câmara Municipal de Santa Cruz
ENSAN - Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
ICIEG – Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Género
INIDA - Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
INE – Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
MAA – Ministério Agricultura e Ambiente
MDR – Ministério de Desenvolvimento Rural
MADRRM - Ministério do Ambiente, Recursos Marinhos e Desenvolvimento Rural.
MCA - Millennium Challenge Account
MCC - Millennium Challenge Account
MDR – Ministério de Desenvolvimento Rural
ODM – Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU – Organização das Nações Unidas
PADA – Plano de Ação para o Desenvolvimento Agrícola na ilha de Santiago
PANA – Plano de Ação Nacional para o Ambiente
PEDA - Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Agricultura
PNIG – Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género
POSER - Programa de Promoção das Oportunidades Sócio Económicas Rurais
PLENAS – Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento
PLPR - Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural
PNLP – Programa Nacional de Luta contra a Pobreza
PMDL – Plano Municipal de Desenvolvimento Local
TCV – Televisão de Cabo Verde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
2 POLÍTICAS PÚBLICAS, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E GÊNERO...	9
3 AS POLÍTICAS COM ENFOQUE NO MUNDO RURAL CABO-VERDIANO	17
3.1 Direito à água em Cabo Verde.....	17
3.2 A formulação de políticas públicas de agricultura.....	23
3.3 Gênero e agricultura: uma lógica mesclada?	33
3.4 O mundo rural na ilha de Santiago: o Concelho de Santa Cruz	46
4 “A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UMA NOVA AGRICULTURA” E GÊNERO....	52
4.1 A modernização da agricultura impulsionada pela construção das barragens.....	52
4.2 A autonomia dos agricultores/as nas imediações da Barragem de Figueira Gorda	57
4.3 As alterações nas relações de gênero: uma análise a partir das mulheres em <i>Casa para Todos</i>	62
5 A PERSPECTIVA DECOLONIAL: “NOS NU TEM K SERTA TI SERTA”	75
5.1 Território pós-colonial e a emancipação das mulheres.....	77
5.2 A (re) configuração do espaço social com a “mãe água”	82
5.3 “Barragem como meio a potencializar-se”	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS.....	102

INTRODUÇÃO

No Cabo Verde atual, as questões envolvendo as relações de gênero, assim como as relacionadas à modernização da agricultura, têm impulsionado a criação de políticas públicas. Uma variedade de programas e atividades estão sendo incluídos dentro dessas duas rubricas e a questão que se coloca nesta pesquisa é a de como elas se cruzam.

O processo da modernização agrícola, impulsionado pela construção das barragens, impõe efeitos às relações sociais de gênero, sobretudo nas imediações desses empreendimentos de reconfiguração do mundo rural. As políticas públicas direcionadas ao setor agrícola acabam gerando diferentes pontos de vista e balanceando os valores sociais, econômicos e culturais, no tempo e no espaço (ALIER, 2014).

Em Cabo Verde, o empreendimento de barragens vem se destacando como uma das principais estratégias de modernização da agricultura e de desenvolvimento do país (BENTO, 2011; DEHESA, 2012; MOREIRA, 2014; FERREIRA, 2015; 2016; principalmente do mundo rural, onde os dados nacionais apontam para o maior índice de pobreza nas famílias chefiadas por mulheres, que dependem exclusivamente da prática agrícola.

Num país caracterizado historicamente por intempéries climáticas, a falta de água sempre fez-se presente e a agricultura, como uma das principais atividades de subsistência e de rendimento para a maior parte da população do mundo rural (RUA, 1993; FERREIRA, 2015; VIEIRA e ROCHA, 2016) é o setor que mais se ressentiu da falta de estruturas de retenção e uso adequado do recurso. Influenciado pelo clima saheliano, a época de chuva é curta. Sendo assim, desde sempre os governantes das ilhas tiveram que lidar com a problemática da falta de água, e, conseqüentemente, a elaboração de políticas públicas para o setor. E uma das vias foi por meio das barragens, sendo a primeira a Barragem de Poilão inaugurada em 2006.

O Plano de Ação para o Desenvolvimento da Agricultura (PADA) da ilha de São Nicolau (2009-2012), que também tem para a ilha de Santiago e Fogo, onde aborda redução da pobreza rural, a melhoria das condições de existência da população e a proteção ambiental como centro do processo de desenvolvimento de Cabo Verde. Estas orientações estão contidas nas Grandes Opções do Plano, no Programa do Governo, na Estratégia da Luta Contra a Pobreza, no Plano de Acção Nacional para o Ambiente, nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e agora o Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) e em tantos outros documentos pertinentes do Governo e nas recomendações das Conferências, Acordos e Tratados internacionais. A fim de cumprir tais orientações o Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos adoptou, em 2004, o seu Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Agricultura (PEDA). Este é um instrumento de trabalho

com uma visão holística e abordagem integradora de importância capital para a execução da política agrícola pública através de programas e projectos (CABO VERDE - MADRRM, PADA, 2009 – 2012, p. 6).

A construção de barragens aparece no cerne de políticas públicas, cujo horizonte é a melhoria das condições de vida da população e que passa por garantir um crescimento econômico, pela diversificação das atividades geradoras de rendimento e emprego, (em benefício particular dos pobres e grupos vulneráveis nas zonas rurais), da promoção de desenvolvimento equilibrado, participativo e respeitador do ambiente.

Por outro lado, o país tem vindo a combater veementemente as discriminações e desigualdades com base no gênero, criando planos nacionais, comitês, promoção de associações e o Instituto para a Igualdade e Equidade de Gênero (ICIEG). Porém, a equidade e a igualdade de oportunidades, sobretudo para as mulheres, particularmente as mulheres rurais, com pouca e/ou nenhuma habilitação literária e profissional, estão ainda longe de serem uma realidade, pese embora avanços já significativos nessa matéria (DUARTE, 2012). No mundo rural, como é o caso do Concelho de Santa Cruz, onde as principais atividades econômicas se resumem à agropecuária, pesca e pequeno comércio, a pobreza afeta, estatisticamente comprovada, mais as mulheres chefes de famílias do que os homens.

E, é dentro deste contexto que o Governo focaliza, com programas de modernização da agricultura por meio das barragens como grandes infra-estruturas de retenção da água e introdução de modernos sistemas de redução de gastos de água e de diminuição de custos de produção agrícola, a inserção de mulheres rurais no mercado e o aumento da produtividade.

Neste contexto, este trabalho procura perceber como as dinâmicas de gênero foram alteradas pela forma como as políticas de implementação das barragens foram desenvolvidas. Dentro disso, uma das dimensões exploradas no trabalho será a do deslocamento de famílias decorrentes destes processos e suas instalações em centros urbanos, contextos com dinâmicas substantivamente diferenciadas em relação ao meio rural.

O interesse neste tema e sua construção como objeto da pesquisa decorre de minha trajetória acadêmica. Em 2012, enquanto estudante do curso de graduação em ciências sociais da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), fui contemplada com uma bolsa de Iniciação Científica no Centro de Investigação em Gênero e Família (CIGEF/Uni-CV), que possibilitou desenvolver o interesse acadêmico pelo tema das barragens. Como

bolsista, acompanhei o então doutorando Vladimir Ferreira no seu trabalho de campo nas imediações da Barragem de Poilão, do qual resultou a tese intitulada “Conflitos e participação no uso da água da Barragem de Poilão, ilha de Santiago, Cabo Verde” (FERREIRA, 2015). A partir de várias visitas de terreno, pude enveredar pelo mesmo campo de pesquisa, porém, concentrei atenção na questão de gênero, desenvolvendo o trabalho de conclusão do curso de graduação em ciências sociais intitulado “Gênero e Desenvolvimento Rural: mulher e a agricultura nas imediações da Barragem de Poilão” (MOREIRA, 2014). Diante do cenário analisado, percebi o quanto a temática ligada ao mundo rural precisava de mais estudos e, principalmente, da compreensão dos contextos específicos onde são desenvolvidos os projetos de implantação de barragens.

Terminando a graduação, em 2014, trabalhei como estagiária no Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Gênero (ICIEG) e como assistente de pesquisa no projeto “Dinâmicas de gênero e violência em Praia/Cabo Verde” (VIEIRA e MOREIRA, 2016). Através destas experiências, pude perceber que as questões de gênero voltadas para o mundo rural eram pouco exploradas no âmbito da agenda política dos direitos das mulheres e de equidade de gênero.

Do estudo realizado durante a graduação (MOREIRA, 2014), observei que as relações de gênero perpassam o espaço rural, onde permanecem fortes heranças coloniais, marcada pela divisão sexual do trabalho, que vem a ser reforçada com a lógica da modernização da agricultura. A experiência de campo na primeira barragem de Cabo Verde – Barragem de Poilão, constituiu-se como incentivo para um novo campo na Barragem de Figueira Gorda.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo principal verificar como as relações de gênero se relacionam com os enunciados de políticas públicas de desenvolvimento rural, por meio de barragens, em Cabo Verde. E tem como objetivos específicos: (a) apresentar e analisar as diferentes políticas públicas com foco no desenvolvimento rural e que se relacionam com a agricultura e perceber a conexão (ou não) que fazem com a dimensão de gênero; (b) analisar a (re)configuração do espaço social, com atenção à relação com a natureza, com a agricultura, com a divisão sexual do trabalho e relações de gênero, nas imediações na Barragem de Figueira; (c) verificar as estratégias de valorização do território e os focos de tensão em torno dos modelos de desenvolvimento correlacionados à dimensão de gênero, proteção do meio ambiente e agroturismo.

Este trabalho pretende contribuir com o debate sobre o desenvolvimento rural num contexto em que se privilegia a construção de barragens de retenção de água para a agricultura, focalizando as dimensões de gênero implicadas neste processo.

Segundo Anjos “quando o que está em jogo é a problemática do desenvolvimento, a revisão dos pressupostos epistemológicos é tão decisiva quanto são evidentes as imbricações entre as ciências sociais e os exercícios públicos do poder em nome do desenvolvimento” (ANJOS, 2014, p. 19). Este pressuposto guiou a pesquisa, pois a construção de barragens no país se articulou a um discurso do desenvolvimento com pretensões científicas. Deriva dessa constatação a opção epistemológica de partir dos próprios sujeitos imbricados nesse processo, erguendo assim “os limites da possibilidade de conhecer a colonialidade que encobre e também expõe a sua positividade de saber e do poder” (ANJOS, 2014, p. 30).

Este trabalho está baseado na metodologia do estudo de caso, tendo como universo empírico a Barragem de Figueira Gorda no concelho de Santa Cruz, na ilha de Santiago – Cabo Verde. Segundo Yin (2001). A metodologia do estudo de caso dirige o foco a um fenômeno contemporâneo em um contexto singular e, assim, possibilita que questões específicas, em um contexto delimitado, possam ser abordadas de forma holística e compreensiva:

A investigação de estudo de caso, enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados (YIN, 2001, p.32-33).

A unidade de análise selecionada foi a da Barragem de Figueira Gorda por ser um caso peculiar, a maior do país, e por potencializar um maior número de beneficiários, em comparação com outras barragens e, ainda, por ser a última infra-estrutura inaugurada no país.

Os estudos de caso não são acessíveis facilmente, uma vez que envolvem grande complexidade, o que exige o recurso a técnicas variadas de coleta de dados. A utilização desse método não tem como pretensão a generalização estatística e sim compreender os efeitos da agenda de política públicas de desenvolvimento rural a partir dos próprios sujeitos, com as enunciações formuladas pelos referenciais teóricos que guiaram a investigação. E, como Yin (2001) realça, o estudo de caso não é generalizável em função

do seu universo ou população e sim pelas proposições teóricas que sustentam a investigação.

Com base nos objetivos da pesquisa, classifico a mesma como descritiva e exploratória, naquilo que Yin (2001) sugeriu que fosse a divisão do estudo de caso. Esta pesquisa é de caráter descritivo, por utilizar os aportes metodológicos da etnografia (que será descrita mais adiante) e foca em determinado grupo social, observando aspectos antropológicos e sociais. Segundo Geertz (1989), esse olhar tem a pretensão de ir além da aparência exterior, atenta às formas simbólicas (palavras, imagens, instituições e comportamentos), procurando significados que auxiliem na compreensão da dinâmica social.

Num primeiro momento, realizei uma análise documental dos materiais produzidos pelas diversas instituições que lidam com as questões de gênero, bem como comas que lidam com as questões de agricultura e ambiente (Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Gênero; Ministério de Ambiente e Agricultura; Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário; Associação de Moradoras local). O enfoque foi de cruzamento destas políticas e perceber como essas políticas se relacionam com o enfoque de gênero no meio rural. A análise documental permitiu ter uma visão institucional, a fim de conhecer o que se tem produzidos discursos dominantes e de poder.

Para a imersão da pesquisadora no campo, recorria contatos prévios, de modo que tivesse uma informante privilegiada que facilitasse a entrada no campo. A mesma é moradora da comunidade de Boaventura, com pouco mais de trinta anos na altura da pesquisa. Ela me indicou pessoas que se dispuseram a colaborar com a pesquisa e em vários momentos serviu como elo de ligação entre esta pesquisadora e diversos interlocutores.

Segundo Fialho (2015), os estudos sobre o rural, principalmente os preocupados com a compreensão das dinâmicas sociais, lançam mão de ferramenta técnica e metodológica de perspectiva etnográfica para qualificar análises e avaliações relacionadas a objetivos diversos.

A utilização de instrumento etnográfico possibilita observar aspectos elementos e fatores que permitem caracterizar com maior detalhamento grupos de pessoas que convivem numa mesma região, abstraindo aspectos específicos de uma complexidade social por vezes ofuscados pelo olhar atento ao contexto material ou despreparado para identificar elementos subjetivos de um modo de vida peculiar. Os aportes etnográficos contribuem para instrumentalizar pesquisadores e técnicas que auxiliam na compreensão das relações sociais,

evidenciando interdependências entre pessoas e entre o meio ao qual estão em relação, dando conta, por exemplo, dos laços da afetividade e solidariedade, valores, signos e crenças, que possibilitam subsídios para além da análise descritiva, permitindo, entre outros, ensaios interpretativos sobre o comportamento social (FIALHO, 2015, p.37-38).

No campo empírico, a etnografia foi um instrumento relevante, pois permitiu conhecer e compreender o processo de desenvolvimento das mais diversas ações dos interlocutores e interlocutoras de pesquisa. Foi adotado por ser o mais adequado para compreender as situações e modos de vida a partir da imersão da pesquisadora em contexto do cotidiano das famílias, bem como dos agricultores e agricultoras e de outros trabalhadores da imediação da BFG. Através do caderno de campo, pude captar e registrar o máximo de informações possíveis que permitiram o cumprimento dos objetivos da pesquisa.

Sendo assim, tive uma relação estreita, enquanto pesquisadora, com os interlocutores e interlocutoras e um convívio cotidiano com os agricultores e agricultoras e com as mulheres em Casa para Todos com a pretensão de identificar elementos que pudessem auxiliar na compreensão do contexto social, assim como no aprofundamento dos laços de sociabilidade para a viabilização da pesquisa.

O trabalho de campo contemplou a realização de conversas informais e entrevistas semi-estruturadas. Conforme Manzini (2004), independente da abordagem teórica adotada, principalmente quando a entrevista é do tipo semi-estruturada, são necessários cuidados que envolvem questões da linguagem e o roteiro a ser utilizado necessita ser planejado em atenção ao objeto da pesquisa. Assim, elaborei um roteiro prévio a partir das pesquisas documentais. A técnica das entrevistas semi-estruturadas foi utilizada durante a pesquisa de terreno com o objetivo de aprofundar a experiência de mulheres agricultoras, dos homens agricultores e não agricultores também participantes da pesquisa, mas, principalmente, as entrevistas com os/as representantes das entidades governamentais e não governamentais (Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Gênero, Ministério de Ambiente e Agricultura, Câmara Municipal de Santa Cruz e Associação dos Moradores de Boaventura).

No que concerne à questão da linguagem, as entrevistas foram feitas no crioulo cabo-verdiano – a língua materna do país, e foram traduzidas ao longo da escrita do trabalho final e as palavras de que a tradução não transmitia a essência dos interlocutores, aparecem em *itálico*, com a tradução na nota de rodapé.

A Barragem da Figueira Gorda (BFG) foi construída na Ribeira de Boaventura a cerca de 0,5 Km da localidade de Figueira Gorda, por reunir boas condições topográficas, geológicas, e numa bacia hidrográfica com índices de pluviometria superior à média da ilha de Santiago que é de 321 mm/ano (CABO VERDE –MDR – BFG, 2016)

O empreendimento foi inaugurado no dia 08 de Novembro de 2014 sob forte “esquema de segurança” (FEREIRA, 2016) e ficou avaliado em 3,7 milhões de euros. Nasceu no âmbito da linha de crédito do governo português para projetos de mobilização de água para a agricultura, num planeamento que previu a construção de 17 barragens entre os anos de 2006 a 2015 (CABO VERDE –MDR – BFG, 2016). E apresenta a seguinte característica:

A barragem da Figueira Gorda é considerada a maior infra-estrutura hidráulica de Cabo Verde e tem capacidade para armazenar cerca de 1,8 milhões de metros cúbicos de águas pluviais - o triplo da capacidade de armazenamento da barragem de Poilão, também localizada na ilha de Santiago. A nova infra-estrutura irá beneficiar cerca de 480 agricultores numa área de 80 hectares de terrenos (correspondentes a aproximadamente 80 campos de futebol), e melhorar a situação de rega no perímetro no vale da ribeira de Boaventura e de Santa Cruz. De acordo com fontes do Ministério do Desenvolvimento Rural, este é um projeto integrado que inclui uma conduta para a distribuição de água a cada parcela cultivada e um reservatório de 100 metros cúbicos na zona de Monte Preto, que garantirá a irrigação de terrenos agrícolas (CABO VERDE – MDR – BFG, 2016).

Ainda, segundo Ministério de Desenvolvimento Rural de Cabo Verde, além da construção da barragem, este projeto, financiado no âmbito da linha de crédito cedido por Portugal a Cabo Verde, no valor de 100 milhões de euros (cerca 11 milhões de contos¹) para a mobilização de água para a agricultura, contempla também a construção de um sistema de irrigação, formação e apoios com micro-créditos para os agricultores ao redor da barragem. Com o funcionamento pleno desta barragem, isto é, com o alagamento do seu leito, várias casas existentes nas suas proximidades vão ser engolidas pelas águas, razão por que os atuais moradores locais, num total de 30 famílias, vão ser deslocados e realojados.

Muitas conversas informais foram de grande importância para perceber as aflições das pessoas no contexto estudado. Foram realizadas 10 entrevistas gravadas. A pesquisa coincidiu com a mudança do Governo e antes já da minha pesquisa, havia pessoas ligadas a partidos políticos recolhendo informações na comunidade, o que limitou a disponibilidade para as entrevistas.

¹Aproximadamente R\$ 390.722,27.

Os entrevistados e as entrevistadas têm a idade compreendida entre 29 e 60 anos, das quais 6 mulheres e 4 homens. Para garantir o anonimato, não serão apresentados dados individuais por se tratar de uma comunidade pequena, onde todos se conhecem. Por isso, fez-se a codificação das identificações das entrevistas, que aparecerão ao longo do texto da seguinte forma: M, A1 – desempregada, mulher, entrevistada 1; M, A2- agricultora, entrevistada 2; M, A3 – agricultora, entrevistada 3; M, A4 – trabalhadora do comércio, agricultura e criação de animais, entrevistada 4; M, A5L- agricultora, liderança comunitária, entrevistada 5; Ag H1- agricultor, entrevistado 6; Ag H2- agricultor, entrevistado 7; I, M – gestora pública/técnica, entrevistada 8; V, H – gestor público/vereador, entrevistado 9; D, H – gestor público/diretor, entrevistado 10. As entrevistas foram realizadas de Janeiro a Abril de 2017, durante a pesquisa de campo.

Para a análise dos documentos, utilizei, essencialmente, a abordagem da etnografia de documentos (VIANNA, 2014). Os planos/programas analisados, relacionados com o setor da agricultura e gênero em Cabo Verde, foram: a) Plano Nacional de Igualdade de Gênero (PNIG) - (2015 - 2018); b) Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente II (PANA II) – (2004 – 2014); c) Plano de Ação para o Desenvolvimento da agricultura na ilha de Santiago (PADA) – (2009 -2012); d) Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN); Atualização horizonte 2020; e) Plano; Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PLENAS) – 2015; e f) Programa para a Promoção de Oportunidades Socio-econômicas Rurais (POSER) – 2012).

Para Vianna (2014, p.44), a etnografia de documentos “permite reflexões sobre o que aqueles documentos pareciam, em sua forma própria, produzir como um mundo social”. Segundo a autora:

Levar a sério os documentos como peça etnográfica, implica tomá-los como construtores da realidade, tanto por aquilo que produzem na situação da qual fazem parte – como fabricam um “processo” como sequência de atos no tempo, ocorrendo em condições específicas e com múltiplos e desiguais atores e autores (VIANNA, 2014, p.47).

Esta abordagem permitiu analisar os documentos, ver as recorrências buscando os significados construídos neles, isto é, ver como “os documentos formam um *corpus vivo*” (VIANNA, 2014, p.45) e quem foram os atores centrais para a sua confecção. Isto possibilitou fazer conexões e interações, identificar condições desiguais diante da multiplicidade de vozes e mãos presentes na confecção e agências envolvidas tanto nacionais, como internacionais.

Assim sendo, apresento a organização deste trabalho em seis capítulos subsequentes: 1) apresentação da formação histórica da sociedade cabo-verdiana e a sua caracterização a nível do continente africano e apresentação do processo de formação de conhecimento, a partir das primeiras definições teóricas sobre política pública, gênero e modernização da agricultura em um Cabo Verde pós-colonial; 2) caracterização das políticas com enfoque no mundo rural cabo-verdiano, abordando o direito à água, a formulação das políticas públicas de agricultura, a partir do modelo de múltiplos fluxos e suas interseção (ou não) com as políticas de gênero e uma caracterização do Concelho onde se situa o campo empírico da pesquisa; 3) análise do processo de construção social de uma nova agricultura a partir da construção de barragem, a autonomia dos agricultores/as nesse processo, a partir do caso da Barragem de Figueira Gorda e as alterações nas relações de gênero, decorrente do empreendimento; 4) a partir da perspectiva decolonial, análise tendo em conta o território, a emancipação das mulheres, e a (re)reconfiguração do espaço social com a Barragem de Figueira Gorda.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E GÊNERO

As novas tecnologias, a “modernidade” e o “desenvolvimento” nos interpelam a interpretar, principalmente no caso dos países “carentes” destas matrizes, os discursos que agenciam os cânones produzidos nos moldes do pensamento moderno, eurocêntrico e na projeção ascendente dos Estados Unidos e Ocidente em geral (SANDOVAL E SANTOS, 2014).

O conhecimento produzido sobre a África e sobre os/as africanos/as durante o tempo da colonização partia da premissa da sua inferioridade, baseada na noção de raça e da própria desumanização. Com a descolonização e com a institucionalização da crítica a essas concepções, passou-se a repensar os parâmetros epistemológicos e conceituais do conhecimento científico ocidental subjacente, em particular sobre a África e os africanos (OLIVEIRA, 2014).

Segundo os argumentos de Varela (2013, p.1), à crítica, de como o “trauma” e/ou a “herança” da colonização tem sido, por um lado, explorada para aumentar o fosso entre o “Norte” e “Sul”, serve atualmente aos interesses da globalização de cariz neoliberal e dos países que o lideram. Por outro lado, a “exportação” da ciência moderna para o Sul tem funcionado como suporte legitimador dessa exploração.

A globalização neoliberal capitalista ao se associar à lógica racionalista instrumental, de dominação da sociedade e da natureza, do desenvolvimento científico e tecnológico provoca consequências terríveis particularmente nos países da periferia em que se incluem os países africanos, nomeadamente Cabo Verde (VARELA, 2013, p.8).

A produção do conhecimento em outros moldes teve um papel eminentemente político, no contexto de crítica do conhecimento estabelecido no pós-guerra, quando eram travadas lutas pela libertação de diversas colônias em África e na sequência a construção dos estados nacionais. O caráter político está presente, sobretudo, pela necessidade de romper com o saber colonial produzido, o qual consubstanciou a dominação e legitimação da ocupação dos territórios em África. A antropologia, como saber colonial, teve, por exemplo, um papel político fundamental na compreensão da diferença e consequente elaboração de um discurso de dominação (OLIVEIRA, 2014, p.4).

A partir da necessidade de se repensar os discursos elaborados pelo conhecimento ocidental sobre África e sobre os africanos, uma das perspectivas adotadas foi a de retomar os referenciais metodológicos de validade e de elaboração teórico-conceitual desse conhecimento de maneira crítica, mas sem abandoná-los por completo. Concomitante a essa tomada de posição, há uma reflexão sobre o que é a África e sobre quem são os africanos no campo de produção do conhecimento científico. Esse debate se torna também importante, tendo em vista que a crítica ao conhecimento, até então estabelecida, faz repensar a África como objeto de estudo e os africanos como

sujeitos do conhecimento, implicando a necessidade fundamental de elaborar também essas definições (OLIVEIRA, 2014, p.10).

Reconhecendo a legitimidade do conhecimento produzido por africanos, sem que isso seja tomado como um ponto de partida essencialista de suas perspectivas, eu iria ao encontro do pressuposto defendido pelo sociólogo Elísio Macamo, sobre a “constituição de uma sociologia das sociedades africanas”, onde realça a necessidade de se levar em conta a particularidade africana, sua complexidade, assumindo o pressuposto de que esta realidade é fundamentalmente diferente da europeia, o que exige instrumentos analíticos apropriados (MACAMO, 2002).

E é diante do pressuposto apresentado, refletindo sobre o continente africano, que inserimos a nossa discussão para falar das políticas públicas e a sua implementação em contexto específico, que é o caso de Cabo Verde, onde a prática quotidiana por vezes tem relação ambígua com os pressupostos gerais da modernidade. O que requer uma “maior sensibilidade na utilização de conceitos” (OLIVEIRA, 2014, p.10).

Assim sendo a perspectiva decolonial servirá de base para esse diálogo:

Sobretudo, os estudos pós-coloniais explicitam que os erros da modernidade vitoriosa nunca foram efeitos perversos, imprevistos, indesejáveis, produtos precoces da incompletude do projeto moderno, mas seus elementos intrínsecos. Combatem assim, na diversidade das correntes e abordagens, qualquer crença fundamentalista na universalidade totalitária (RIBEIRO, 2014, p.68).

Este trabalho assenta-se naquilo que Boaventura de Sousa Santos (2004) propôs com a teoria crítica pós-moderna que recupera a esperança pelo exercício da tradução e comunicação das alternativas locais para uma inédita globalização que expresse a força das resistências e de suas experiências de bem viver. Argumentando em torno de um “paradigma prudente para um vida decente” de modo que possibilite fazer um diálogo com a modernidade – colonialidades-decolonialidades, que visualize alguns desafios postos à epistemologia ocidental a partir dos saberes do Sul.

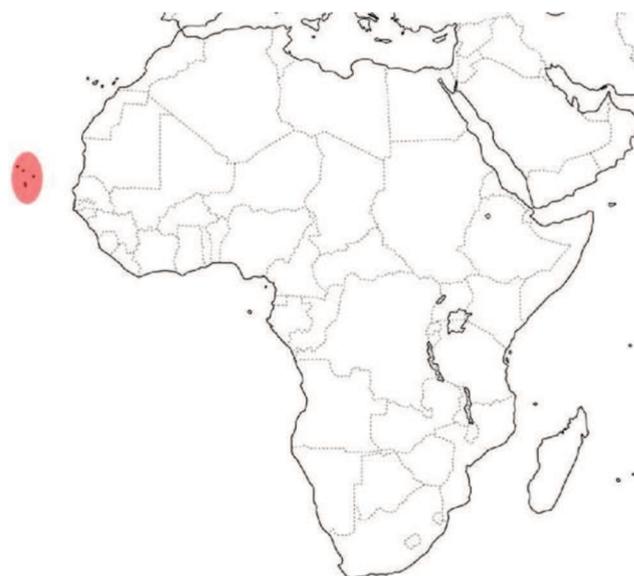
Quijano (2010) permite-nos atentar ainda para a racialização das relações de poder e para a internalização da subalternidade nas estruturas subjetivas do colonizado cujos efeitos não poderiam ser mais objetivos, a exemplo das desigualdades de gênero, do disciplinamento dos corpos, da sujeição dos saberes, em pleno século 21, a uma lógica moderna hegemônica de classificação do mundo e das pessoas no mundo.

O giro decolonial é, nesse sentido, indissociadamente um movimento teórico, ético e político ao questionar as pretensões de objetividade do conhecimento dito científico dos últimos séculos e, no que nos diz respeito diretamente, enquanto

profissionais das ciências sociais (RIBEIRO, 2014). Trata-se de reivindicar dos cientistas sociais uma postura distinta, a de reveladores dessa histórica cumplicidade ao mesmo tempo em que de artífices do que Mignolo (2003) chamou de gramática da descolonialidade, em que se abre espaço para o aprendizado contínuo a partir do outro, mantendo uma postura desestabilizadora e decisiva na releitura dos construtos discursivos que moldaram obstinadamente o pensamento ocidental.

A perspectiva decolonial torna-se um quadro de crítica fundamental à pesquisa, principalmente se tratando de um país com um histórico de colonização, de escravidão e considerado menos desenvolvido.

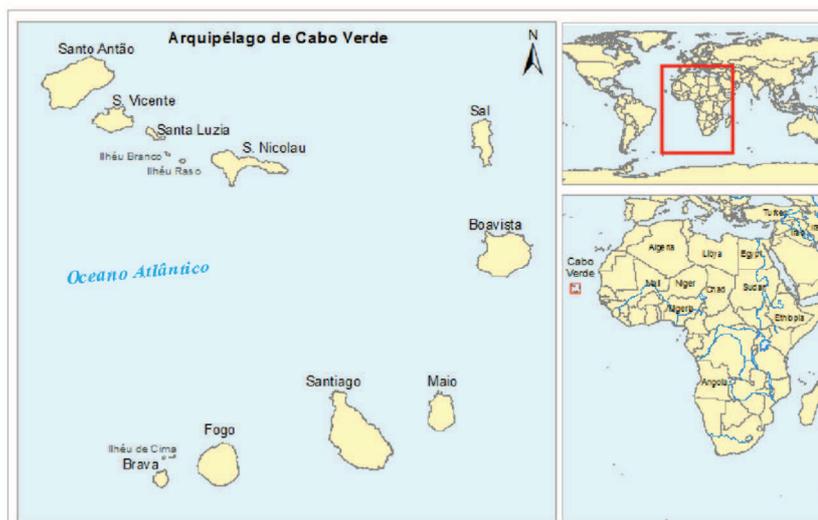
Figura 1 - Situando Cabo Verde no Continente Africano



Fonte: Tavares (2016)

O país foi “descoberto” em meados de 1460 e, de antiga colônia portuguesa, hoje se passaram 43 anos da independência. O país é constituído por dez ilhas de origem vulcânica, sendo 9 ilhas habitadas (Santo Antão, São Vicente, São. Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava) e uma desabitada (Santa Luzia), com uma superfície aproximada de 4.033 km². As ilhas apresentam-se distribuídas em dois grupos, as de Barlavento (2239 km²) e do Sotavento (1803,37 km²). Conforme o mapa - Figura 2.

Figura 2 - Mapa do arquipélago de Cabo Verde



Fonte: Cabo Verde - Instituto Nacional de Estatística (2015a)

Como Amaral (1991) enalteceu, o seu controle e exploração econômica constituem desafios importantes para a pequena república de pouco mais de 500 mil habitantes, onde a metade vive na ilha de Santiago, cabeça do Governo e da Administração nacional.

Pela sua posição geográfica, Cabo Verde marca a extremidade ocidental da faixa de Sahel, caracterizada por condições climáticas de aridez e semi-aridez, na dependência de fenômenos que acompanham as migrações anuais seculares da controversia inter-tropical e seus efeitos desastrosos quando, nos movimentos para norte, tal faixa pluviogénica da circulação atmosférica não alcança as ilhas. Secas e crises tem sido acontecimentos constantes no arquipélago, construindo, só por si, os maiores desafios para a população que vive fundamentalmente da agricultura pouco diferenciada e de algumas atividades ligada a elas. Nada pode o engenho humano para alterar tais fenômenos de escala planetária (AMARAL, 1991, p.1).

A estruturação da sociedade cabo-verdiana foi constituída com base no fator étnico/racial, a partir de dois grupos que definitivamente se fixaram em primeiro lugar na ilha de Santiago: europeus (livres) e africanos (escravizados) (GOMES, 2008). Ainda o autor avança que a sociedade insular evolui-se diante de três grandes grupos sociais distintos.

(...) o primeiro construído pelos brancos, o segundo pelos africanos livres e forros e o terceiro pelos escravos. Esta é uma classificação feita em função dos direitos individuais dos elementos que compõem essa emergente sociedade e também do grau de mobilidade social verificado no seio de cada grupo. Formase, nos primeiros tempos, uma sociedade baseada na velha tradição escravocrata e, por conseguinte estratificada, estruturalmente no tipo piramidal com os seus brancos, grupo minoritário e detentor de poder no topo. Na base estava uma grande massa de escravos, a imensa minoria, intermediando-se os dois grupos os forros (GOMES, 2008, p.13).

Segundo Gomes (2008), citando António Carreira com o seu texto “ Cabo Verde: Formação Extinção duma sociedade escravocrata” (1972), com o decurso do tempo e com a fuga continuada de escravos para o interior das ilhas (e não recuperados) fixando-se em locais de difícil acesso e com a concessão de alforria a escravos bem comportados ou aos bons serviços prestados (em geral filhos dos senhores ou dos seus filhos, ou parentes havidos de suas escravas ou escravas alheias), alforrias cuja concessão iniciou muito cedo, esboçou-se como referimos, a formação de um grupo intermediário, os forros (mestiços e pretos), sendo os pretos resultantes da continuada relação entre pretos (GOMES, 2008).

Segundo Ilídio Amaral (1964), Cabo Verde serviu de laboratório para novas experiências, com a inserção de homens e animais, culturas dos colonos, da África, do Brasil e da Índia e o surgimento disso foi o povo cabo-verdiano, com uma cultura distinta, mas com características que realçam a presença de cada cultura que foi introduzida nas ilhas. Assim nasceu o crioulo, que se assemelha ao português dos colonos e o crioulo dos escravos.

A mão-de-obra era escravizada na prática da agricultura e as mulheres abusadas (MONTEIRO, 2009), e os brancos detinham as melhores terras e o controle do sistema econômico, bens patrimônios e privilégios. É dentro deste contexto histórico colonial que se insere o exercício de pensar a partir de Cabo Verde, demarcada por resquícios coloniais nos dias de hoje.

Sendo assim, a importância dos estudos pós-coloniais na modernidade tardia se legitima pelo entendimento de que a independência dos Estados-nação não significou o fim da era colonial. A dominação das metrópoles hegemônicas se atualizam em novos arranjos institucionais e em processos persistentes na manutenção dos benefícios que os países subalternos podem representar, na perspectiva de um neocolonialismo (QUIJANO, 2005).

Como realça Quijano (2005), a modernidade e a colonialidade encontram-se nas formas como o poder se encontra histórica, social e politicamente nesses espaços. Trata-se de desvelar a colonialidade como a outra cara da modernidade. E, em consequência, revela-se a “colonialidade do saber” como o suporte do sistema de exploração e dominação. O que se constitui ainda como um grande desafio para as antigas colônias africanas e na América Latina.

Assim sendo, a proposta de se repensar e interpelar com bases nas matrizes dos discursos e ações dos próprios sujeitos em contextos específicos constitui-se como

objetivo desta abordagem. Para tal, recorro à crítica feminista decolonial proposta por Lugones (2008) e Segato (2012), que propõem uma epistemologia que leve em consideração as ideias de raça/etnia, gênero como forma de contornar os critérios de hegemonia e subordinação. Está em jogo neste trabalho um pensar localizado em África e mais do que isso, pensar as epistemologias formuladas geopoliticamente desde o Sul (SANDOVAL e SANTOS, 2014).

O projeto moderno cria necessidades nas pessoas, onde o Governo vê-se confrontado com uma “idealização” e procura criar mecanismos que possam responder a “demanda da sua população”, principalmente se tratando de um país que depende muito das ajudas externas, como é o caso de Cabo Verde. Nesse sentido, a construção de políticas públicas se torna uma “área de conhecimento importante para melhor compreender seus desdobramentos, sua trajetória e suas perspectivas” (SOUZA, 2007, p.66).

A área de política pública surge como um desdobramento dos trabalhos baseados em teoria explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o Governo enquanto produtor, por excelência, de políticas. Para abordar as políticas públicas tomaremos as perspectivas teóricas de seus principais formuladores - H. Laswell (1936), H. Simon (1957), C. Lindblom, (1979) e D. Easton, (1965) – que contribuíram assim para uma conceitualização.

Baseando nos principais estudiosos de políticas públicas (PETERS, 1986; MEAD, 1995) é que (SOUZA, 2007) procura mostrar como as medidas acabam guiando o nosso olhar para o lócus, onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos.

O Governo de Cabo Verde vem construindo políticas de modernização de agricultura num estágio democrático, traduzindo seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produziram mudanças na sociedade cabo-verdiana. Nessa busca constante pelo moderno, estaríamos inexoravelmente condenados à “aceitação” de tais premissas naquilo que Jalcione Almeida no seu livro intitulado “Modernização da Agricultura”, enunciou: estaríamos condenados ao progresso. E esse processo, não foi e não é unívoco. Porque afinal, a modernização, como processo social esconde mais sua dimensão “obscura” (ALMEIDA, 2010).

O pensamento científico também é fruto desse processo, tornou-se predominante no quadro dos conhecimentos reconhecidos, são tidos como verdade e valorizados como sendo superiores aos conhecimentos pautados por experiências cotidianas e tradicionais

(DAL SOGLIO & KUBO, 2009, p.34). Dentro deste cenário inserimos a implementação de barragens em Cabo Verde, alimentando o discurso de modernização de agricultura (MOREIRA, 2014; FERREIRA, 2015; 2016).

A representação da agricultura passou a ser associada a símbolos de modernidade presente nas localidades e propriedades, veiculada por um discurso homogeneizador que define posições sociais e identidades socioprofissionais. Tecnologia exógena é aquele conjunto de técnicas, produtos e máquinas que foi trazido de fora da localidade ou da propriedade para interagir na dinâmica local (DAL SOGLIO e KUBO, 2009; FERREIRA, 2015).

Com as transformações na agricultura (MAZOYER, 1933; GRAZIANO DA SILVA, 1998; FERREIRA, 2016) é que chegaremos nos atores sociais dessa dinâmica, que no contexto cabo-verdiano apresentam incoerências enquanto um discurso produtivista e idealizado da modernização da agricultura pelo objetivo do modelo agrário voltado para o mercado e que contradiz a lógica da produção de alimentos para a subsistência.

Na realidade cabo-verdiana essa proposta de modernização constitui-se como modelo institucional, naquilo que Gonçalves (2013, p.82) denominou de modelos importados do Ocidente, caracterizados por uma realidade econômica, ecológica e sociocultural distinta dos países do Sul, impostos e implementados por agências financiadoras e pelas elites governamentais em vários países da África, causando resistências e conflitos entre populações e instituições responsáveis.

A modernização da agricultura, enquanto modelo proposto pelo governo, chegando às localidades específicas por meio de barragens, acaba perpetuando desigualdades sociais que prevalecem na sociedade cabo-verdiana principalmente sobre as mulheres e no mundo rural (DEHESA, 2012; MOREIRA, 2014).

A situação social da mulher está ainda muito aquém do ideal e como se isso não bastasse é nela que encontramos a maior percentagem da pobreza, do desemprego, etc. Ainda associado a isso está o facto da maioria dos chefes de agregado familiar serem mulheres. Muitas mães solteiras vivem dos trabalhos por conta própria como a apanha de inertes nas ribeiras e praias, venda de peixe, venda a retalho em barracas/quiosques ou porta-a-porta. Muitas vivem na dependência econômica do marido ou companheiro e, muitas vezes, registam-se maus-tratos de que são vítimas (CABO VERDE - MAHOT, PUCPB, 2013, p.27).

Ao longo dos anos Cabo Verde vem criando estratégias para colmatar a disparidade entre homens e mulheres nas ilhas (Plano Nacional para Igualdade e Equidade

de Gênero 2005-2009 (PNIG) I e II). Apesar do já exposto, Costa (2010), citado por Duarte (2012), afirma que:

em Cabo Verde as estratégias de implementação das políticas de igualdade de gênero situam-se, ainda, no domínio da retórica discursiva e sob o respaldo de um argumentário político marcadamente enfermo por lógicas patriarcais obtusas e falocentrismos estéreis (DUARTE, 2012, p.21).

O desequilíbrio de poder entre os sexos em Cabo Verde tem-se traduzido em violência que atinge maioritariamente as mulheres. De acordo com Monteiro (2009) o peso das tradições culturais (tendo sido evidente a secundarização das mulheres ao longo do processo histórico de desenvolvimento) continua a condicionar as mulheres cabo-verdianas a uma situação de subalternização em relação aos homens e, mais do que isso, há uma conformidade com tal situação. E, segundo Duarte (2012, p.22), a tendência é para naturalizar as desigualdades como algo do destino e uma neutralidade da categoria gênero, o que de alguma forma interfere na concepção de políticas públicas.

No Cabo Verde atual, as questões envolvendo as relações de gênero, modernização da agricultura através dos empreendimentos como as barragens tem impulsionado a criação de políticas públicas de modo que dê resposta a estes novos desafios nas ilhas. Sendo assim, essas questões estão em alta na agenda pública, com uma variedade de programa e atividades que estão a ser incluídas dentro dessas rubricas, numa nova era de Cabo Verde pós-colonial norteada pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, conforme orientações de normativas internacionais lideradas pela Organização das Nações Unidas.

3 AS POLÍTICAS COM ENFOQUE NO MUNDO RURAL CABO-VERDIANO

3.1 Direito à água em Cabo Verde

Em 22 de março de 1992, no Rio de Janeiro/Brasil, foi criada a Declaração Universal dos Direitos da Água, prevendo-se que no século XXI a população mundial estaria triplicando, o que conseqüentemente significa mais fábricas, mais desperdício, mais irrigação e mais consumo. A declaração abrange todos os povos e tem um forte viés

da educação e do ensino de direitos e obrigações relacionados à água. Com medidas progressivas de ordem nacional e internacional, projetou-se o reconhecimento e a aplicação efetiva desses princípios (USP, 2017).

Segundo a Organização das Nações Unidas, o consumo da água aumentou cerca de 6 vezes em comparação com o século passado e mais de um bilhão de pessoas, atualmente, vive sem acesso as fontes de água de qualidade, o que coloca uma forte pressão sobre os recursos hídricos, particularmente, sobre as famílias, povos e regiões mais vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas (VARELA. L, 2016).

A falta da chuva mais as mudanças climáticas vem complexificando o fenômeno. A maioria dos países ao redor do mundo vem construindo barragens ou outros empreendimentos para captação da água, para os mais diversos fins: gerar energia, abastecimento da população e irrigação, de modo que garanta o bem-estar da população.

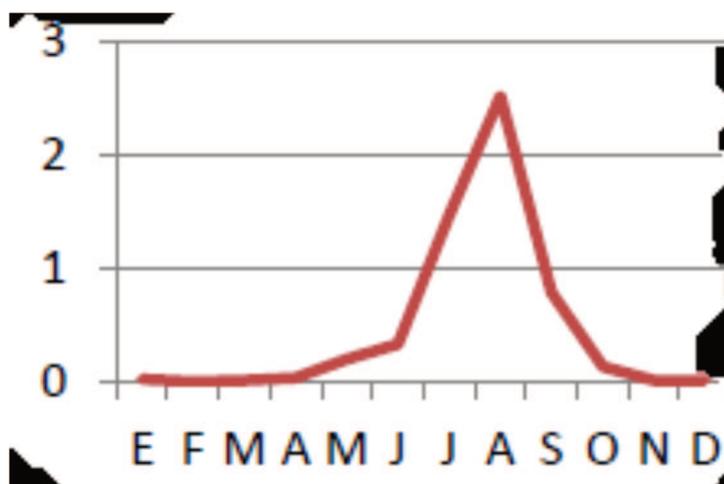
Entre diversas estratégias particulares a cada país, foi aprovada a Resolução do Conselho das Nações Unidas N.º 64/292 de Setembro de 2010, na qual reconhece o direito à água limpa e segura para beber e ao saneamento como um direito do homem, que é essencial para a satisfação da plenitude da vida e dos direitos humanos. O acesso à água se configura como um dos requisitos para o cumprimento das metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio² (ODM) (ROSA, 2014), do qual Cabo Verde é membro.

No processo de reconhecimento da água enquanto um direito humano, nem todos os países estavam favoráveis, apesar de tratar-se de um direito crítico para a sobrevivência que não pode ser simplesmente ignorado. O fato das questões relativas à água ser tão política quanto jurídica dificultou que muitos países chegassem a um acordo (BULTO, 2015).

Cabo Verde, enquanto Estado, não está a parte deste cenário. O país saheliano tem precipitações reduzidas e irregulares e a problemática da gestão sustentada da pouca água constitui uma preocupação permanente dos sucessivos governos, de instituições públicas, bem como do setor privado e de todos os que se encontram diretamente envolvidos com o setor da água (CABO VERDE - RELATÓRIO À CONFERÊNCIA RIO +20, 2012). A figura abaixo demonstra a precipitação média anual.

²Criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e Cabo Verde enquanto membro, desenvolveu e implementou um conjunto de ações estratégicas, que teve de ser ultrapassadas até 2015. O propósito da iniciativa foi engajar os líderes mundiais na realização de um mundo digno para todos, garantindo às gerações futuras oportunidades de se desenvolverem em situações sócio-econômicas e ambientais propícias e de construir uma sociedade mais justa e equitativa.

Figura 3 - Precipitação média anual



Fonte: Dehesa (2012)

Existem múltiplas barreiras e dificuldades enfrentadas no setor de serviços de abastecimento de água. A situação atual nas ilhas é “fortemente condicionada pela escassez de recursos hídricos convencionais (isto é, as águas superficiais e subterrâneas), o que obrigou ao recurso de água dessalinizada” (CABO VERDE - PDAS, 2016, p.6). A água no país é um recurso que deve ser potencializado, conforme o documento:

O custo elevado traduz-se num condicionante importante ao consumo de água por parte das populações de baixo rendimento que vem condicionando o acesso ao serviço básico de abastecimento de água às populações, seja pela escassez como pelo custo, com capitações muito baixas e um consumo suprimido. O esforço que tem sido feito no aumento da taxa de cobertura para garantir o serviço de abastecimento de água à maioria da população esbarra na indisponibilidade de recursos hídricos disponíveis a um custo socialmente aceitável (CABO VERDE - PDAS, 2016, p.6).

Como referiu Marques et al (2014), citado por Varela, L (2016), Cabo Verde para prover a economia e garantir a saúde e bem-estar da população através do acesso à água, será preciso ultrapassar alguns desafios como:

(i) dificuldades financeiras das operadoras dos serviços de água e saneamento que constitui fator de fragilidade de uma futura sustentabilidade financeira do setor; (ii) escassez de água, que obriga que se recorra à dessalinização com custos de produção ainda elevados; (iii) limitações institucionais do setor com sobreposição de funções e responsabilidades e (iv) falta de clareza na definição de fronteiras institucionais (VARELA, L, 2016, p.220).

Diante do cenário internacional, o país teve a necessidade de criar mecanismos que respondessem a demanda, não só a esta agenda, como também que satisfizesse a necessidade da sua população. Se para os países com maiores potenciais a nível hídrico e econômico, o surgimento do direito humano à água tem sido tão lento quanto controverso, o mesmo ocorre para o caso de Cabo Verde.

Com um total de 524.833 habitantes, segundo as estimativas de 2015, o país tem como principais atividades econômicas a agricultura, pesca, pecuária, comércio e turismo. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, são três as principais fontes de água para beber dos agregados familiares: fonte 36,2%; rede pública 30,9% e água engarrafada 26%. Porém 17,5% dos agregados das zonas rurais da maior ilha – Santiago, ainda consomem água proveniente de fontes não melhoradas para o consumo humano (CABO VERDE - INE, 2015, 2015a).

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (Censo Nacional de 2010), mais de 92% dos cabo-verdianos têm acesso à água potável. Contudo, os sucessos alcançados não podem iludir os enormes desafios que o país, no seu todo, continua a enfrentar. Ainda existem grandes diferenças no acesso entre as cidades e o campo, o custo tende a ser cada vez mais elevado, as ineficiências de gestão, a frequência de cortes e a qualidade e a quantidade do abastecimento deixam ainda muito a desejar, com particular incidência nas populações vulneráveis, do campo e das periferias das cidades. E ainda acrescenta o documento:

Com efeito, todos os macro documentos oficiais de diagnóstico do setor mostram que o acesso à água e ao saneamento afeta sobretudo as populações periurbanas e rurais, e em particular as mulheres chefes de família, reproduzindo a pobreza e a desigualdade de gênero, bem como as crianças que são prejudicadas, não apenas na sua saúde, como no aproveitamento escolar, ao perderem imenso tempo a carregar água das fontes ou chafarizes, tempo que poderiam dedicar à escola e ao estudo (CABO VERDE - B.O da República de Cabo Verde, 2015, p.1).

Nas ilhas, as mulheres são as principais responsáveis pelo abastecimento de água para o consumo das famílias.

Apesar da elevada proporção de dados não disponíveis em relação a pessoa que vai buscar água, transparece que esta é uma tarefa essencialmente feminina, principalmente das mulheres adultas, mas também do dobro das raparigas dos 12 aos 17 anos em relação so rapazes da mesma faixa etária. Estes padrões mantêm-se tanto para os agregados representados por mulheres, como por homens, contudo com responsabilidade acrescida nesta tarefa para as mulheres adultas, quando o chefe do agregado é feminino, e vice-versa, para os homens adultos quando o chefe é masculino (ICIEG, 2012, p.55).

Os trabalhos de cuidados que se relacionam com a água, principalmente no meio rural, são da responsabilidade das mulheres. No caso das imediações da Barragem de Figueira, onde as comunidades dispunham de água canalizada, porém os equipamentos foram danificados, sendo que os responsáveis foram consertar uma vez e, na segunda vez que se fez necessário, não o fizeram até hoje, há mais de 4 anos. Como nos demais

espaços rurais cabo-verdianos, o poço é a principal fonte de acesso à água e as mulheres e meninas são as responsáveis pelo abastecimento. O Plano Diretor de Água e Saneamento de 2016 destaca que a “mulher continua a ter grande parte do seu tempo dedicado a tarefas ligadas ao abastecimento de água e saneamento, em detrimento de outras atividades que contribuam para o seu desenvolvimento social e consequentemente do seu agregado familiar” (CABO VERDE - PDAS, 2016, p.22).

As grandes linhas de política geral da estratégia nacional de água e saneamento partem do reconhecimento de que o direito à água e ao saneamento se constitui enquanto um direito humano fundamental. Consequentemente, cada cidadão deveria ter acesso a uma quantidade mínima diária de água, para satisfação dos usos domésticos e beneficiar de condições dignas de saneamento, a um custo acessível (CABO VERDE - B.O. DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, 2015). Segundo o mesmo documento, “o futuro tratado internacional sobre o direito à água deverá estabelecer que cada pessoa, para usos pessoais e domésticos, tem o direito a água que seja (1) bastante, em quantidade, (2) sã, (3) fisicamente acessível e (4) de custo módico” (CABO VERDE - B.O. DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, 2015, p.479).

Para além da questão de se estabelecer qual a mínima quantidade de água que seja considerada como o bastante e, em consequência, se garanta uma das condições do direito à água, há, em todos os países, mas de modo especial em Cabo Verde, uma outra questão que tem a ver com a fixação da máxima quantidade que se revele bastante para a satisfação de todos os usos domésticos. O reconhecimento do direito à água a par da radical eliminação de todos os desperdícios (CABO VERDE - B.O. DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, 2015, p.479).

Segundo o documento, esta seria a condição para se assegurar a todos o direito à água e promover o desenvolvimento de Cabo Verde através da melhoria integrada das condições de abastecimento de água, de saneamento e higiene, salvaguardando o uso sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente, bem como a equidade e a igualdade de gênero e das camadas sociais mais desfavorecidas (CABO VERDE - B.O. DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, 2015).

O Governo aprovou, em 2015, o Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PLENAS), como forma de apoiar a reforma do setor da água e saneamento no país. Emana do documento orientações estratégicas ao Governo e às Autoridades Locais em relação às políticas para o setor e para orientar os processos de planeamento detalhado a serem levados a cabo em cada ilha. Conforme Enquadrado no segundo

Compacto do Millennium Challenge Account (MCA-II)³, acordado entre a República de Cabo Verde e os Estados Unidos da América, através do Millennium Challenge Corporation (MCC)⁴, que é um programa de apoio aos países em desenvolvimento e deve assegurar o direito de todos os cidadãos à água e promover a melhoria integrada das condições do seu abastecimento (CABO VERDE - B.O. DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, 2015).

O direito à água impõe, na sua plena concretização, as seguintes situações:

(Situações de sobrevivência) não pode ser retirado aos que vivem de modo disperso e, ou em zonas de difícil acesso se tais condições de vida corresponderem a formas de sobrevivência, no cultivo de pequenas parcelas de terreno, na criação e pastoreio de cabeças de gado, não devendo ser negado o acesso das correspondentes populações ao mínimo diário de 40 L/pessoa, dos quais sendo potável, ao menos, quanto a 5 L/pessoa, a custos não superiores a 5% do rendimento familiar;

(situações de opção, seja de 2ª habitação ou como forma de negócio) nos casos de residências isoladas, fora dos limites próprios dos aglomerados populacionais, ocupadas em permanência ou de modo temporário, desde que localizadas em conformidade com as exigências do ordenamento do território, mantém-se o direito à água mas os preços correspondentes ao acesso a um mínimo de 40 L/dia até um máximo de 90 L/dia por pessoa para consumos domésticos, dos quais pelo menos 5 L/dia com a qualidade de água potável, devem cobrir integralmente os correspondentes custos de investimento e de exploração (CABO VERDE - B.O. de Cabo Verde, 2015, p.480).

³MCA – CV II - É um órgão criado pelo Governo de Cabo Verde, responsável pela implementação do programa do segundo Compacto assinado entre os Governos de Cabo Verde e dos Estados Unidos da América, através do Millennium Challenge Corporation – MCC, no valor de 66.2 milhões de dólares, para execução de projetos que contribuem para o crescimento económico e redução da pobreza. O MCA- CV II tem a finalidade de atuar como principal agente do Governo de Cabo Verde para implementar o Programa do Compacto e efetivar o direito e o dever do Governo de supervisionar, gerir e implementar o Programa, incluindo, sem limitação, a implementação dos projetos e suas atividades, alocação de recursos e sua gestão (DESCRIÇÃO GERAL DO MCA CV II (DGMCA, 2012).

⁴Em Julho de 2005, a Millennium Challenge Corporation assinou um acordo de cinco anos, no valor de US \$ 110 milhões de compactos com o Governo de Cabo Verde, que visa contribuir para a transformação da sua economia de ajuda dependência para, crescimento da indústria privada liderada sustentável. Os investimentos estratégicos em três projetos, onde vai melhorar e aumentar o clima de investimento do país e reformar o setor financeiro; Melhorar a infra-estrutura para apoiar a actividade económica e fornecer acesso aumentou para mercados, emprego e serviços sociais; Aumentar a produtividade agrícola e aumentar a renda da população rural; e realizar algumas reformas políticas essenciais necessários para o crescimento económico sustentado. O compacto em Cabo Verde entrou em vigor (FEI) em Outubro de 2005 formalmente. Iniciar o cronograma de cinco anos para a implementação do projeto. O compacto fechou em outubro de 2010. Porém Cabo Verde foi selecionado como elegível para Desenvolver um segundo compacto do MCC em 09 de dezembro de 2009. Iniciaram uma estratégia de duas partes concebido para apoiar Cabo Verde de programas de transformação económica a longo prazo através de segmentação desenvolvimento micro-finanças e acesso melhorado ao crédito para os agricultores. Os cabo-verdianos, as metas da estratégia vivendo em áreas afetadas por Bacias Hidrográficas, com serviços Agrícolas, onde ganhou linhas de crédito para produção agrícola e adoção de sistemas de irrigação por gotejamento (CABO VERDE COMPACT (CVC), 2017).

A problemática do abastecimento de água não se restringe às necessidades de consumo das populações. As mais diversas atividades econômicas e sociais, a par de serviços públicos, constituem-se como consumidores de água, correspondendo-lhes, genericamente, consumos não-domésticos. As quantidades e qualidades da água relativas aos consumos não-domésticos deverão ser as estritamente necessárias à satisfação otimizada das necessidades das atividades econômicas e sociais e dos serviços públicos. Isto porque o direito de acesso do povo cabo-verdiano à eletricidade, à água e ao saneamento, enquanto direito humano derivado de outros direitos humanos, com a mesma dignidade, como o direito à saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida, constitui uma tarefa fundamental do Estado, garantido pela Constituição e pela ordem jurídica internacional diretamente vigente na ordem interna (CABO VERDE - B.O. DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, 2015).

Falar do direito à água enquanto um direito humano necessita de um profundo debate, primeiro pelas características ambientais referidas do país e, segundo, porque há um grande número de pessoas que vivem em situação de pobreza, conforme reconhecem os diferentes documentos provenientes de planos e programas de governo.

3.2 A formulação de políticas públicas de agricultura

Cabo Verde se apresenta como uma República soberana, unitária e democrática de sistema semi-presidencialista em que tanto o primeiro-ministro como o presidente têm poder político. A política em Cabo Verde tem sido de modo geral orientada para o consenso, conformando governos de maioria. Essas características do país são importantes para um entendimento do processo de formulação de políticas públicas.

Para a análise das políticas públicas, este trabalho buscou apoio no modelo de múltiplos fluxos. Esta abordagem foi desenvolvida pelo americano e politólogo John Kingdon (2003). A questão essencial para ele foi perceber por que alguns problemas se tornam importantes para o governo e como uma ideia se insere no conjunto de preocupações dos formuladores de políticas públicas (SOUZA, 2007). Deste modo, Souza (2007) apresenta o conceito de políticas públicas de Kingdon:

(...) conjunto formado por quatro processos: o estabelecimento de uma agenda de políticas públicas; a consideração das alternativas para a formulação de políticas públicas, a partir das quais as escolhas serão realizadas; a escolha dominante entre o conjunto de alternativas disponíveis e finalmente, a implementação da decisão (SOUZA, 2007, p.25)

Kingdon (2003) dá mais ênfase para os dois primeiros processos, denominando-os de estágios pré-decisórios, nos quais consta a formulação da agenda e as alternativas para a formulação das políticas. Apresento a seguir alguns aspectos deste estágio.

Conforme exposto anteriormente, ao longo da construção de Cabo Verde enquanto nação independente, o país teve que lidar com as questões voltadas para o setor agrícola, que sempre esteve, com maior ou menor ênfase, presentes ao longo dos sucessivos governos, o que, nas palavras de Kingdon, seria dizer – a questão agrícola sempre esteve na “agenda governamental”.

A principal questão de Kingdon (2003) é por que alguns problemas se tornam importantes ao governo e, como isso, se transformam numa política pública. Irei elencar alguns indicadores que permitem explorar esta questão e contextualizar a “agenda governamental”.

A partir de 1975, o país passa a ser governado pelo Partido Africano pela Independência de Cabo Verde (PAICV) num sistema de partido único de inspiração marxista, com base numa política de não-alinhamento com quaisquer dos blocos políticos da época (ARTILES, 2011).

Em 1990, no quadro da terceira onda de democratização (HUNTINGTON, 1991), depois de quinze anos sob um regime autoritário de partido único, o país conhece a transição para a democracia. Instituiu-se no arquipélago um Estado de Direito, baseado no sistema de democracia semi-parlamentarista, com eleições livres e periódicas. Segundo Ames (2007), Cabo Verde constitui um paradigma de consolidação democrática no contexto africano.

Neste trabalho seguirei o conceito de políticas públicas de Kingdon (2003), acrescido de orientações conceituais apresentadas por Souza (2007), para a qual as políticas públicas compreendem diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado (SOUSA, 2007). Vale ressaltar que estas políticas podem ser explícitas, sistematizadas ou formuladas em documentos, que podem ser tanto leis, programas, linhas de financiamentos, que visam orientar ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

É de ressaltar que o conceito de política agrícola é amplo e tem que englobar todas as ações do governo dirigidas ao meio rurais, não se restringindo apenas às esferas do campo da produção, produtividade e preços (RODRIGUES, 2010). O autor Lamounier (1994) enfatiza as políticas agrícolas como:

Conjunto de ações de governo dirigidas de forma específica ao setor agropecuário tendo como objetivos: a) reduzir os custos de produção abrangendo desde investimentos públicos em pesquisa e infra-estrutura (armazéns, estradas, transporte, irrigação e eletrificação rural) a gastos com educação e saúde; b) estabilizar a renda do produtor; e; c) prover crédito. Naturalmente outras ações governamentais, como as políticas cambiais, de comércio exterior, de proteção à indústria ou ao meio ambiente, de tributação ou controle dos preços internos podem ter, e efetivamente têm tido impacto significativo sobre o desempenho do setor agropecuário (LAMOUNIER, 1994, p.2).

As políticas de agricultura decorrem da necessidade de proteger setores que enfrentam para participar no mercado (RODRIGUES, 2010). Segundo a mesma autora, em Cabo Verde, as primeiras políticas de agricultura foram criadas com ênfase no combate ao déficit alimentar decorrente da falta de chuva, que provocaram maus anos agrícolas na década de sessenta e início da década de setenta.

O modelo de múltiplos fluxos considera que a mudança da agenda é resultado da convergência entre três fluxos: problemas, soluções e alternativas (SOUZA, 2007). O exposto anterior enquadra-se no primeiro fluxo – o fluxo dos problemas - ligados ao setor agrícola em Cabo Verde. Os governantes passaram a se importar com diferentes questões que eram sentidas por todos os agentes ligados à agricultura no arquipélago. A seca foi construída como o problema principal do país, pelo qual os governantes deveriam colocá-la na ordem do dia, enquanto problema inerente ao setor agrícola.

Já no segundo fluxo - alternativas e soluções, flutuam naquilo que é na literatura conceituado como “caldo primitivo de políticas públicas”.

Ao longo de diferentes mandatos, algumas ideias sobrevivem intactas, enquanto outras confrontam-se e combinam-se com novas propostas e outras ainda são descartadas (SOUZA, 2007).

No ano de 1975 o país estava economicamente fragilizado. Sendo assim, a principal preocupação do governo era com o desenvolvimento socioeconômico que, numa primeira fase, assentaria-se na agricultura. Em virtude disso, havia a necessidade de se proceder a algumas transformações no tocante às relações de propriedade, aos padrões das relações de trabalho e à política agrícola vigente na época. Nas palavras de Furtado (1988):

A interligação entre a agricultura e o desenvolvimento socioeconômico da sociedade cabo-verdiana, fica clara quando percebemos que, nessa época, a preocupação fundamental era a modernização da agricultura. Ou seja, modificar a estrutura agrária para melhorar as condições de produção, através de novas técnicas e novas relações de propriedade, de produção e de produtividade (FURTADO, 1988, p.103).

A prioridade do governo visava a produção alimentar. E, para fazer face ao desafio, procedeu-se à arrecadação de recursos para os projetos de desenvolvimento por meio da nacionalização de grandes propriedades fundiárias e do aumento de impostos sobre as transferências e as propriedades. Assim, visando reverter o processo de desertificação crescente implementou-se a estratégia de aumentar a produção agrícola e atender à demanda interna. Essa política foi complementada com a transferência de recursos para o estado mediante a exportação da “distorção dos preços relativos” em detrimento dos preços agrícolas (RODRIGUES, 2010). Essas medidas tinham como objetivo passar de uma agricultura de subsistência para uma agricultura moderna e capaz de gerar excedentes.

Na questão da formulação das políticas públicas, principalmente no setor agrícola em Cabo Verde, o processo competitivo de seleção de ideias passa pelo crivo de se mostrarem viáveis do ponto de vista técnico, toleráveis quanto aos custos e geralmente sobrevivem aquelas que contam com a aceitação do público em geral. Num país onde quase metade da população vive da agricultura, a receptividade das ideias dos formuladores de políticas públicas tendem a se impor sem grandes constrangimentos.

Já o terceiro fluxo, que é composto pela dimensão da política “propriamente dita”, três elementos exerceram influências sobre a agenda governamental. Constituiu-se um “clima” (Kingdon, 2003) em que em relação ao setor agrícola todas as pessoas das ilhas compartilhavam as mesmas questões durante muito tempo (SOUZA, 2007). O “solo estava fértil” para albergar as ideias, “germinando” e ajudando a explicar o porquê que algumas entram na agenda, enquanto outras são descartadas.

A força favorável para a proposta das políticas agrícolas em Cabo Verde manteve-se à atualidade, onde a agricultura encontra-se diante de novos desafios, bem como os formuladores de políticas públicas e os seus beneficiários. As questões relacionadas ao meio ambiente acabam sendo mais um dos elementos a serem incluídos no processo de formulação das políticas para o setor da agricultura impulsionada pela construção das barragens nas ilhas.

A seguir apresento as políticas públicas, na forma de programas/planos de ação que subsidiaram a análise desenvolvida neste trabalho. Privilegiei os seguintes planos/programas para esta análise:

- Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) - Atualização horizonte 2020.

- Plano de Ação para o Desenvolvimento da agricultura na ilha de Santiago (PADA) - 2009 -2012;
- Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA) II – 2004-2014;
- Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PLENAS) – 2015;
- Programa para a Promoção de Oportunidades Socio-econômicas Rurais (POSER) 2012;

Escolhi trabalhar com estes planos/programas porque todos eles estabelecem uma relação direta com o setor agrícola, que vai desde a segurança alimentar, mobilização da água, meio ambiente, principalmente no espaço rural, como uma das estratégias de combate a pobreza. Os mesmos terão impacto localmente, no âmbito social e na (re)configuração do próprio território. E, assim sendo, estão ligados a projetos de modernização da agricultura, da produção, que vão desde à promoção de tecnologias do cultivo e irrigação até o processamento e comercialização dos produtos.

Os programas analisados cobrem o tempo cronológico de 2004 à 2020 e todos têm como ponto crucial contribuir para o desenvolvimento sustentável e um ambiente condigno para com os povos das ilhas. De realçar que a era das barragens está no cerne deste tempo cronológico.

Os programas-planos surgiram a partir de diferentes programas, instituições e normativas internacionais, que foram adaptados à realidade cabo-verdiana, nas diferentes áreas. E, contando com financiamento e apoio de grandes organizações internacionais e normativas, entre as quais: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Fundo Fiduciário Espanhol (FFE), Millennium Challenge Account (MCA II), Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) e Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O quadro 1 apresenta os documentos analisados, os objetivos, o ano da elaboração, a área de intervenção/ público-alvo, a duração e parceiros/responsáveis.

Quadro 1 - Programas/Planos analisadas

Programas/ planos	Objetivos	Ano de elabora- ção	Área de intervenção e Público-alvo	Duração	Instituições responsáveis e parceiros
	- Assegurar o acesso permanente e estável da				

<p>Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Atualização horizonte 2020 (ENSAN, 2020)</p>	<p>população a uma alimentação suficiente, saudável, nutritiva e segura, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas, possibilitando que possa realizar seu direito humano à alimentação adequada.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para a melhoria das condições de acesso à água, ao saneamento básico e outros componentes de bem estar pelos agregados familiares; - Aumentar a produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens. 	2014	<p>Todos os cidadãos, em especial daqueles em situação de maior vulnerabilidade.</p>	6 anos	FAO e MDR
<p>Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Atualização horizonte 2020 (ENSAN, 2020)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar o acesso permanente e estável da população a uma alimentação suficiente, saudável, nutritiva e segura, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas, possibilitando que possa realizar seu direito humano à alimentação adequada. - Contribuir para a melhoria das condições de acesso à água, ao saneamento básico e outros componentes de bem estar pelos agregados familiares; - Aumentar a produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens. 	2014	<p>Todos os cidadãos, em especial daqueles em situação de maior vulnerabilidade.</p>	6 anos	FAO e MDR
<p>Plano de Ação para o Desenvolvimento da agricultura na ilha de Santiago – 2009 -2012.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aproveitar de forma sustentável os recursos naturais com vista a aumentar a produção e produtividade agrícola da ilha de Santiago; - Combate à pobreza rural e insegurança alimentar. <ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a disponibilidade de água para o desenvolvimento da agricultura; 	2009	A ilha de Santiago	3 anos	MDR e FAO MCA*, FIDA Banco Alemão KFW, Universidade de Turim

	- Promover a gestão e exploração sustentável dos recursos naturais.				
Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente II – 2004-2014	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecer uma orientação estratégica para guiar o uso racional dos recursos naturais e a gestão sustentável das actividades económicas; - Identificar as oportunidades ambientais e prioridades de desenvolvimento; - Definir as estruturas institucionais e os mecanismos necessários para a coordenação intersectorial; - Promover a melhoria das condições de vida da população. 	2004	A nível nacional	10 anos	MAAP*
Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento – 2015	- Apoiar a reforma do setor da água e saneamento no país cujo objetivos visam proporcionar orientações estratégicas ao Governo e às Autoridades Locais em relação às políticas para o sector e orientar os processos de planeamento detalhado a serem levados a cabo em cada ilha.	2015	A nível nacional	15 anos	MCA-II; ANAS
Programa para a Promoção de Oportunidades Socio-econômicas Rurais – 2012	<ul style="list-style-type: none"> - Contribui para melhorar as condições de vida dos pobres rurais, visando o crescimento dos rendimentos associado à promoção de oportunidades económicas inclusivas e duráveis. - Consolidar e reforçar o âmbito das parcerias, pela inclusão das abordagens setoriais, destacando o princípio da co-responsabilização para a luta contra a pobreza. - Ajudar as mulheres e jovens rurais pobres e/ ou indivíduos identificados na base de critério de pobreza nas comunidades rurais. 	2012	7 ilhas habitadas com áreas rurais*. As mulheres chefes de família.	6 anos	Governo, os Beneficiários, o FFF* e o FIDA*

*MAAP – Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas de Cabo Verde.

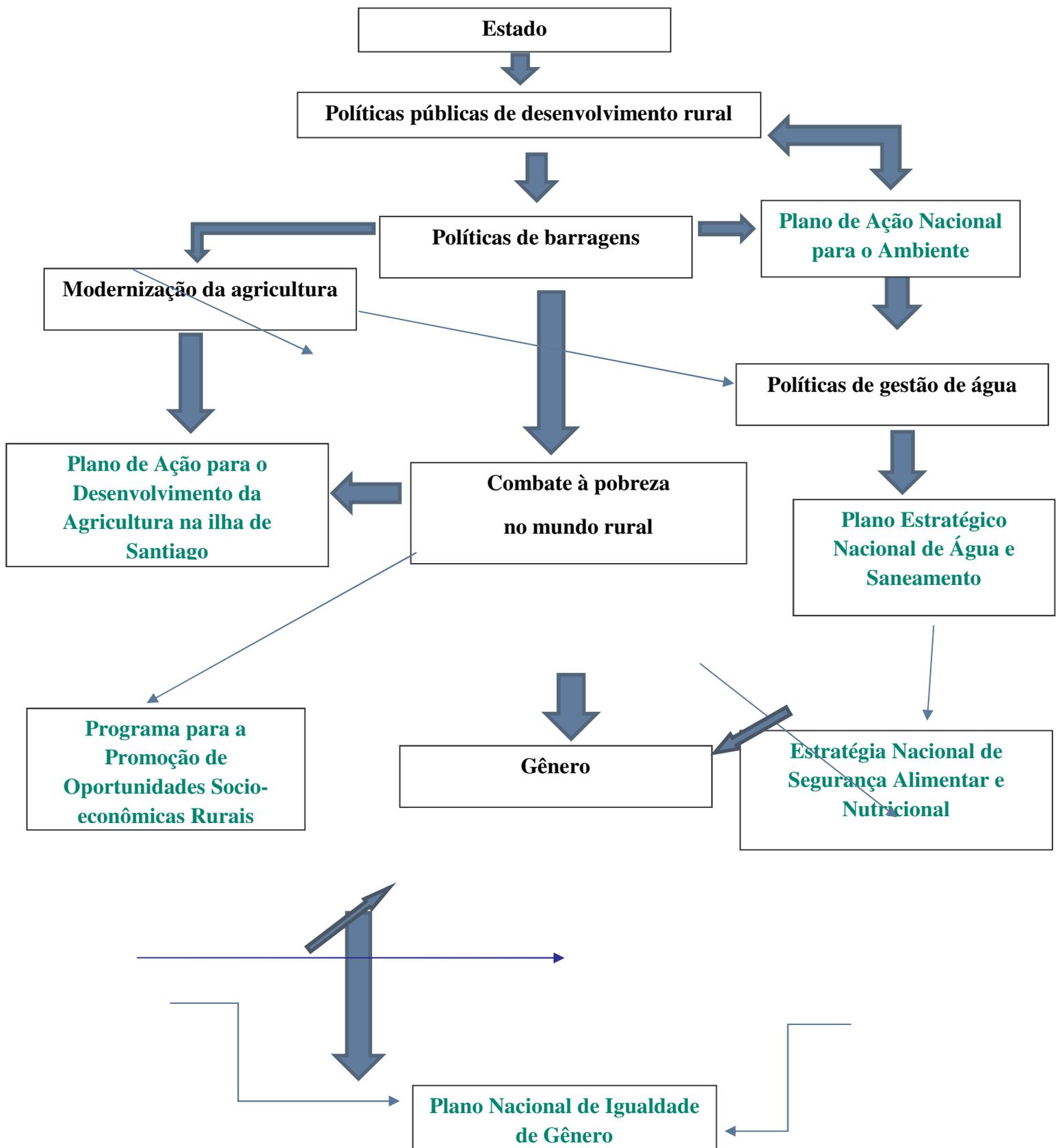
* MCA - Millennium Challenge Account

Elaborado pela Autora

Os pontos que sobressaíram em todos os programas/planos analisados são: melhorar as condições de vida da população; desenvolvimento sustentável; gestão sustentável; combate à pobreza e desigualdade sociais, segurança alimentar, crescimento econômico, gestão da água, ambiente saudável, desenvolvimento sustentável e realçam o enfoque intersetorial para o desenvolvimento do país. E, se tratando da agricultura, os programas/planos reconhecem o valor dos mesmos para as famílias em um meio caracterizado com o maior índice de pobreza no país. A agricultura aparece como uma área transversal para a segurança alimentar, à gestão da água em qualidade, que poderá contribuir para o aumento da produção e proteção do meio ambiente e para assegurar o rendimento para muitas famílias no meio rural.

A seguir abordamos as questões de gênero entram nos diferentes programas/planos, pelo viés da agricultura, que aparece como alicerce para o desenvolvimento de Cabo Verde e que, ao fim e ao cabo, faz jus à construção das barragens. O organograma a seguir (Figura 4) apresenta como os diferentes programas/planos situam as questões de gênero dentro das políticas de desenvolvimento rural que vem sendo elaborada pelo Estado e parceiros.

Figura 4 - Organograma dos planos/programas analisados



Fonte: Autora

Os programas/planos abordam pontos, que estão incluídos dentro das grandes metas dos Objetivo de Desenvolvimento Sustentável: erradicar a pobreza, fome zero e agricultura sustentável, água potável e saneamento, crescimento econômico, ação contra a mudança global. Cabe compreendermos como eles se relacionam com gênero em Cabo Verde.

A partir das conexões e interações (ou não), as agências envolvidas tanto nacional como internacional, procurei ver os silêncios referentes a gênero nesses documentos e como é que a igualdade de gênero faz (ou não) interseção com os mesmos.

Destaco que nas diferentes políticas voltadas ao desenvolvimento agrícola em Cabo Verde, a luta contra a pobreza no meio rural aparece como um tema prioritário de desenvolvimento sócio-econômico e uma das estratégias de alcançar o desenvolvimento sustentável. Dentro disso, as mulheres são destacados como agentes impulsionadoras desse desenvolvimento sócio-econômico, ainda que são consideradas vulneráveis (MOREIRA, 2014; DEHESA, 2012; VIEIRA e ROCHA, 2016). E os documentos analisados reconhecem a importância “da Mulher” no meio rural.

O POSER (2012), realça a questão da pobreza no mundo rural, com ênfase na situação das mulheres e mulheres chefes de famílias, enaltecendo a necessidade da gestão da água para o setor da agricultura e que com a participação das mulheres contribua para a garantia da segurança alimentar. Na mesma linha, por sua vez, o PADA – ilha de Santiago (2009) – reconhece a questão da gestão sustentada da água e principalmente numa abordagem intersetorial, como forma de dar resposta ao setor agrícola no meio rural, no combater a pobreza e contribuir para a segurança alimentar na maior ilha do país. Fomentar as políticas nesses espaços contribuiria para o combate ao êxodo rural e o fomento do turismo rural. O PANA II, (2004), por sua vez, reconhece a necessidade da proteção do meio ambiente para o crescimento econômico do país, o que contribui para a redução da pobreza, principalmente no mundo rural através das práticas sustentáveis e gestão da água, contribuindo assim para um ambiente saudável no país, que contribui para o desenvolvimento do turismo, com a preservação do solo, paisagens, fauna e flora, além da agricultura, em sintonia com o meio ambiente. O ENSAN – 2020 (2014), reconhece o acesso à água como uma das questões fundamentais para a segurança alimentar. O

documento enaltece o PLENAS nesse quesito numa estratégia intersetorial, reconhecendo também o papel que a mulher desempenha nessa matéria. Isto porque o PLENAS reconhece a necessidade do envolvimento no setor da água como uma das estratégias para a garantia da igualdade de gênero. A nível das políticas, todos os planos/programas reconhecem o papel da mulher no mundo rural e a importância do envolvimento delas nos programas como forma de alcançarem as metas estabelecidas. Entretanto, cabe analisar se gênero e agricultura estão articulados.

3.3 Gênero e agricultura: uma lógica mesclada?

Para Scott (2010, p. 94), gênero é uma “categoria analítica para falar de sistemas de relações sociais” em que a “diferença sexual aparece como forma primária de dar significado à diferenciação” (1995, p.75), e “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86). Pensar gênero como uma categoria ligada ao poder, desde uma abordagem decolonial, possibilita “examinar a inter-relação entre colonialidade e patriarcado e suas derivações” (SEGATO, 2012, p. 106). É desde esta perspectiva (SEGATO, 2012; LUGONES, 2008) que este capítulo irá analisar a relação entre gênero e agricultura.

A noção de agricultura, entendida como esforço para situar a planta cultivada nas condições ótimas do meio (clima e solo), para tirar o máximo rendimento em quantidade e em qualidade (DIEHL, 1984), serviu de base para a compreensão do setor, num território marcado pelas heranças escravocrata e de desigualdade de gênero (MONTEIRO, 2009; SILVA, 2009; MOASSAB E VIEIRA, 2010; DUARTE, 2012; DEHESA; FURTADO, 2013; MIRANDA, 2013; MOREIRA, 2014; VIEIRA e ROCHA, 2016) nas diferentes esferas, entre as quais a agricultura. Num momento em que a agricultura e gênero se encontram em alta na agenda do governo, como as mesmas se cruzam (ou não)?

Os dados apresentados no documento Estratégia Nacional Segurança Alimentar e Nutricional (2014, p. 30) “são referências importantes para compreender o processo de desenvolvimento da agricultura no país, ao disponibilizar informações sobre a agricultura irrigada e a instalação de estufas e produção hidropônica” que circunscreve as rubricas das mudanças no setor (tabela 2), com o advento das barragens:

Tabela 1- Áreas e unidades de irrigação, estufas e hidropônia, por ilhas produtoras

Tipo de exploração	Unidade	Santia-go	Santo Antão	Fogo	São Vicente	Maior	Brava	Boa-vista	São Nicolau	TOTAL
Áreas irrigadas	ha ⁵	1.869	1.418	52	74	60	41	23	107	3.643
Áreas irrigadas (regime emporário)	ha	328	18	0	0	40	20	0	13	419
Áreas irrigadas (regime permanente)	ha	1.538	1.400	52	74	30	20	0	93	3.207
Áreas irrigadas (rega gota-a-gota)	ha	1.136	91	52	54	27	14	20	75	1.469
Estufas	Nº	18	4	11	13	1	3	58	7	115
Área cultivada (com estufas)	M ²	6.450	1.600	2.700	10.000	500	1.270	560	7.670	30.750
Hidropônica	Nº	53	0	0	2	0	1	1	0	57
Área ocupada (hidropónia)	M ²	6.700	0	0	600	0	500	1.500	0	9.300

Fonte: Relatório PEDA PNIA 2013 apud in (CABO VERDE -MDR - ENSAN, 2014, p.30 e 31)

O documento realça que as ilhas com maior vocação agrícola são as mesmas que dispõem de barragem (Santo Antão, São Nicolau e Santiago), sendo estereotipo de exploração que vem sendo utilizada pelos agricultores como estratégia de garantir a

⁵ha ou hectare, é uma unidade de medida agrária, em que um hectare corresponde a dez mil metros quadrados.

gestão da água. A evolução tecnológica tem suscitado o estímulo ao agronegócio, envolvendo a produção, processamento e a comercialização. É ressaltada a importância de que as ações de estímulo à intensificação não impliquem no uso mais intensivo (não racional) dos recursos naturais e no uso indiscriminado de agrotóxicos e supõe-se que o baixo uso desses produtos em Cabo Verde é um dos diferenciais de sua agricultura, o qual deve ser preservado e valorizado (CABO VERDE - MDR - ENSAN, 2014).

A massificação de técnicas de microirrigação, ainda que ocorra em empreendimentos de pequena escala e de forma artesanal deve estimular sistemas de produção sustentáveis, diversificados, capazes de proporcionar maiores rendas, se adequar a nichos de mercado e privilegiar o enfoque qualitativo. A introdução de novas tecnologias de produção não pode implicar na exclusão de agricultores familiares tradicionais, devendo privilegiar a apropriação das inovações principalmente pelos mais jovens, mais receptivos às mudanças (CABO VERDE - MDR - ENSAN, 2014, p.31).

Segundo o documento, ainda que existe um setor empresarial ligado às culturas hortícolas e que seja estimulado o empreendedorismo rural, “persiste a necessidade de uma valorização e o reconhecimento formal dos produtores familiares, destacando os sistemas e modos de produção sustentáveis dos mesmos”⁶ (MDR - ENSAN, 2014, p.31). O documento ainda destaca um conjunto de características do setor nesse advento, porém, reconhece lacunas e uma delas é a da não inserção da abordagem de gênero. A falta de dados sistematizados, que conseqüentemente dificulta uma análise holística da presença de homens e mulheres no setor da agricultura.

Apesar das adversidades é unânime que o setor da agricultura é fundamental para a segurança alimentar, a preservação do ambiente e impacto que a mesma tem na vida da população cabo-verdiana. Ainda o documento Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2014) reforça a importância da agricultura, que é partilhada pelos homens e mulheres das ilhas.

A importância da agricultura em Cabo Verde pode ser referenciada não apenas na participação do setor primário em média de 8,5% do PIB nos últimos anos (2007 a 2011), mas, sobretudo pelos 40% das famílias que dela vivem e da geração de mais de 50% das ocupações rurais. Não só a produção agropecuária, como a pesqueira, cumprem o importante papel social de assegurar a segurança alimentar e nutricional para as famílias que se ocupam nestas atividades (CABO VERDE- MDR - ENSAN, 2014, p.29).

⁶Entendemos o reconhecimento formal dos produtores familiares aqui nos mesmos argumentos apresentado pelo MDR – ENSAN (2014, p.31), onde “inclui também os cerca de 3.900 pescadores artesanais atuantes em Cabo Verde, extrativistas e outras populações tradicionais do meio rural”.

O Ministro da Agricultura de Cabo Verde – Gilberto Silva, na sessão plenária do mês de Junho 2017, sobre “Os desafios no setor Agronegócio”, fez a seguinte caracterização do setor agrário, com os dados atualizados, referente ao Recenseamento Geral de Agricultura de 2015: “Os dados apontam que 99,7% da estrutura agrária é composta por unidades familiares de pequenas dimensões e ocupa apenas 9,3% do território nacional. Das áreas ocupadas cerca de 82% é de sequeiro⁷ e só 17% é de regadio⁸”(SPS, 2017).

Ainda que com a massificação de alguns produtos no mercado (frutas e hortícolas), o ministro realçou que os preços dos produtos oscilam bastante, o que resulta num prejuízo e aflição para os produtores e dificuldades de escoamento dos mesmos, reforçada pela sua pequenez, porém, os dados apontam que o país depende fortemente da importação dos produtos agrícolas do exterior. Num cenário em que “a contribuição do setor agrário para o PIB nacional é baixa e oscila-se a volta dos 7.2%. e cerca de 45% da pobreza incide no meio rural, onde também 20% das famílias encontram-se ainda situação de insegurança alimentar”(SPS, 2017).

Os dados apontam uma questão crucial a ser estudada, pois, ainda que há um grande esforço na construção da barragem, para potencializar a agricultura de regadio, as famílias permanecem a se ocupar majoritariamente da agricultura de sequeiro, com foco na exploração de subsistência, contrariando, assim, a lógica da barragem.

Uma outra questão é o fato do meio rural ser responsável pela produção de alimentos, porém não há meios que garantam um bem-estar a nível da alimentação para estas famílias, pois reconhece-se as “dificuldades de ordem estrutural referente a condições para desenvolver mais as horticulturas, a fruticultura e a pecuária” (SPS, 2017).

Ainda que com estas limitações, o setor é reconhecido pelas suas potencialidades a explorar, e o Ministro aponta o que poderá ser feito:

Por um lado aumentar a produção agrícola para responder a crescente demanda de alimento devido ao crescimento populacional e do turismo e por outro lado, adaptar o setor agrário as mudanças climáticas, aumentando a resiliência e reduzindo os riscos. Trata-se de um setor de atividade em que o papel exercido é por privados, cabe ao Estado construir o planeamento estratégico e um

⁷É um regime de cultivo dependente da chuva. Geralmente, as parcelas são cultivadas durante o período das chuvas, que, em Cabo Verde, decorre de Julho a Outubro. As culturas praticadas são tradicionalmente milho e feijões, e, por vezes, amendoim, raízes e tubérculos, hortícolas e certas árvores fruteiras (MDR – RGA, 2015, p. 19).

⁸É um regime de cultivo sujeito a rega (diferente da chuva), praticado nas parcelas que dispõem de instalações permanentes de rega ligadas a um sistema de adução de água. Estas parcelas estão geralmente situadas nos vales. Cultivam-se ali cana sacarina, hortícolas, raízes e tubérculos e fruteiras, entre outros (MDR, RGA, 2015, p.19).

quadro legal e institucional do setor, assegurar a proteção animal e vegetal; promover investigação agrária, assegurar a formação e assistência técnicas aos produtores; criar as condições logísticas e infra-estruturas e apoiar a organização da classe produtiva (SPS, 2017).

Os dados apresentados evidenciam os discursos políticos referentes a questões dos investimentos para potencializar a agricultura. Ao analisar os dados, percebe-se que não tiveram muitas mudanças em comparação com os dados do Recenseamento Geral da Agricultura de 2004, por apresentar dados similares, numa época em que não havia barragem a funcionar no país.

A agricultura em Cabo Verde opera com escalas bastante reduzidas de áreas e explorações, com práticas bastante tradicionais, o que se constata ao verificar que a consorciação entre milho e feijão ocupa 95% das terras cultiváveis. Tal modelo não é capaz de gerar os resultados econômicos que possibilitem obter a prestação de serviços necessários para possibilitar a ampliação da eficiência, da participação da produção local no abastecimento alimentar e da sua capacidade de gerar dinamismo econômico nos territórios onde se localizam. Diante dessas dificuldades estruturais a tendência é de exclusão gradativa dos agricultores do processo de desenvolvimento, aumentando o êxodo e a escalada da urbanização, com todas as consequências indesejáveis que acarreta (CABO VERDE - MDR - ENSAN, 2014, p.29).

Ao longo do século XX, a “agricultura foi entendida principalmente como atividade econômica, cujo principal objetivo era o lucro e que mediante um conjunto de práticas agrícolas a serem utilizadas em função de seus custos, visava principalmente maximizar esse lucro” (DAL SOGLIO e KUBO, 2009, p.7). O objetivo da agricultura deixou de ser a produção de alimentos e passou a ser vista como uma atividade comercial, um negócio a ser regulado pelo mercado. Essa situação chegou a tal ponto que, na atualidade, em muitos setores da sociedade, a agricultura vem sendo tratada como sinônimo de agronegócio. É dentro deste cenário que se insere a nova onda da agricultura em Cabo Verde, com foco na produtividade e nos agricultores como empreendedores.

Como estratégia de fazer face aos desafios do setor da agricultura no país, o atual Governo elencou algumas medidas políticas agrárias como estratégias de longo prazo, que norteiam as estratégias de desenvolvimento sustentável e vão ao encontro das diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). E, segundo o Ministro da Agricultura, essas diretrizes se resumem em três pontos: “1 – Privilegiamos o desenvolvimento de unidades familiares e individuais; 2 – Cooperativas de produção e empresas tecnologicamente modernas, rentáveis e ambientalmente sustentáveis; 3 - Transformação – agropecuária” (SPS, 2017).

O Ministro realça o papel da extensão rural, com foco na reestruturação focada na divulgação dos conhecimentos técnicos junto da classe produtiva e a implantação de

“escolas móveis e programas de comunicação para a mudança de atitudes e práticas e divulgação de técnicas de produção em todos os formatos tecnológicos disponíveis”(SPS, 2017).E, segue ainda com informações sobre a água para irrigação:

Planos de ordenamento agrícola, visando a distribuição de culturas conforme as potencialidades dos solos. Água para a irrigação: vai ser ultimado antes do Setembro um estudo sobre assunto para obter subsídios para a implementação de modelos de gestão mais assertiva. Continuar com rede de distribuição de água até as parcelas dos agricultores e incentivar técnicas eficientes de irrigação. A mobilização e armazenamento da água bem como a massificação do sistema fotalgico para as bombagens, são as prioridades (SPS, 2017).

Para tal, o Ministro reconhece a necessidade de um investimento nas políticas que possibilite o acesso aos agricultores.Entre estas, falou em créditos agrícolas, em incentivos e parcerias, tendo em conta o sistema de financiamento específico ao setor agrário. Tendo em conta que uma das demandas dos agricultores se relaciona com as “questões fundiárias e suas pendências e as lacunas em termos da logística da cadeia de valor de produção, com foco no tratamento pós-collheita, transporte e comercialização e a organização da classe produtiva” (SPS, 2017). E, por fim, o ministro destaca a questão do financiamento e assistência técnica específicas para os micros e pequenos projetos familiares e comunitários.

Porém, ao longo da proposta do governo para o setor, não se explicita pontos referentes a questões de gênero e como aparecem em diferentes programas com foco no desenvolvimento rural e das mulheresna agricultura. Ainda que igualdade de gênero seja um princípio universal de direito e um compromisso de dimensão global reconhecido nos principais instrumentos internacionais e nacionais.

A igualdade de gênero aparece como uma prioridade a nível global, em consonância com os quadros normativos internacionais, o que levou à inclusão de um objetivo sobrea igualdade de gênero e empoderamento das mulheres - o ODM 3, bem como à sua integração transversal nos demais ODM, em particular, em algumas metas e indicadores. Ainda outros documentos foram relevantes para a colocação da questão em pauta em Cabo Verde:

Particularmente relevante entre os instrumentos internacionais, a CEDAW – Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979, que circunscreve o que constitui discriminação contra as mulheres e define uma

agenda para acção a nível dos países, no sentido de eliminar esta discriminação⁹ (CABO VERDE- ICIEG - PNIG -2015 - 2018, 2014 p.40).

E, mais do que uma agenda a nível global, o plano também traz pontos específicos sobre o que se tem feito a nível desta matéria no continente africano. E, lê-se:

Progressivamente, a nível do continente Africano e da sub-região oeste africana (CEDEAO)¹⁰, têm sido assumidos acordos em matéria de gênero: a União Africana (UA) refere no seu Acto Constitutivo o princípio da promoção da igualdade de gênero e tem accionado medidas para assegurar a participação das mulheres em cargos de liderança e tomada de decisão. Em 2012 é eleita uma mulher para o cargo de Presidente da Comissão da União Africana e, em 2013, 6 dos 10 Comissários são mulheres. A AU estabeleceu uma Direção de Mulheres, Gênero e Desenvolvimento, posicionada a alto nível na instituição, com o mandato de integrar transversalmente o gênero. A Direção tem tido um papel importante no apoio à pesquisa e estatísticas, na visibilidade das questões de gênero em África e em dar voz às organizações de mulheres. Existem unidades dedicadas de gênero a nível sub-regional, como é o caso da CEDEAO, que definiu uma política de gênero para guiar os estados membros da CEDEAO na integração transversal do gênero. A AU estabeleceu ainda a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), hoje um programa para o desenvolvimento, que tem entre os seus objectivos o reforço das capacidades das mulheres, a fim de promover o seu papel no desenvolvimento económico. Em 2003, é assinado pelos Chefes de Estados Africanos o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, sobre os Direitos das Mulheres (Protocolo de Maputo). Em 2010 a AU lançou a Década das Mulheres Africanas (2010-2020), baseada numa abordagem com enfoque nas comunidades (de baixo para cima), focada na luta contra a pobreza, empoderamento económico e empreendedorismo, agricultura e segurança alimentar, ambiente e mudanças climáticas, finanças e orçamentação sensível ao gênero, e participação na tomada de decisão CABO VERDE- ICIEG - PNIG -2015 - 2018, 2014 p.41).

O país reconheceu a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres como marcos importantes, o que fez com que mesmo assumisse “compromissos de assegurar às mulheres a igualdade de direitos, acesso e oportunidades de participação e liderança na economia, na sociedade e esfera política” (CABO VERDE- ICIEG - PNIG -2015 - 2018, 2014 p.41). Com esse reconhecimento e com a discussão em curso sobre o pós-2015 e a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), reforçaram o quadro de compromisso e prestação de contas em matéria de igualdade de gênero no país, e à nível internacional também.

⁹De entre outros compromissos internacionais fundamentais para a plena realização dos direitos das mulheres, destacam-se o Plano de Acção saído da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994 (CIPD); e a Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, saída da 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres, em 1995, que absorveu os princípios da CIPD e que objectiva remover todos os obstáculos à igualdade de gênero em todas as esferas da vida pública e privada,

¹⁰Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

A nível nacional, os antecedentes das políticas de gênero remontam à criação do Instituto da Condição Feminina (ICF), com a aprovação do Plano de Acção Nacional de Promoção da Mulher (1996-2000). Seguiu-se-lhe o Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género (PNIEG, 2005-2011), elaborado sob o marco do ICIEG. O 1º Plano Nacional de Combate à VBG (PNVBG, 2008-2011) foi elaborado em finais de 2007, como subproduto do PNIEG e, em 2011, o PNIEG dá lugar a um terceiro plano em matéria de igualdade de gênero, o Programa de Ação para a Promoção da Igualdade de Género (PAPIG, 2011-2013) (CABO VERDE- ICIEG - PNIG -2015 - 2018, 2014 p.49). A tabela 2, apresenta um resumo do Plano Nacional de Igualdade de Género – (2015-2018), com os principais objetivos, ano da sua elaboração, área de intervenção, duração e instituições responsáveis.

Tabela 2 - Caracterização do Plano Nacional de Igualdade de Género (2015-2018)

Programa/ planos	Objetivos	Ano de elaboração	Área de interven- ção e Público- alvo	Dura- ção	Instituições responsáveis
Plano Nacional de Igualdade de Gênero (2015 - 2018)	Contribuir para o alcance dos objetivos de desenvolvimento do país. O PNIG assenta num compromisso político, técnico e de cidadania com a promoção da igualdade e equidade de gênero e na defesa dos direitos humanos e da dignidade dos homens e mulheres em Cabo Verde, reconhecido como o único caminho para alcançar o verdadeiro desenvolvimento do país: a procura do bem-estar do conjunto da população para viver uma vida digna de ser vivida.	2014	A nível nacional	3 anos	ICIEG

Fonte: Autora a partir do PNIG (2015 – 2018)

Reconhecendo as desigualdades existentes no país, é que o PNIG (2015- 2018) torna um documento importante para este trabalho, uma vez que destaca a forma como os dois grandes pólos de desenvolvimento sustentável estão a ser pautada no país, na arena pública. Assim, percebemos o quanto o mesmo faz a interseção (ou não) com os outros planos que têm foco no mundo rural em Cabo Verde.

A seguir apresento os pontos ressaltados nos PNIG (2015-2018), relacionadas com o mundo rural, que ressaltam as políticas apresentadas anteriormente.

Ancorada no Programa do Governo, a Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP III, 2012 – 2016) assinala a relevância do gênero “numa perspectiva da competitividade, uma vez que os desafios do aumento da produtividade e crescimento econômico só podem ser vencidos através da realização do pleno potencial contribuído das mulheres” (CABO VERDE - DECRP III, 2012, p.101). Este programa é o antecedente do POSER e o PNIG (2015-2018) faz a sua menção direta.

As diferentes políticas e estratégias setoriais estão articuladas ao Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP III), pelo que é importante enquadrar a forma como o mesmo materializa a visão do Programa do Governo e a Agenda de Transformação. O DECRP III foca o desenvolvimento dos sete (7) “clusters” de competitividade: Turismo, Economia Marítima, Aero Negócios, TIC, Finanças, Economias Criativas, e Agronegócios. Os clusters do agronegócio, turismo e economia marítima têm prioridade máxima, devido ao seu potencial de impacto na redução de pobreza e geração de crescimento (CABO VERDE- ICIEG - PNIG -2015 - 2018, 2014 p.52).

Quando o PNIG faz menção ao setor de desenvolvimento rural, e realça:

O DECRP III prioriza o desenvolvimento do agronegócio e a modernização da agricultura, como estratégias para maximizar as oportunidades de trabalho no mundo rural e de melhorar as condições de subsistência das populações, apoiando a criação de ligações ao mercado, incluindo o ecoturismo. Os documentos de planificação estratégica do setor fazem referência à igualdade de gênero, veiculando o engajamento com a introdução da abordagem de gênero, contudo nem sempre detalham suficientemente estratégias que permitam a sua tradução em acção concreta.¹¹ O Censo Agrícola 2014 está em curso e as respectivas reuniões técnicas preparatórias tiveram em conta a vertente de gênero, quer na revisão dos instrumentos de recolha de dado, quer na discussão do plano de análise. A obtenção de dados desagregados/indicadores específicos contribuirão para dar visibilidade à situação das mulheres rurais, compreender as suas condicionantes, e melhorar a capacidade de definição de medidas adequadas. Decorre um projecto para a revisão do ponto de vista do gênero e das mudanças climáticas do Programa Nacional de Investimento na Agricultura (PNIA), bem como da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA). Neste contexto foi assinado um protocolo de colaboração (MoU) com o ICIEG. As barragens e o ordenamento das bacias hidrográficas são outra oportunidade de ter um impacto no terreno: os projectos em curso contam com esforços concretos de integração da

¹¹O Programa Nacional de Investimento na Agricultura (PNIA, 2011-2015) por exemplo conta com um eixo de intervenção de reforço institucional, que compreende a integração da abordagem de gênero; o Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola (PEDA, 2004-2015) apresenta uma análise de gênero a nível do diagnóstico e contempla a dimensão de gênero, para favorecer a participação efectiva de todas as camadas da população (DECRP III, 2012, p.101).

abordagem de gênero.12CABO VERDE- ICIEG - PNIG -2015 - 2018, 2014 p.52).

O Programa das Oportunidades Socioeconômicas Rurais (POSER) denominado anteriormente como Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) é vocacionado para a redução da pobreza no meio rural, com enfoque nas ilhas agrícolas e conta na sua equipe de gestão com uma Célula de Gêneroe Animação.

A experiência adquirida anteriormente permitiu que a nova fase de implementação do Programa (2012-2018) integrasse de raiz o gênero. Sendo assim, o POSER trabalha de forma desconcentrada, através de 9 Comissões Regionais de Pobreza – CRPs, que são estruturas operacionais do programa em diferentes concelhos. A coordenação de gênero está a apoiar as unidades técnicas de gênero de cada CRPs na elaboração de planos de ação específicos. O POSER irá recorrer ao diagnóstico já elaborado em São Miguel (Agenda deGênero) para informar a sua planificação neste município e conta replicar este diagnóstico participativo aprofundado noutras zonas. Em estreita relação com o ICIEG, a desconcentração do POSER é uma mais-valia para uma intervenção de cariz socio-econômico sensível ao gênero junto das comunidades (CABO VERDE- ICIEG - PNIG - 2015 - 2018, 2014 p.51-52)

O que demonstra que é um programa com enfoque no mundo rural, que destaca as questões de gênero, com foco nas mulheres e mulheres chefes de famílias.

Por outro lado, através do Projeto Água, Saneamento e Higiene (WASH) do MCA CV II, está em curso desde 2012 um programa abrangente de 5 anos, que integrou de raiz uma perspectiva social e de gênero (desde a análise da situação à formulação e implementação do programa). O programa tem sido o motor da Reforma das Instituições Nacionais e dos Serviços Municipais de Água e Saneamento, para o estabelecimento de uma base institucional sustentável no setor. O Projeto tem como objectivo geral melhorar a qualidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento às famílias e empresas Cabo-verdianas. Conta com um Plano de Integração Social e de Gênero que garante a transversalização de gênero em todas as componentes e atividades do projeto, desde processos de elaboração de Termos de Referência à gestão de contratos (CABO VERDE- ICIEG - PNIG -2015 - 2018, 2014 p.53).

¹²Os termos de referência dos estudos preparatórios para a exploração das novas barragens, prevêem uma análise social e de gênero; os dados sobre as acções em curso (formação, informação, contratação de mão-de-obra para obras, microcrédito para atividades geradoras de rendimento) são recolhidos e analisados desagregados por sexo, o que tem permitido integrar medidas correctivas para uma maior participação das mulheres, e seu acesso às iniciativas e recurso dos projectos (PNIG, 2015 – 2018, p. 53).

O Plano de Igualdade de Gênero de Cabo Verde (2015 - 2018) reconhece que marcos importantes foram alcançados desde o arranque do projeto:

1) Foi constituído o Conselho Nacional de Água e Saneamento, onde o ICIEG tem assento reservado bem como uma ONG de promoção da Igualdade de Gênero; 2) A Agência Nacional de Água e Saneamento, recentemente criada, dispõe de um Gabinete de integração Ambiental Social e de Gênero e está em curso o recrutamento dos especialistas e uma Assistência Técnica internacional especializada para a sua efectivação; 3) O Plano Estratégico do setor de água e saneamento, horizonte 2020 define metas sociais e de gênero para o setor e apresenta uma Avaliação Ambiental Social Estratégica com uma matriz sobre riscos e mitigações Sociais e de Gênero; 4) Os estatutos da nova empresa de distribuição de água “Águas de Santiago” prevêm um Gabinete de Questões Sociais e Ligação à Comunidade; 5) Criação de Fundo de Água e Saneamento, integrando critérios sociais e de gênero na selecção das propostas e criação do Fundo de Acesso Social, que visa promover a ligação domiciliária de água e saneamento às famílias mais vulneráveis, em especial as chefiadas por mulheres pobres; 6) Indicadores-chave Sociais e de Gênero do setor de Água e Saneamento foram definidos. O MCA CV II assinou um protocolo de colaboração com o ICIEG, que prevê a prestação de assistência técnica aos parceiros do projecto de água e saneamento (CABO VERDE- ICIEG - PNIG - 2015 - 2018, 2014 p.53).

O documento exalta os avanços e preconizado, com relação aos outros programas/planos analisado que tem como foco o mundo rural e água, a destacar: POSER, MCA II, PLENAS e ENSAN. Porém reconhece a necessidade dos mesmos serem uma política a nível nacional. Isto porque, ainda que ganhos estejam a ser alcançados, as questões de gênero no setores relacionados com a agricultura e setor da água, continua a enfrentar muitos problemas e desafios (quadro 3), principalmente se ao tratar da economia produtiva e reprodutiva em Cabo Verde.

Quadro 3 - Os desafios e problemas centrais para a igualdade de gênero em Cabo Verde

Problemas	Desafios
Economia produtiva	
<p>Apesar das mulheres serem detentoras de saberes tradicionais em várias áreas, tais como a transformação, e de experiência na comercialização de produtos, essencialmente informal, não têm experiência, instrumentos e competências que lhes permitam uma análise consistente das oportunidades do mercado, melhorar os seus produtos e colocá-los de forma sustentável no mercado, factores que, em conjunto com as limitações no acesso ao crédito, impactam o desenvolvimento de iniciativas de negócio.</p>	<p>Incluir nas ações positivas de promoção do empreendedorismo das mulheres estratégias que apoiem uma redistribuição das cargas de trabalho na esfera doméstica e reprodutiva. Garantir um melhor acesso e controlo das mulheres aos recursos produtivos, como ao microcrédito, crédito e serviços conexos, para que possam desenvolver as suas iniciativas de negócio. Contar com programas de formação e inserção laboral para mulheres nas áreas de investimento identificadas no DECRP III (turismo, economias criativas, etc.) para a diversificação económica.</p>

	<p>Valorizar o saber tradicional das mulheres, convertendo-o em saberes que lhe permitam melhorar os seus produtos e colocá-los de forma sustentável no mercado.</p> <p>Reflectir sobre as especificidades do setor informal e os vínculos com as atividades empresariais em Cabo Verde</p> <p>Dar visibilidade às mulheres de sucesso em todas as áreas</p>
<p>A pobreza e a falta de rendimento econômico são problemas que afetam particularmente as mulheres do meio rural</p>	<p>Reflectir sobre o importante papel da agricultura familiar de subsistência para a segurança alimentar das famílias rurais e para o desenvolvimento das atividades agrícolas em Cabo Verde.</p> <p>Contar com políticas activas de apoio à agricultura familiar de subsistência, com vistas a melhorar a segurança alimentar das famílias rurais.</p> <p>Assegurar alternativas econômicas para as mulheres que não impliquem a exploração insustentável dos recursos naturais (reconversão de atividades tais como a apanha de areia, etc.) promovendo sua integração em atividades de economia verde</p> <p>Tendo em conta as especificidades das áreas protegidas (habitadas) zelar pela integração das preocupações das mulheres nos programas ambientais e de desenvolvimento local.</p> <p>Contar com programas sustentáveis de capacitação de mulheres rurais e acompanhar o crescimento dos seus negócios, promovendo o acesso ao mercado.</p> <p>Garantir a integração sistemática da abordagem de gênero nas áreas de investimento identificadas no DECRP III (turismo, economias criativas, etc.) para a diversificação econômica, em particular as que dizem respeito ao mundo rural, tal como o agronegócio.</p>
<p>Economia Reprodutiva</p>	
<p>Os papéis tradicionais atribuídos às mulheres, na esfera doméstica e reprodutiva, mantêm-nas numa posição de dependência econômica, e maior pobreza, com maior acuidade no caso das mulheres que detêm menos escolaridade e em agregados chefiados por mulheres.</p>	<p>Aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas sociais construídas que bloqueiam o acesso diferenciado de homens e mulheres às fontes de rendimento e aos recursos econômicos.</p> <p>Melhorar a compreensão da contribuição do trabalho não remunerado das mulheres para a economia e do retorno que investimentos focalizados na área dos cuidados podem ter (geração de emprego, produtividade, consumo, recursos tributários, redução dos gastos sociais a montante).</p> <p>Contar com políticas integrais (que tomem em conta os diferentes elementos que dificultam o acesso das mulheres ao emprego) com vistas a incrementar sua integração ao mercado de trabalho</p> <p>Contar com políticas de apoio aos agregados monoparentais em situação de pobreza com vista a facilitar a conciliação entre o trabalho produtivo e reprodutivo e reduzir sua situação de pobreza.</p> <p>Contar com sistemas de cuidados para crianças e pessoas em situação de dependência (doentes, pessoas com deficiência, etc.) que diminuam a carga total de trabalho das mulheres e tornem mais equitativas as responsabilidades com o bem-estar da família e da sociedade como um todo.</p>

Contudo os progressos alcançados em termos de indicadores econômicos e sociais não resolveram, ainda, entre outras, as desigualdades e iniquidades entre homens e mulheres, em termos de cumprimento dos seus direitos e do seu acesso a nível básico de bem-estar e qualidade de vida (Jornada de Formação no âmbito parlamentar, Praia Cabo Verde, 16 de Abril de 2015). Principalmente quando se trata do mundo rural, com enfoque na agricultura, que as questões de gênero vem sendo timidamente pautadas em meio a escassez de dados oficiais e com o aumento das barragens no país. Ao analisar o Plano Nacional de Igualdade de Gênero (2015 - 2018), (2014) mostra ser um documento que coloca em pauta a situação da mulher, principalmente pelo viés do mundo rural, reconhecendo o papel da agricultura familiar de subsistência para a segurança alimentar das famílias rurais e outras e para o desenvolvimento das atividades agrícolas em Cabo Verde. E ao tratar da economia produtiva, o PNIG (2015-2018), tem como eixo estratégico promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia económica das mulheres, em particular as mais pobres que visa:

Implementar medidas para que os programas de microcrédito, crédito e de promoção empresarial incluam serviços de apoio que permitam o desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade do empreendedorismo das mulheres. Elaborar um diagnóstico das necessidades das mulheres, incluindo as rurais, envolvidas em programas de promoção do empreendedorismo em matéria de esforço e do tempo dedicado as tarefas dos cuidados e domésticas, e formulação de medidas para a sua redução (CABO VERDE- ICIEG - PNIG -2015 - 2018, 2014 p.73).

O documento tem o Ministério de Desenvolvimento de Desenvolvimento Rural (MDR) como um dos parceiros, por isso mostrou ser muito importante para o trabalho, pois possibilita compreender a nível do Governo, o que está sendo colocado em pauta. De realçar que, apenas 2 dos planos/programas analisados aparecem sem instituição internacional no primeiro plano - o Plano Nacional de Igualdade de Gênero (2015 - 2018) e o Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente II – 2004-2014. Porém o que não significa não contam com as ajudas internacionais para a realização das suas atividades no decorrer da implementação. Por sua vez todos os outros planos (Plano de Ação para o Desenvolvimento da agricultura na ilha de Santiago – 2009 -2012; Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Atualização horizonte 2020; Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento – 2015; Programa para a Promoção de Oportunidades Socio-econômicas Rurais – 2012) estampam o parceiro internacional como foco, desde a concessão dos mesmos. O que traduz na responsabilização de responder a uma agenda internacional, a partir do contexto cabo-verdiano.

O que constitui numa motivação para perceber as grandes medidas estratégica e “analisar os constrangimentos de gênero na agricultura, tendo em conta a sua importância no contexto da segurança alimentar e implementação de medidas de apoio no quadro dos programas em curso (bacias hidrográficas, agronegócios, etc)” CABO VERDE- ICIEG - PNIG -2015 - 2018, 2014 p.83), que vai de encontro com o meu campo de pesquisa. E que colocam em pauta com maior ênfase a relação com a segurança alimentar e a situação das mulheres, mulheres chefes de famílias no meio rural, fazendo a conexão directa entre eles.

Porém vale destacar que o ICIEG, responsável pelas questões de gênero em Cabo Verde, reconhece:

A capacidade de actuação e coordenação intersectorial do ICIEG é reduzida em função da fraca disponibilidade de recursos humanos e financeiros, bem como de mecanismos e processos estabelecidos com vista a essa coordenação, e condições para uma parceria permanente com a sociedade civil e o poder local CABO VERDE- ICIEG - PNIG -2015 - 2018, 2014 p.62-63).

Ao contrário dos outros planos ligados a setor da agricultura que tem um Ministério a nível nacional, com delegações nas outras ilhas e concelho, o ICIEG, por sua vez é órgão central, na capital do país, que atua em conjunto com outras instituições, nas outras ilhas e concelhos, entre os quais o Ministério de Justiça, Polícia Nacional, Hospital. A forma como o Governo distribui as suas instituições, a nível nacional demonstra o engajamento em diferentes nos dois setores.

E assim, vamos abordar a esse embate, a partir do contexto específico no interior da ilha de Santiago, como foco nos planos de diferentes níveis, nacionais e internacionais e percebê-los localmente no âmbito social e na (re)configuração territorial. Tendo em consideração que se trata de um país de “poucos recursos” e que depende fortemente das ajudas internacionais, para levarem os projeto adiante.

3.4 O mundo rural na ilha de Santiago: o Concelho de Santa Cruz

A ilha de Santiago é a maior do arquipélago e conta com uma área de 991 km², com 294135 habitantes distribuídos por 9 concelhos (Tarrafal, Santa Catarina; Santa Cruz; Praia; São Domingos; São Miguel; São Salvador do Mundo; São Lourenço dos Órgãos e Ribeira Grande de Santiago) no total de 22 do país. A ilha alberga a capital do país - a cidade da Praia, localizada no sul da ilha.

Segundo o Relatório do Estudo do Desenvolvimento Rural Integrado das Bacias Hidrográficas da ilha de Santiago da República de Cabo Verde:

Na porção central da Ilha, existem montanhas, que excedem 1.000 m de altura, as quais formam numerosas bacias hidrográficas voltadas para o mar. A pluviosidade média anual é menor que 400 mm, o que torna 74% da Ilha em regiões áridas e semi-áridas. Nas encostas e achadas são sobretudo praticadas a agricultura de sequeiro de sobrevivência com forte dominância tradicional e cultural. Em algumas localidades da Ilha, existem infra-estruturas de captação e armazenamento de água e hortas em terraços, onde é praticada a horticultura por irrigação gota-a-gota. Contudo, a Ilha de Santiago apresenta permanente déficit hídrico e problemas de erosões, devido ao seu clima, topografias acção antropogénica. As perdas da flora, devido ao pasto excessivo, e a desflorestação/ desmatamento, dificultam ainda mais o bom aproveitamento da água e do solo que já são limitados. Por este motivo, urge concretizar uma agricultura sustentável através do aproveitamento dos recursos hídricos a começar das águas superficiais; implementação de estratégias de conservação do solo; e bom aproveitamento dos seus limitados recursos naturais (CABO VERDE -DGASP, 2010, p.72).

O documento apresentaum conjunto de características da ilha. As obras de conservação do solo encontradas nos vales, encostas e achadas da ilha de Santiago são sobretudo arretos, socalcos, caldeiras, banquetas para plantação das espécies florestais; diques de correção torrencial para o controle da erosão (de pedras ou de gabiões) e as construções de barragens. Além dessa parte de conservação do solo, há esforços no sentido da criação de estruturas de armazenamento de água. Na ilha predomina a agricultura de sequeiro (CABO VERDE - DEGASP, 2010), porém:

a agricultura irrigada, por sua vez vem aumentando devido a distribuição de água por via das barragens. A maior parte dos agricultores da ilha praticam também a pecuária. As principais criações são os bovinos, caprinos, ovinos, suínos e galináceos. Na pecuária tradicional, a criação é extensiva, onde os animais são soltos nas montanhas, planícies, e estes procuram seus alimentos por conta próprios. Em princípio, é muito simples o sistema de comercialização dos produtos agrícolas na Ilha de Santiago. Não existem grossistas e os revendedores geralmente compram os produtos directamente dos produtores de certo porte, mas por vezes compram também dos pequenos produtores ou soa produtores de localidades de difícil acesso. O transporte dos produtos agrícolas na Ilha de Santiago é feito por camiões grandes ou pequenos, hiaces, ou mesmo a pé, de modo que as infra-estruturas de transporte resumem-se em estradas. O pavimento da maioria das principais estradas da Ilha são de paralelepípedos, enquanto as estradas secundárias em diante não são pavimentadas. As estradas não-pavimentadas apresentam dificuldades de passagem após as chuvas (CABO VERDE - DEGASP, 2010, p.74).

Com as construções de barragens, a ilha está a ter um dinamismo territorial e o desenvolvimento tem sido polarizado pelas cidades, principalmente através das estradas. Os vários lugares que foram contemplados com a barragem tiveram alterações na localidade, com vias de acesso melhoradas, eventos culturais e turismo, dimensões que refutam a dicotomia entre o rural/ urbano como veremos mais adiante.

Está-se a falar de um rural onde a população se ocupa da agricultura e da criação de animais, porém, há aspectos que marcam o rural da ilha de Santiago: primeiro, as áreas rurais santiaguense apresentam grande diversidade decorrente dos contextos geográficos, da base económica e da organização social intrínseca a cada espaço regional. E, segundo, há uma grande expressão territorial (no sentido da geografia), embora a população que aí reside seja consideravelmente diminuta, principalmente pelo êxodo rural. Isto porque grande parte da população residente nos diferentes espaços do interior da ilha de Santiago, procuram a capital, no sentido de melhorar as suas condições de vida, estudar ou trabalharem no setor terciário.

As barragens no mundo rural estão a proporcionar uma rápida e profunda transformação, tornando-se cada vez mais difícil de analisá-las numa perspectiva que confronte com o urbano. Pois, as mudanças advindas da implementação destes empreendimentos atingem as áreas rurais na sua globalidade, não sendo possível vislumbrar todas as suas repercussões que extravasam o rural.

Nesse processo de delimitação do rural (MARQUES, 2002) aparece o projeto do desenvolvimento rural, que está a ser muito falado em Cabo Verde, principalmente nesta ilha com maior potencialidade agrícola do país. O projeto de desenvolvimento rural ao longo de décadas tem como principal objetivo a expansão e consolidação de agronegócios, tendo alcançado resultados positivos, sobretudo em relação ao aumento de produtividade e diminuição e custo de muitos produtos no mercado. O que garantiu o acesso a muitas famílias.

Porém, o desenvolvimento rural não se resume ao crescimento agrícola, por mais relevante que seja o estudo das atividades não agrícolas no meio rural, a questão do desenvolvimento não se restringe às possibilidades de expansão (AMEIDA, 2009a). Segundo Ellis e Biggs (2001) citado por Conterato e Fillipi (2009) constataram que o desenvolvimento rural esteve fortemente associado às políticas de modernização, com base no modelo dualista que rotulava os agricultores como “modernos”, em contraposição aos “atrasados”.

Em Cabo Verde, a partir dos anos 2000 intensificaram-se as políticas agrícolas, com a adoção intensiva de tecnologias por parte dos agricultores através da proposição de um desenvolvimento rural, com as políticas de alívio da pobreza rural.

Para a leitura do rural na ilha de Santiago tomamos o conceito de Veiga (2000), onde realça que o rural é necessariamente territorial e não setorial, como costumam considerar muitos programas governamentais. Sendo assim, vamos falar do Concelho de

Santa Cruz, neste contexto por albergar a primeira barragem do país e a ainda maior até agora (2017) – a Barragem de Figueira Gorda.

Proclamado Concelho pelo Decreto-Lei n.º 108/71, de 29 de Março, o mesmo ganhou autonomia e elevou o povoado de Pedra Badejo¹³ à categoria de Vila, com vista a promover o desenvolvimento de atividades que o crescimento populacional impunha e a resolução dos problemas da mesma (CABO VERDE – PMDL, S/D). O concelho é representante máximo do setor agrícola do país. Segundo um gestor público:

Santa Cruz, a nível nacional, é o celeiro sem dúvida agrícola de Cabo Verde. Com maior área irrigada do país, 62 hectares do terreno numa cidade rural, onde a economia gira em torno da agricultura, pecuária e pesca. Agora vamos associar o turismo nesse pilar, pois desenvolvendo estas 3 áreas, com infra-estruturas, irá alavancar o turismo não igual a Praia, mas específico que acreditamos ter um potencial (V, H).

Situado na parte leste da ilha de Santiago, tem uma superfície de 109,8Km², correspondendo a 11,1% da área total da ilha.

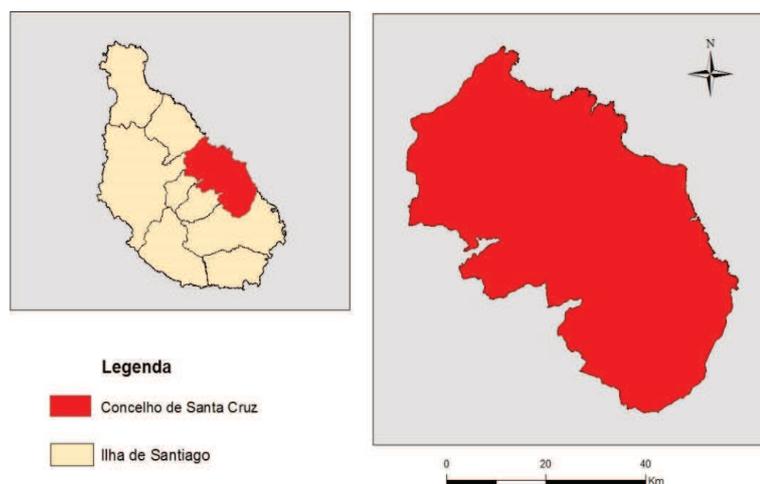
O Plano Municipal do Desenvolvimento Local é um documento estratégico que vai ao encontro às expectativas de desenvolvimento das comunidades locais e persegue os seguintes objetivos:

Melhorar de forma sustentável a qualidade de vida sócio econômica da população e do município, através da promoção e incentivo do setor privado para o desenvolvimento turístico, economia do mar, indústria e agro - silvo – pastoralismo, da melhoria das infraestruturas básicas do Concelho, da promoção de Santa Cruz como destino turístico e de investimentos, da promoção da cultura e equidade do gênero, de forma a transformar Santa Cruz num ponto geo-estratégico de comércio com a ilha do Maio e dos restantes concelhos de Santiago (CABO VERDE - PMDL, S/D).

Figura 5 - Mapa do Concelho de Santa Cruz

¹³Cidade do Concelho de Santa Cruz.

Enquadramento do Concelho de Santa Cruz no contexto da Ilha de Santiago



Fonte: Moreira (2014)

De acordo com os dados do Censo 2010 de Cabo Verde, o Concelho possui cerca de 26.617 habitantes, correspondente a 9.7 % da população da Ilha de Santiago (com 274.044 habitantes) e 5.4 % do todo nacional. Desses 26.617 habitantes, 12.863 são do sexo masculino, correspondente a 48,3%, e 13.754 são do sexo feminino, correspondente a 51,7 %. De acordo com o meio de residência cerca de 9.345 efetivos residem no meio urbano (35,1%) e 17.246 vivem no meio rural (64.9 %) (CABO VERDE – INE, 2010).

O tamanho do agregado familiar é de 4,6, um pouco acima da média nacional, que é de 4,2, e importa ainda destacar que de entre os chefes de agregado familiar 42,4% são do sexo masculino e 57,6 % são do sexo feminino (CABO VERDE - MAHOT, PUCPB, 2013), destacando assim, a predominância e importância das mulheres nesses espaços.

Santa Cruz tem no setor primário a sua principal atividade econômica e, de forma progressiva, o setor terciário, particularmente os serviços, a hotelaria e o turismo começaram a ganhar uma nova dinâmica de desenvolvimento, a par do setor do comércio. O setor secundário, das indústrias extrativas, de mineração e de transformação não são muito significativas. Contudo, o setor da carpintaria e marcenaria apresenta alguma presença na cidade de Pedra Badejo (CABO VERDE - MAHOT, PUCPB, 2013).

O Concelho é um dos maiores produtores de banana no país, onde para o escoamento há um comércio de feiras em dias específicos, no centro da cidade. Os produtos manuais têm grande ênfase no mercado, como por exemplo, os balaios de carriço ou cordas, as esteiras de ripas de folhas de bananeiras, etc. No mesmo espaço as famílias aproveitavam para expor e vender os produtos pecuários, domésticos em pequena quantidade. Da mesma forma, os produtos agrícolas escoavam através deste tipo de

comércio. Nos dias de hoje, as feiras perderam a força, segundo moradores, devido à proliferação dos mini-mercados pertencentes a estrangeiros com os produtos alimentícios.

Porém, segundo (CABO VERDE - MAHOT, PUCPB, 2013), a paisagem e a música são ressaltados como possíveis atrativos para o desenvolvimento do turismo no concelho. Num Concelho, em que os serviços de transportes rodoviários são assegurados pela iniciativa privada através de carros de passageiros e comerciais adaptadas para o efeito.

E por fim a dimensão de gênero é ressaltado num documento oficial, onde faz a caracterização da situação das mulheres no Concelho. Trata-se de um Concelho em que a atividade da vida econômica e sobrevivência gira em torno do setor primário, a pobreza afeta mais as mulheres chefes de famílias e, assim, o pêndulo da equidade de gênero pesam negativamente para o feminino (CABO VERDE - PMDL, S/D). E o documento aponta ainda:

A situação social da mulher está ainda muito aquém do ideal e muitas vezes associa-se à questão da pobreza no Concelho. Pesa-se muito a condição feminina como suporte familiar estrutural, a chefia familiar e executante dos trabalhos domésticos. Muitas mães solteiras vivem a mercê dos trabalhos por conta própria como a venda de peixe, venda a retalho numa barraca/quiosque ou porta-a-porta. Muitas vivem na dependência econômica do marido e registam-se os maus-tratos de que são vítimas (CABO VERDE – PMDL, S/D, p.22).

A partir desta caracterização do Concelho de Santa Cruz, vale ressaltar que se trata do Conselho com maior potencial agrícola a nível nacional, por albergar as duas maiores barragem do país. O que circunscreve o mesmo nos moldes do desenvolvimento rural, que se fala em Cabo Verde poderá ser visto como uma estratégia de aproveitamento dos recursos naturais que poderá gerar novas oportunidades para as famílias do Concelho e todo o país consequentemente. Num Concelho onde as mulheres, de um modo geral, estão em pauta a nível municipal e se tratando do conselho com grandes potencialidades agrícolas, a semelhança de todo o país, não se tem os dados oficiais quanto a participação das mulheres no setor da agricultura, porém ainda assim, a agricultura se encontra na agenda municipal e nacional.

4 “A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UMA NOVA AGRICULTURA” E GÊNERO

4.1 A modernização da agricultura impulsionada pela construção das barragens

A falta de água sempre se fez presente nas ilhas, o que impulsionou o governo a apostar na construção de barragens, cujo principal objetivo consiste na retenção da água pluvial para sua posterior utilização na agricultura. O governo cabo-verdiano no âmbito de um pacote de investimento para o mundo rural projetou a construção de 17 barragens, com vista a mobilizar mais água e, assim, modernizar e incrementar a agricultura irrigada (FERREIRA, 2015, p. 4). Neste momento o país conta com 9 infraestruturas, em fases diferenciadas de construção e implementação. Segue abaixo a caracterização das mesmas.

Quadro 4 - Infraestruturas hidráulicas: localização, impacto e beneficiados

Nome	Localização	Estado de Execução	Área a irrigar (ha)	Volume de água Max (m ³ /ano)	Volume de água disponível para a rega	Node beneficiários durante execução/ agricultores/as	Beneficiário potencial ¹⁴
Barragem de Poilão	São Lourenço dos Órgãos	Concluída em 2011	150ha	17000000	1200000	440	600
Barragem de Salineiro	Ribeira Grande de Santiago	Concluída em 2013	62ha	701830	596556	120	248
Barragem de Faveta	São Salvador do Mundo	Concluída em 2013	60ha	670.620	536.656	100	240
Barragem de Saquinho	Santa Catarina de Santiago	Concluída em 2013	63ha	422.000	337.600	120	252
Barragem de Figueira Gorda	Santa Cruz	Concluída em 2014	124ha	1.400.000	1.120.000	120	644
Barragem de Canto de Cagara	Ribeira Grande de Santo Antão	Concluída em 2014	62ha	700.000	560.000	150	248
Barragem de flamengo	São Miguel – Santiago	Em fase avançada	80ha	1.200.000	826.000	100	320
Barragem de Principal	São Miguel – Santiago	Em fase inicial	47ha	700.000	540.000	80	188
Barragem de Fajã	Ribeira Brava – São Nicolau	Concluída em 2015	40ha	450.000	360.000	100	160

Fonte: Cabo Verde – MDR (2015)

Segundo Orlando Carvalho (2006), as barragens são:

¹⁴Os beneficiário potencial, significa número de agricultores/as a beneficiar (em média 4 agricultores por hectare (CABO VERDE - MDR, 2015a, p.11)

Estruturas de terra, rocha e concreto armado, construídas transversalmente à direção de escoamento de um curso de água. Estas obras de engenharia civil destinam-se à criação de um reservatório hídrico artificial que se objetiva na regulação de vazões, no controle de inundações, em projetos de irrigação e diversos outros usos urbano-industriais, enfim toda ordem de necessidade hídrica que uma sociedade requer (CARVALHO.O, 2006, p.70).

Para Vladimir Ferreira (2016) e tendo em consideração a realidade cabo-verdiana, as barragens são barreiras artificiais construídas em alvenaria nos cursos de rios sazonais para a retenção de grandes quantidades de água na época das chuvas¹⁵. O autor faz uma ressalva, tendo em conta que em Cabo Verde não existem rios perenes e que uma vez ou outra, quando chove em maior quantidade, a grande parte de água vai diretamente para o mar, em princípio, faz sentido a construção desse tipo de estrutura (FERREIRA, 2016).

A construção das barragens está a assumir-se como uma das metas de transformar Cabo Verde de país em constante stress hídrico, num dos mais ricos em termos de água por habitante, revolucionando setores como a agricultura, abastecimento de água às populações e até travando o êxodo rural, criando condições para o desenvolvimento de várias áreas econômicas no mundo rural (FERREIRA, 2015, p.29).

Ainda o autor realça:

(...) Esses empreendimentos são vistos como um dos grandes impulsionadores do projeto de desenvolvimento rural. As intensificações das construções de barragens fizeram com que novos termos entrassem no vocabulário dos cabo-verdianos, principalmente do governo - o desenvolvimento rural e a modernização da agricultura (FERREIRA, 2015, p.23).

A aposta em massa no sistema de rega gota-a-gota¹⁶ não garante uma efetiva redução nos custos de produção agrícola. “Apesar de ser considerada escassa o preço de água para rega é ainda bastante baixo, o que torna o sistema de rega por alagamento¹⁷ viável para a produção de vários produtos” (FERREIRA, 2015, p.28), procede-se o mesmo nas imediações da BFG.

As barragens, enquanto elementos tecnológicos, conduzem investimentos em novas tecnologias no setor agrícola, gerando transformações nas práticas dos agricultores

¹⁵Depois da Barragem de Poilão, a primeira infraestrutura do gênero construída pela China no arquipélago, em 2013, foram construídas as barragens de Salineiro, no município de Ribeira Grande de Santiago, de Faveta, no município de São Salvador do Mundo e de Saquinho no município de Santa Catarina. Em 2014 foram inauguradas a BFG, as barragens de Canto Cagarra, na ilha de Santo Antão e de Banca Furada, na ilha de São Nicolau. Segundo o Primeiro-ministro noticiou em 03/09/2015), cinco delas já estariam financiadas pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

¹⁶ Rega gota-agota é o tipo de irrigação em que a água é direcionada ao nível das raízes das plantas “com caudais reduzidos, por intermédio de dispositivos distribuidores (gotejadores, micro-difusores) sendo fraca a pressão nos emissores” (MDR, RGA, 2015, p.23).

¹⁷ Rega por alagamento – “é uma prática de rega tradicional, onde a água é conduzida através de levadas e regos de terra batida” (MDR, RGA, 2015, p.23), de ressaltar que o declive dever ser muito reduzido.

e de todos que, de forma direta ou indireta, lidam no setor. Segundo Mazoyer (1933), o incremento no setor agrícola acabou por gerar múltiplas formas de agricultura, onde cada um ocupa lugar determinado no tempo e no espaço e não podem ser classificadas da mesma maneira que classificamos outros objetos mutantes, como os seres vivos, os solos, os povoamentos vegetais.

Com as mudanças ocorridas nos últimos anos, o processo da modernização foi inevitável para o setor da agricultura nas imediações das barragens em Cabo Verde. Como forma de compreendermos o termo modernização, menciono Grazianoda Silva (1998), referindo a passagem de uma agricultura “natural” para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente, com incremento de novas bases e técnicas de produção.

Com estes incrementos, as políticas tencionam os seguintes fins, em Cabo Verde, segundo Ferreira (2016):

Crê-se que este investimento, não só pode dar um forte impulso à produtividade e produção agrícola, contribuindo para a segurança alimentar e redução da pobreza, mas, também, pode apoiar as comunidades rurais e promover um crescimento econômico mais amplo e proporcionar segurança alimentar. Com os investimentos que têm vindo a ser feitos em modernização, capacitação dos agricultores, introdução de novas espécies, sistema de rega gota a gota, mini-barragens e aumento da disponibilidade de água para agricultura, o governo espera num futuro breve, ter resultados rápidos e satisfatórios em proporção do investimento realizado. Para além do desafio da continuação da modernização e reconversão do sequeiro em regadio, aposta-se também no embalamento, distribuição, transporte e, associada à agricultura, se pretende incrementar a indústria de transformação que também pode contribuir para o desenvolvimento do mundo rural (FERREIRA, 2016, p.109).

Esta ideia converge com os autores Dal Soglio e Kubo (2009). Segundo eles, ao longo do século XX, a agricultura foi entendida principalmente como atividade econômica, cujo principal objetivo era o lucro e que, mediante um conjunto de práticas agrícolas a serem utilizadas em função de seus custos, visava principalmente a maximização do lucro. No caso de Cabo Verde, ainda é incipiente, mas a estratégia da modernização da agricultura consiste na produção de alimentos e a agricultura passou a ser vista como uma atividade comercial, um negócio a ser regulado pelo mercado. Segundo Dal Soglio e Kubo (2009, p.7) esta é a razão pelo qual, na atualidade, em muitos setores da sociedade, a agricultura vem sendo tratada como sinônimo de agronegócio.

Vale ressaltar, segundo Almeida (2010), que a participação do Estado no processo de modernização da agricultura só faz sentido se se compreende quais foram os conflitos e interesses no jogo político que se estabeleceu em seu interior (ALMEIDA, 2010).

Assim, para uma análise dos processos de modernização da agricultura impulsionados pelo Estado, Almeida (2009, p.39-40a) elencou quatro noções de desenvolvimento:

a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico e político; b) a noção de abertura (ou fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronômica;c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência a montante e jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global;d) o aparecimento de um novo tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional (ALMEIDA, 2009, p.39-40a).

O autor apresenta essa característica para o contexto brasileiro, porém, não deixa de ser a mesma lógica para o contexto cabo-verdiano, frente a intensificação da modernização da agricultura, modificando, assim, a lógica da agricultura tradicional.

A modernização da agricultura atrelada à lógica do desenvolvimento rural nem sempre “atentou para as conseqüências ambientais do avanço das fronteiras agrícolas e do uso intensivo de agrotóxicos na agricultura, da biodiversidade e o uso predatório dos recursos hídricos na grande propriedade de monocultivos” (ALMEIDA, 2010, p.23). Os autores Neves et all (2010) fazem a apresentação sintética das transformações do processo de produção agrícola nos projetos de modernização e, em contraposição, com o desenvolvimento rural. O quadro abaixo apresenta o que difere a modernização da agricultura do desenvolvimento rural.

Quadro 5 - Modernização versus Desenvolvimento Rural

Modelos	Principais características da produção agrícola
Modernização	Agricultores com empresários; Especialização; Aumento da escala; Intensificação (uso de insumos); Produção orientada pela lógica de mercado (menor utilização interna própria da produção); Aumento do grau de “commoditização”; Dependência crescente de poucos mercados específicos.
Desenvolvimento rural	Esforço para reduzir a dependência do mercado de insumos externo à unidade produtiva, visando à redução de custo e ao melhor aproveitamento dos recursos naturais; Introdução de novas atividades que permitam utilizar mais recursos internos; Produção ambientalmente mais adequadas; Introdução de práticas de cooperação e de pluriatividade; Diversificação de produtos e busca de economia de escopo; Maior controle sobre o processo de trabalho.

Fonte: PLOEG et all apud in Kageyama, apud in NEVES et all (2010, p.38)

A partir do caso da BFG é difícil separar as duas terminologias, pois vertentes de cada uma se encontram no cotidiano dos agricultores, dificultando os limites entre as suas fronteiras. No meiorural, o processo da modernização encontra-se ancorado num modelo de produção agrícola sustentado por aquilo que Almeida (2010) denominou de “pacote tecnológico. Para Almeida (2010), modernizar a agricultura implicava, assim, o crescimento econômico e o progresso, conceitos que, por sua vez, já apontavam para a noção de desenvolvimento. E, nesta altura, a noção de desenvolvimento, como o mesmo autor refere, estava estreitamente ligado a paradoxos da modernização da agricultura entre os quais “modernos/atrasado”, “desenvolvido/subdesenvolvido”, “progresso/estagnação”, “produtivo/improdutivo”, “riqueza/pobreza”, onde, via de regra, aqueles que adotavam o pacote tecnológico despontavam como “modernos”, “desenvolvidos”, “progressistas” e “ricos” (ALMEIDA, 2010, p.27).

Estes aspectos, como apontarei adiante, relacionam-se com a perspectiva decolonial e com a colonialidade do poder (QUIJANO, 2010). Ao longo destes anos, com esse padrão de desenvolvimento agrícola, ocorreram transformações sociais e ambientais, no qual Palmeira (1989) refere:

(...) a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumenta a taxa de exploração da força de trabalho, nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo (PALMEIRA, 1989, p.1).

Segundo Neves (2009), citado por Almeida, 2010, p.28), este processo da modernização da agricultura transformou formas de produção:

(...) a modernização do agrícola vai estar ligada à transformação da produção em commodities, alterando os mercados agrícolas internacionais e as culturas locais tradicionais, demandando incrementos tecnológicos para o aumento da produção, como estratégias de competição global entre grandes empresas agrícolas e escassez de terras devido ao aumento da demanda e saturação dos espaços tradicionais de cultivos desenvolvidos (ALMEIDA, 2010, p.28).

Para o caso de Cabo Verde, com as construções de barragens, desenvolveu a crença de que o “moderno” seria um valor a ser perseguido. Modernizar a agricultura significava e significa não ficar mais “estagnado/atrasado”. No cenário cabo-verdiano, procede esta dualidade, principalmente quando se fala nas relações de gênero, onde a terra constitui um desafio para as mulheres e a lógica da modernização da agricultura é virada para o mercado, o que implica um custo maior e longas horas de trabalho. E, conseqüentemente, a lógica de proteção ambiental acaba entrando no cenário diante da

modernização. A implementação de uma perspectiva desenvolvimentista que mescla a esperança de modernização e subjugação de grupos sociais locais, revelando estratégias específicas de expansão do capital internacional (ANJOS et al, 2016, p. 16).

Nesse sentido, torna-se pertinente um olhar analítico sobre a autonomia dos sujeitos em relação ao processo da modernização da agricultura.

4.2 A autonomia dos agricultores/as nas imediações da Barragem de Figueira Gorda

É imprescindível falarmos da autonomia quando se trata do processo da modernização de agricultura em territórios tradicionais. Inserindo a BFG nestes moldes, procura-se perceber o conceito em questão, a partir das experiências dos agricultores/as. Etnologicamente a palavra autonomia deriva de auto = próprio, nomos = norma, regra, lei, que conduz o pensamento imediatamente à ideia de liberdade e de capacidade de exercício ativo de si, da livre decisão dos indivíduos sobre suas próprias ações e das possibilidades e capacidade para construir sua trajetória de vida (TEIXEIRA et al, 2008). Os autores realçam que o conceito de autonomia possui uma longa tradição: sociais, étnicas e políticas, porém, para a presente análise concentrará na primeira parte da definição proposta: “o exercício ativo desi”.

Na agricultura em Cabo Verde e particularmente nas imediações das barragens, a autonomia e processos de auto organização se inscrevem no que Almeida (2009) refere:

a autonomia é objeto de reivindicações de preposições ou de aspirações; contra a dominação da racionalidade moderna no seio da modernidade; contra uma racionalização que concentra o poder de decisão, restringe a democracia e nega a cidadania; contra um processo de modernização que induz ao crescimento que destrói os equilíbrios naturais fundamentais, aumenta a desigualdades e que impõe uma corrida acelerada e esgotante em direção às mudanças (ALMEIDA, 2009, p.177a).

A proposta da modernização de agricultura em Cabo Verde por via das barragens, que poderá levar a uma unificação e padronização dos produtos agrícolas, abre caminho a uma especialização da agricultura. De realçar que quando se especializa o agricultor, este vê-se obrigado a vender o essencial da sua produção no mercado e, de maneira acessória, nele comprar a alimentação e os equipamentos (ALMEIDA, 2009a).

A discussão que o Almeida (2009, p.147) faz em torno do conceito de heteronomização, que consiste na perda da capacidade de auto regulação, não se aplica para realidade dos agricultores nas imediações da BFG. Pois, apesar do discurso da modernização da agricultura, o setor ainda não rompeu com os mecanismos tradicionais,

que articula os diferentes componentes do trabalho do agricultor “em benefício de novos modelos de coerência exteriores à atividade agrícola e em consequência, escapando, em muito, do controle do agricultor” (ALMEIDA, 2009, p.148). Conforme um agricultor realça a sua experiência, a partir da BFG:

Eu exploro ribeira, não é um barce¹⁸. É uma ribeira sem condições, com acácias e pulgueira (risos) é um terreno ermo¹⁹, ali! Até porque o meu nome aqui é doido e eu fiquei aqui de vez [Ele não é da localidade, ele foi morar com a chegada da BFG]. Eu trabalho com outra pessoa, que eu pago, pontualmente. Trabalhamos aqui até meio-dia [das 7:30 às 12h]. Eu recomendaria a prática da agricultura, pois há que trabalhar sempre! Eu tenho formação e trabalho na sevicultura, mas na parte da agricultura não tenho nenhuma formação e não tive conhecimento de nenhuma formação desde que eu estou aqui. Eu pago 350 escudos de cada hora, mas com o meu motor [referindo a estratégia para o uso da água]. E se for sem, tenho que pagar o horário do aluguel do motor, que é 300 escudos²⁰ por hora, o que ficaria muito caro. Se tratando de um lugar que não havia acesso e concessões para a agricultura, eu tenho preocupação com a gota-gota e produtos [se referindo as plantas a ser cultivadas] (Ag, H2).

A fala do agricultor vai ao encontro daquilo que Almeida (2009a) aponta como sendo as três dimensões essenciais da autonomia camponesa:

A busca, por parte do trabalhador/agricultor, de uma autonomia na sua estrutura de produção, através de uma combinação entre energia e informação, esta sendo aqui entendida no seu sentido mais amplo, reagrupando as atitudes do agricultor e os conhecimentos necessários à produção.

Uma autonomia baseada no espaço ou território específico, que permite um certo conhecimento e domínio da situação e que abre a possibilidade de invenção do próprio trabalho da aplicação dos conhecimentos acumulados em um lugar determinado.

A possibilidade de gerir o próprio tempo de trabalho segundo as diferentes modalidades, o que significa, em última instância, restituir ao agricultor a dimensão essencial da existência, que é o domínio do tempo (ALMEIDA (2009a, p.149).

A partir destas dimensões, a fala do agricultor demonstra autonomia, referente ao seu cultivo, ainda que sem nenhuma formação específica, relacionado com o setor da agricultura. Num espaço onde há horário para a prática da agricultura, principalmente quando se trabalha com a mão-de-obra paga, porém há sempre flexibilidade, mediante diálogo e a disponibilidade da pessoa que irá vender a sua força de trabalho.

Trata-se de um espaço em que o conhecimento “comum” é muito valorizado e há uma grande preocupação com a gestão da água. Isto porque o reflexo da seca e a necessidade da proteção da água é muito presente na vida dos agricultores, principalmente

¹⁸ Barce é um terreno plano, no vale de grande extensão, com uma variedade de produtos que são explorados essencialmente a partir da agricultura de regadio.

¹⁹ Ele referiu a terreno abandonado e rocheado, sem condições para a prática da agricultura.

²⁰ Equivale a 10 reais aproximadamente.

conhecendo a história do país e as fomes. E o agricultor (Ag, H2), realçou ao longo da entrevista que não se importou com o que as pessoas pensavam, pois ele acreditou no terreno e usou o que podia para tornar aquele solo propício para o cultivo. E, como bem realçou: Eu sou o doido aqui (Ag, H2). Esse ser doido, no sentido figurativo, realça a perseverança do mesmo, diante da estrutura agrária, ainda que com a descrença no setor agrícola, ainda que com a barragem. Isto porque, ainda que há todo o investimento por parte do governo, no setor da agricultura, as pessoas ainda não veem a agricultura como um espaço que possibilite uma melhoria das suas condições de vida. O que faz com que muito optem pelo êxodo rural.

A semelhança de outros agricultores da imediação da BFG reconhece-se o valor do trabalho na agricultura. Conforme a fala de um outro entrevistado: *O trabalho na agricultura é compensatório. Porque trabalho descansado, ao que me parece, ainda não existe! Pois há que cansar para poder alcançar (Ag, H1).*

Os agricultores (Ag, H1 e Ag, H2) fazem os trabalhos deles com uma mão-de-obra paga, que, na maioria dos casos são homens. Dos agricultores entrevistados nenhum deles receberam formação específica de órgãos superiores ou instituições que lidam com o setor da agricultura, como forma de os ajudar nas suas culturas, plantios e na avaliação de terreno ou de outro calibre relacionado com o setor.

Há todo um esforço dos agricultores na aquisição de equipamentos como motor e equipamentos de rega gota-à-gota, pois vêm a necessidade de poupar a água. Para a rega, um agricultor que não tiver motor, arca com o custo do aluguel, que é cobrado por horas de rega.

Anos após a inauguração da BFG, ainda não teve distribuição da água. Os agricultores ainda não pagam as despesas com a água, com exceção dos novos agricultores. Em toda a minha pesquisa, apenas um agricultor pagava pela água. Porém, ele tinha um motor, o que diminuía as suas despesas com a água para a irrigação.

Os agricultores são os responsáveis pela escolha de plantas para o cultivo nos respetivos terrenos. Conforme a fala abaixo:

Aposto no plantio de bananeiras, cana-de-açúcar. Eu tenho problemas de saúde e não posso usar química (sou de 7 meses) (risos), problema de peito. Porém, hortaliças dão mais resultados. Há tempos na ribeira, tivemos que doar às pessoas para não estragar. Mas, si tivéssemos um lugar no país para a entrega de produtos, os agricultores teriam muito mais vantagens. Falta na nossa terra. Importamos produtos, aqui não tem nenhuma conserva de produtos. Imagine se uma pessoa tiver uma boa produção de tomate, um lugar para colocar ajudaria muito quem produz (Ag, H2).

Eu cultivo bananeira, cana-de-açúcar, papaieira, tomate, mandioca. O que eu tiver planta e terreno disponível, eu planto (Ag, H1).

A autonomia camponesa trata-se de uma espécie de reivindicação, aspiração que se constrói no plano específico da produção, onde a escolha da planta é da responsabilidade única e exclusiva do agricultor. O que as falas dos diversos interlocutores demonstrou é que, no circuito produtivo, a primeira parte da produção os agricultores conseguem avançar sozinhos sem acompanhamento, porém, no circuito pós produção, a entrada no mercado é onde reside a maior dificuldade. Pois, não existe um lugar de entrega desses produtos ou de transformação dos mesmos. Muitos produtos estragam ou, caso contrário, eles têm que doar os produtos, como forma de minimizar o desperdício.

Com a BFG há um trabalho a ser feito por parte do Órgão Local, com vista a colmatar uma das maiores demandas da produção dos agricultores, que se trata do mercado para escoamento dos produtos ou estrutura que permite transformar os mesmos, crédito agrícola e cooperativa. Tida as condições que ajudaria os agricultores a investirem no setor. No decorrer do campo havia projetos em curso, porém nada ainda em concreto, como realçou o gestor público:

Tem projeto em restauro cooperativa Justino Lopes e toda a sua valência de antigamente. História de Justino Lopes onde exportava banana [uma das maiores cooperativas agro-alimentar, antigamente no país], que acabou com tempo. A ideia é restaurá-la de novo com toda a sua valência. Numa perspectiva privada entre a Câmara Municipal, Governos e trabalhadores que estão a explorar propriedades. O projetoterá um gasto elevadíssimo (V, H).

A semelhança da Barragem de Poilão que já vem dando os seus resultados, as boas práticas da mesma serão aplicadas na BFG. Conforme o discurso do gestor público do Concelho:

No caso da Barragem de Poilão sem dúvidas há impacto positivo, econômico, sobretudo na parte ajustante²¹. Eraefetivamenteseco, mas transforma e cada família ali tem uma parcela de cultivo e hoje para dados da Câmara Municipal de Santa Cruz muito dificilmente uma pessoa de Ribeira Seca solicita apoio na Câmara ou qualquer tipo de auxílio, porque tem o próprio rendimento para colocar filhos na escola, pessoas que exportam para a ilha. E Câmara investiu muito nesse modelo de rega ai, com projetos da CM, mesmo que conseguiram através da cooperação descentralizadas. Instalamos grandes parcelas de rega gota gota e isso dá muito mais resultado. Ideia é o mesmo para a BFG (V, H).

²¹Jusante é o termo é utilizado para se referenciar o decurso da água da barragem, isto é, o fluxo normal da água, de um ponto mais alto para um ponto mais baixo. As partes ajustantes se referem as diferentes localidades do concelho, que são maiores beneficiários da Barragem de Poilão. Isto porque a barragem se localiza na fronteira com o Concelho de São Lourenço dos Orgãos, que alberga assim, a parte montante da barragem.

A prática da agricultura é vista como um meio de autonomia para as famílias, pois muitas delas deixariam de sobrecarregar a edibilidade com as chamadas “ajudas”, ou seja, após com cestas básicas, pensão social, apoio para as despesas com as crianças em idade escolar e saúde. O que pressupõe que, a partir da agricultura as famílias conseguem satisfazer as necessidades básicas, investir na educação dos filhos e ainda entrar na cadeia de exportação dos produtos agrícolas para as outras ilhas.

No que concerne a gestão da água, os agricultores reconhecem a necessidade, porém admitem os gastos, pois há entraves na aquisição dos equipamentos. Por sua vez, o gestor público foi categórico: *Investimento em termos de materiais de rega vai ter. O ministro da agricultura foi claro, que não irão admitir que ninguém venha a usar água da barragem por alagamento (V, H).*

Enquanto isso, os agricultores vão adequando os seus meios, as suas práticas, a almejar a chegada da mudança. Em termos práticos (até abril de 2017), os agricultores afirmam não terem nenhuma formação nem informação.

A criação de uma associação de agricultores seria uma das estratégias que possibilitaria mais ainda a autonomia dos agricultores, porém ainda não existe uma nas imediações da BFG, consoante a fala de um entrevistado:

Eu não conheço nessa ribeira nenhuma associação desde que trabalho aqui, há 4 anos. Aqui eu vejo os agricultores muito descomunicados mesmo. É o seguinte: se eu apostar no tomate o outro agricultor irá colocar cebola, cana-de-açúcar, mandioca. Aqui, se eu coloco uma coisa, todo mundo vai colocar a mesma coisa. Há tempo que todos os agricultores colocam apenas mandioca e isso gera a baixa de preço. Se os agricultores variassem ou se tivessem comunicação entre si isso poderia ser evitado. E, se tivesse uma associação de agricultores que programasse as coisas para variar produtos (Ag, H2).

Os agricultores vêm a associação como uma via de resolução das suas dificuldades. Sem a mesma não existe uma via de comunicação, o que resulta em danos aos próprios agricultores. Eles são categóricos na afirmação da necessidade de um diálogo entre eles mesmos e que uma associação facilitaria muito o processo, que todos os agricultores seriam beneficiários e que diminuiria os custos com a produção, uma vez que não iam ter produtos a estragar e ainda teriam espaço de diálogo e troca de experiência entre eles.

Sobre a autonomia dos agricultores, o que pude constatar é que os homens são autônomos e trabalham sem esperar apoio de “ninguém”, e nesse quesito as mulheres são o oposto. O que pude perceber é que nenhuma das minhas interlocutoras se auto-declarou como agricultora, a semelhança dos homens.

Eu estou aqui, mas não estou a aguentar (...) é muita cansa e gastos. Eu tenho que “mimar” os meninos, porque ninguém quer trabalhar na agricultura (M, A2).

Eu procuro o meu pão de cada dia (...) no que aparecer, eu não tenho escolhas. No que aparecer (M, A3).

A fala destas mulheres demonstram as estratégias utilizadas na agricultura, baseada na “inter-ajuda” entre os membros da família, enquanto os homens utilizam a mão-de-obra pagapara os trabalhos agrícolas. O que faz com que os homens estejam mais na esfera pública, e as mulheres na esfera privada e familiar. Porém, cada agricultor, agricultora valida os seus conhecimentos na prática da agricultura, a partir das próprias condições e vivências. O que se intensificou com a chegada da BFG, com diferentes impactos para homens e mulheres.

4.3 As alterações nas relações de gênero: uma análise a partir das mulheres em *Casa para Todos*

Após vários contatos prévios que permitissem ter uma rede que facilitasse a minha aproximação com o meu campo de pesquisa, na Barragem de Figueira Gorda, pude fazer a minha primeira saída de terreno no dia 13 de Fevereiro de 2017²². Num percurso de Praia – Boaventura, em que se gasta 40 minutos de viagem até o centro da Cidade de Santa Cruz, de *hiace*²³.

Figura 6 - Transporte de Praia para Santa Cruz



²² Nessa parte empírica decidi narrar na primeira pessoa, para poder expor as minhas sensações ao longo da pesquisa de campo, assumindo a “autoridade” e “voz” que representa o ponto de vista da escrita.

²³ Meio de transporte público utilizado para o deslocamento de pessoas e cargas entre as cidades na ilha.

Registada pela Autora

Comecei a viagem muito cedo (8:00h) para poder conseguir um meio de transporte, uma vez que há horários fixos para saída de carros em Santa Cruz com destino a Boaventura. Previamente já havia combinado com a minha interlocutora em campo – M, A1. Ela me passou as coordenadas e me chamou atenção para a questão da pontualidade, porque quando não há carro para Boaventura, deve-se apanhar transporte com outro destino (Calheta) e ficar no caminho para completar o trajeto a pé, num total de 30 minutos, num caminho alternativo, em meio a plantações.

Cheguei no centro de Santa Cruz e ela (M, A1) estava a minha espera na paragem de Boaventura. Ali esperamos cerca de 1 hora, até o transporte público, neste caso um carro aberto de marca hilux, para completar o número de passageiros e cargas, para uma viagem de cerca de 20 minutos até Boaventura.

Figura 7 - Transporte de Santa Cruz para Boaventura



Registada pela Autora

O acesso à localidade de Boaventura se dá a partir de duas vias: para cima – que é uma estrada oficial, grande parte asfaltada e em boa condição, porém levando mais tempo. E a outra via é para ribeira – que é um estrada alternativade terra batida, que em época da chuva não é utilizada, por causa das enxurradas.

Figura 8 - Estrada de acesso a Boaventura



Registada pela Autora

Logo na chegada, fiquei impactada com a vista da Barragem de Figueira Gorda, que se parece um recheio no vale das montanhas. A curiosidade é eminente ao chegar na localidade: casas e plantas engolidas pelas águas, quantidade de água esverdeada é a primeira inquietação que dá nas vistas, conforme a figura 9.

Figura 9 - Vista da Barragem de Figueira Gorda



Registada pela Autora

Muito admirada com o cenário, a minha interlocutora, que conhece de perto a realidade dessas famílias, que foram obrigadas a deixar as suas casas por causa do empreendimento, me disse: *é isso!*, num ar de descontentamento e ao mesmo tempo de satisfação em ter a barragem na comunidade. Para quem chega a localidade pela primeira vez, desconhecendo a realidade das famílias a BFG é uma maravilha, porém para quem conhece e vivência as demandas do impacto do empreendimento a reação é outra.

Pois se trata de uma espaço onde as pessoas vivem da agropecuária, com vivências específicas e sem grandes poderio económico, que possibilite estabelecer em um novo espaço. Isto por se tratar de um contexto em que as práticas socioeconômicas das famílias apresentam aspectos particulares no que tange ao acesso, uso e gestão dos recursos naturais e formas de sociabilidades. Segundo Floriani et all (2014) a mudança nos mais diversos domínios (demográficos, econômicos, sociais e políticos) não conseguiu acompanhar a evolução e as transformações das sociedades, conduzindo à "modernidade". E com a implantação da barragem, afetou as dinâmicas das famílias, nas imediações da BFG, pois as transformações chegaram muito rápida. Isto porque a sua inauguração coincidiu com um bom ano de chuva no país e a barragem, em pouco tempo, já estava cheia.

Diante da imprevisibilidade da chuva, fez com que as famílias fossem deslocadas das suas residências, ainda que não houvesse uma "aldeia" conforme a promessa do

Governo, na altura do lançamento da primeira pedra da obra - BFG. Conforme realça o gestor público:

Nesse momento são 18 famílias que vieram de Boaventura, mas no total são 35. Tiraram as famílias que se encontravam em zona de maiores riscos. As restantes já ficam para a segunda etapa, porque prevê a construção de uma aldeia habitacional que fica em Achada Bebel, no qual já foi lançada a primeira pedra. Mas o projeto ainda não teve o seu arranque. Na altura foram retiradas de emergência, porque não estavam a contar com a possibilidade da barragem transbordar tão rápido. Foi um ano atípico e ninguém estava à espera. Isso foi uma emergência (V, H).

Aqui nós entendemos as barragens como objeto técnico e principalmente social, que lida com pessoas e suas ações e interações. Principalmente se tratando da água, em um contexto de carência, em que as famílias tiveram que se afastar de um território, onde se configura como espaço de organização social, resultante das relações de grupos de pessoas que compartilham uma identidade e bens simbólicos.

O que no mundo rural acaba por trazer a tona e analisa a nova ruralidade, como processo dinâmico em constante reestruturação de elemento da cultura local, tomando como princípio, as novas técnicas e hábito (RUA, 1993), que foram reforçado com a presença da barragem.

Pois, mais do que investimento na produção com a modernização da agricultura, as famílias foram impactadas pelo “novo vizinho”, e os direitos das mesmas deveriam ser salvaguardados. Em Cabo Verde, a Constituição da República no ponto 8 do seu artigo 82º, consagra os direitos da família onde destaca que:

A sociedade e os poderes públicos protegem a família e promovem a criação de condições que assegurem a estabilidade dos agregados familiares e permitam o cumprimento da sua função social e da sua missão de guardião de valores morais reconhecidos pela comunidade, bem como a realização pessoal dos seus membros (CABO VERDE, Constituição da República, 2010).

O Governo deve criar e definir todas as políticas necessárias que garantam as melhores condições às famílias. O caso destas famílias está confrontado com a condição de desamparo, insuficiência e vulnerabilidade, sem que o Estado e as demais instituições políticas ofereçam a atenção devida para os dramas das mesmas. E foi o que aconteceu diante do empreendimento na comunidade de Boaventura e Toril, onde a população sentiu diretamente esse confronto entre o Estado e os seus interesses.

Boaventura é uma zona do Concelho de Santa Cruz como total de 424 habitantes, dos quais 196 são do sexo masculino e 228 do sexo feminino, distribuídos por 85

agregados familiares, dos quais 44 são chefiados por homens e 41 por mulheres, conforme o quadro abaixo:

Tabela 2 - População residente e agregados familiares da zona Boaventura

Zona	Sexo	População residente	Agregados por sexo do representante	Idade			Activos com 15 anos ou mais
				Menos de 15 anos	Entre 15 e 64	Mais de 65	
BOAVENTURA	Total	424	85	166	233	25	77
	Masculino	196	44	72	112	12	53
	Feminino	228	41	94	121	13	24

Fonte: CABO VERDE – INE (2010)

A zona de Boaventura é descentralizada em 9 subzonas²⁴. A subzona de Toril tem um total de 189 pessoas do total, 78 do sexo masculino e 108 do sexo feminino.

Tabela 3 - População residente e agregados familiares da Toril

Subzona	Sexo	População residente	Agregados por sexo do representante	Idade			Activos com 15 anos ou mais
				Menos de 15 anos	Entre 15 e 64	Mais de 65	
TORIL	Total	72	14	23	43	6	19
	Masculino	37	9	9	25	3	17
	Feminino	35	5	14	18	3	2

Fonte: CABO VERDE – INE (2010)

²⁴As subzonas de Boaventura são: Boa esperança, Casona, Chã de Casa, Covão de Milagre, Cruz de Aguada, Fundo Cau Bajuda, Horta Nova, Orissinho e Toril.

Todas as famílias de Toril foram deslocadas para Casa para Todos²⁵, por falta de acesso à comunidade, com o aumento da água da barragem. E, da Boaventura²⁶, apenas duas famílias foram deslocadas. Possivelmente mais famílias irão, porém não na altura da realização do trabalho de campo. Com a construção da BFG, muitas famílias viram as suas vidas serem transformadas.

O Governo teve que criar políticas que “correspondessem e satisfizessem” as necessidades das famílias afetadas. Foram veiculadas várias notícias nos meios de comunicação social sobre o descontentamento das famílias perante as ações do Governo, principalmente com a demora na resolução dos seus anseios e cumprimentos das promessas feitas no início da construção da barragem (TCV, 2015).

No ato da inauguração da BFG o então Primeiro-Ministro - José Maria Neves, que prometera indemnizar as 30 famílias pela perda das moradias e do cultivo, provocada na construção da barragem, essas famílias viram as suas vidas a modificar. As famílias foram para outros alojamentos em meio a muitas reclamações e discórdias, uma vez que elas não estavam satisfeitas com a imposição do Estado, (TCV, 2015).

As 30 famílias que estavam na zona de alagamento, mesmo após a construção da barragem continuavam sem uma resposta do Governo, principalmente sobre o processo de realojamento. O presidente da Associação dos Moradores de Boaventura falou sobre a situação da população após a construção da Barragem de Figueira Gorda, no veículo de comunicação nacional de Cabo Verde, e mostrou a aflição da população, alegando que o Governo prometeu o realojamento e indemnizações pela perda de planta e terreno e não cumpriu. E que com o aproximar da época das chuvas as famílias encontravam-se aflitas, tendo em conta que poderiam ficar desalojadas (INFORPRESS, 2016). Ainda, ele acrescentou:

A reação por parte da população tem sido negativa, porque o Governo prometeu e não cumpriu. Inicialmente, disseram que iriam construir moradias em Achada Bel Bel, agora disseram que há problemas com o proprietário do

²⁵ O Programa Casa para Todos é um conjunto integrado de medidas de política, programas e ações orientadas para o combate ao déficit habitacional em Cabo Verde, alargando o acesso a todos os estratos socioeconômicos da população, onde todos os cidadãos que não possuem habitação própria podem concorrer. Para ter acesso ao programa, o agregado familiar é avaliado por rendimento em A (entre 0 – 60000\$00), B (60000\$000 à 120000\$00) e C (120000\$00 à 250000\$00). São construídas sobretudo apartamentos T2 e T3 (ou seja, com dois ou três quartos), com sala, casa de banho, cozinha e estendal, em zonas infraestruturadas, com acesso à eletricidade e água. Caso o número de pessoas do agregado familiar seja superior a 8, poderá ser analisada a possibilidade de atribuição de dois imóveis contíguos, lado a lado, e adaptados às necessidades do agregado. Deve neste caso a família poder pagar os custos fixados para essas duas moradias (CASA PARA TODOS – o seu sonho mora aqui, 2017).

²⁶ Se refere a uma subzona dentro em Boaventura. aqui mencionada não se refere à zona, mas sim a uma subzona específica na redondeza da barragem de Figueira Gorda.

terreno, e, a população está sem esperanças, sem uma resposta e sem uma luz no fundo do túnel. (...) Muitas famílias serão afetadas porque tem os seus pertences nessa zona, e por isso, defendeu que o executivo deveria ter uma outra sensibilidade para resolver esta questão. Não somos contra a construção da barragem, mas somos contra a forma como o Governo tem lidado com a nossa população para resolver esta situação (INFORPRESS, 2016).

Isto porque já havia passado cerca de 8 meses após o início da construção da barragem e ainda não haviam iniciado a construção das moradias e as famílias estavam preocupadas com o aproximar da época da chuva. Ainda, uma outra reclamação está relacionada com a indemnização das parcelas agrícolas reivindicadas pelos moradores de Boaventura, em função da construção da barragem.

Para Ferreira (2016), ao analisar os processos de implantação de barragens em Cabo Verde, a partir da expressão local *Barragi sta finkadu ma nós nu fika disariadu*²⁷, mostrou as dificuldades enfrentadas pelas famílias com a introdução da Barragem de Figueira Gorda. A promessa inicial de casa, na minha pesquisa de campo, em Abril de 2017, ainda não estava concretizada, passados mais de 2 anos após a inauguração da obra. As famílias deslocadas se encontravam abrigadas temporariamente em Casa para Todos, no centro de Santa Cruz.

Figura 10 - Casa para Todos de Santa Cruz



Fonte: Casa para Todos de Santa Cruz, (2017).

Ao chegar na Casa para Todos, encontrei uma senhora na escada que dá acesso para o primeiro andar da casa, a descascar feijão verde. Cumprimentei e me apresentei.

²⁷ Barragem já foi construída mas nós ficamos desorientados (tradução livre da língua cabo-verdiana) (Ferreira, 2016)

Falei o motivo de estar ali e perguntei sobre as famílias que viera de Boaventura e Toril e ela prontamente disse que ela é uma das muitas outras que moravam mais acima, apontando o dedo. Antes de mais diálogo disse ela: *Já vieram várias pessoas paraperguntar-nos sobre as nossas vidas aqui. Não és a única não! Há dias estava uma outra aqui, a nos perguntar. Eu quero que as coisas mudem (silêncio), para sair do papel (M, A4)!*

Numa altura que em Cabo Verde deu-se à mudança do Governo, após 15 anos, toda a população estava ansiosa para ver as mudanças e o cumprimento das promessas das campanhas eleitorais e as famílias deslocadas estavam nesta expectativa.

Tive que explicar que eu era apenas uma estudante a fazer pesquisa e que nem conhecia muitas coisas em Santa Cruz. Aparentemente descontente, a senhora levantou e me perguntou: *És de onde?* Respondi e ela disse que podíamos conversar e na sequência perguntei como que era a vida na Casa Para Todos e ela me disse:

Nos colocaram aqui, mas disseram para não trazermos nada (...), os nossos animais, o milho, tudo que precisamos está em Boaventura. Eu deixei todas as minhas coisas com o meu filho que permanece ali. Nós temos feijão para colher e precisamos ir todos os dias e pagamos carro. É 100 escudos para ir e voltar sempre. Eu tenho que acordar cedo para ir e poder render o trabalho, porque pagar carro atoa, não dá (M, A4)!

Esta senhora começou a mostrar as dificuldades que foram impostas, além das existentes em meio às incertezas num lugar novo, guiada pelo sentimento de abandono por da parte do governo e ao mesmo tempo uma reivindicação.

Em plena época de colheita de feijão - na agricultura de sequeiro, teriam que arcar com mais despesas, a fim de conservar os seus produtos. Em Cabo Verde, a colheita e conservação dos alimentos é um trabalho predominantemente sob a responsabilidade de mulheres. Teriam que acordar bem cedo e fazer o percurso, pois teriam horário, afinal o transporte é um problema para a localidade. Na conversa, perguntei o que ela esperava com a introdução da barragem e ela prontamente respondeu:

Barragem é bom (...), mas para quem não tem terreno para trabalhar é complicado. Eu tenho fé em Deus de que as coisas irão mudar. Eu faço a sementeira²⁸ e até hoje graças a Deus não me faltou nada. Sacrifico pelos meus filhos e nunca iremos passar fome (M, A4).

²⁸A sementeira normalmente acontece no mês de Julho, que coincide com a época da chuva em Cabo Verde. Nessa prática usa-se milho, feijões diversificados (feijão pedra, feijão bongolon, feijão congo e feijão sapatinha), abóbora e moranga e a margem disso cultivava-se ainda amendoim. Por vezes colocam pedra para evitar que as galinhas-do-mato danifiquem o plantio. Homens e mulheres desempenham funções específicas

Apesar do ideal da barragem, que visa impulsionar a agricultura de regadio, as famílias ainda estão mais focadas nas suas práticas agrícolas tradicionais. Afinal, não envolvem custos a mais, além dos com o transporte. O que aproxima muito da situação das mulheres do Charco, quanto a *apanha da areia*²⁹, ainda “que não se beneficiem diretamente sobre a esperança de uma boa colheita, sobre o sentido das limitações do humano, ou sobre um senso de justiça que atravessa temporalidades e planos do existir (VIEIRA e ROCHA, 2016, p.18). E com o empreendimento, as famílias reconhecem as vantagens da barragem, ainda que não estejam a ser beneficiadas diretamente. Dizem, *estamos na moda!* E este estar na moda consiste em estar na ordem do dia, principalmente para o Governo e para as pessoas de fora.

Porém, as mulheres deslocadas procuram-se integrar a essa nova vida na cidade e com novas dinâmicas. Pode se dizer que BFG, enquanto elemento não humano, contribui para que os humanos possam estabelecer novos laços diante de um novo pensamento. Neste caso, a vivência em um outro espaço – Casa para Todos. Conforme o depoimento de uma senhora que está nesta situação:

Aqui temos uma vida bastante diferente; temos muito mais vizinhança, mas mesmo assim (...) as vezes não temos alguém para ficar com crianças, porque aqui é diferente. É muita movimentação, carros toda hora... Quando vamos colher, temos que voltar rápido, porque as crianças têm que ir a escola e temos que fazer comida (M, A4).

Esta fala demonstra que o sistema de modernização agrícola não trata somente de renovação com incremento de equipamentos e novas formas de produção em si, mas que apresenta uma série de dificuldades para as mulheres neste contexto. E, como a autora Talashima (1994) realçou, o desenvolvimento de ações sinérgicas de apoio às famílias não se dá apenas na vida privada e tampouco somente na vida pública, pois as duas vertentes progridem numa e na outra. Porém, a realidade acaba sendo um pouco contraditória (até o momento).

O Relatório do Módulo uso do tempo e trabalho não remunerado em Cabo Verde de 2014 (INE, 2012) aponta que os cuidados recaem sobretudo nas mulheres e no espaço doméstico que, por sua vez, não tem um reconhecimento. As mulheres deslocadas e a

neste trabalho. A sementeira é uma atividade manual, onde os homens cavam um buraco no chão e as mulheres colocam as sementes e enterram.

²⁹No artigo Vieira e Rocha (2016) se designam a “apanha de areia” referindo à extração de areia e brita/cascalho dos mares e rochas. Embora considerada um crime ambiental, a atividade acompanha gerações e abastece a construção civil do país, com enfoque desde a perspectiva de mulheres do interior de Santiago.

BFG acabam por reforçar este índice. Num momento onde se fala tanto da abordagem de gênero na implementação das políticas em Cabo Verde e o país tem vários ganhos, porém *na agricultura a situação da mulher ainda é “muito difícil”*, conta Alayde Diaz, Técnica superior da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério do Ambiente, Recursos Marinhos e Desenvolvimento Rural (MADRRM), ao referir que as mulheres têm menos acesso às terras de regadio do que os homens (CVAG, 2009).

Nesse sentido, a lógica das barragens deveria estar preparada para entrar no círculo do mercado, mas, ao contrário, empurra as mulheres para o círculo de cuidados. E, ainda, a técnica do MADRRM destaca:

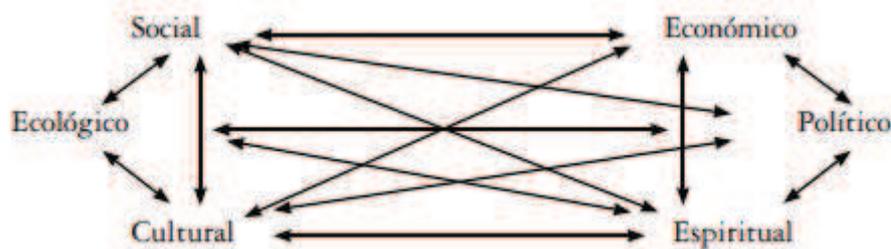
O maior desafio é esse: que a abordagem de gênero não seja apenas um instrumento de enfeite, mas sim um instrumento de planificação, que permita melhorar quer a situação da mulher, quer a do homem. No caso da agricultura precisamos melhorar, de facto, a situação da mulher (CVAG, 2009).

As mulheres em Casa para Todos têm uma área de lazer para as crianças brincarem, porém, têm receio. Mesmo que o trabalho que desenvolvem na agricultura fique longe, têm que redobrar as suas preocupações com as crianças, numa realidade totalmente diferente, com intensificação do trânsito, com o afrouxamento de laços de mútua ajuda e, também, por lidarem com muitas pessoas desconhecidas, aspectos que intensificam a dimensão de cuidados. Estas mulheres em Casa para Todos passam a reinventar o cotidiano, por via de reinterpretação contínua de seus valores e costumes de acordo com a vivência e experiência.

Diante do discursos de desenvolvimento sustentável que se encontra em pauta no país, as políticas estão a criar situações difíceis para os beneficiários dos empreendimentos de desenvolvimento – a BFG, pois não se colocam as questões sociais, principalmente, das mulheres em pauta na implementação das mesmas. Segundo Gil et al (2006), ao falar do desenvolvimento sustentável³⁰ deve ter em consideração as seguintes dimensões e interações segundo Gil et al (2006), conforme a figura abaixo:

³⁰O desenvolvimento sustentável se configurou como um conceito recente e complexo, que nos últimos anos vem ganhando cada vez mais espaço na esfera académico, bem como nos discursos dos governos através de planos, programas e políticas a nível global e local. Principalmente quando se trata de países com poucos recursos económicos, como é o caso de Cabo Verde. Segundo o documento Cabo Verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável: Relatório à conferência Rio+20 (2012, p.2) “O Relatório Brundtland de 1987 propôs uma definição do Desenvolvimento Sustentável como um Desenvolvimento que responde às necessidades das gerações actuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas. Responder às necessidades da humanidade na actualidade e no futuro, particularmente dos mais vulneráveis. Os modos de produção e de consumo que limitam a capacidade de resposta do ambiente devem sofrer profundas modificações. Esta definição foi retomada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro em 1992”.

Figura 11- Interações para o desenvolvimento sustentável



Fonte: Gil et all, (2006, p.18)

E acrescentam ainda:

a complexidade do conceito, e também perceber como o valor está intimamente relacionado com a intercomunicabilidade, uma outra temática também nuclear ao desenvolvimento sustentável. Esta temática tem a ver com a tomada de consciência da multiplicidade de reacções em cadeia que uma acção pode suscitar em diferentes áreas. Eis por que, quando se pensa em ‘desenvolvimento’, se não pode considerar isoladamente os aspectos sociais, os económicos, os ecológicos, os culturais, os políticos, ou os espirituais (GIL et all. 2006, p.18).

A partir BFG é possível criticar o modelo de desenvolvimento produtivista em virtude das preocupações ecológicas em detrimento do valor do trabalho doméstico, tema ainda incipiente em Cabo Verde. O que traz a tona a questão dos projetos de desenvolvimento e a forma como chegam em contextos específicos.

A autora Paulilo (2016) traz essa discussão sobre o desenvolvimento:

A noção do desenvolvimento contém um otimismo no sentido de que desenvolver é evoluir para algo melhor. Nem sempre se faz a pergunta: melhor para quem? Não se questiona quem são os beneficiários, porque há, implícita a ideia de que, embora a sociedade seja desigual (ninguém pode em sã consciência negar a pobreza), não é contraditória, no sentido de o bem de alguns depender do mal de outros. Permanece no conceito, assim, um caráter evolucionista que faz com que o pobre seja visto como alguém que não desenvolveu, fazendo recair sobre ele mesmo a responsabilidade por sua situação precária (PAULILO, 2016, p.341).

Para o caso da BFG vale ressaltar que o projeto, no que toca as questões de gênero, não se teve uma clara definição de foco com planos, “por acreditar de forma utópica na homogeneização de oportunidade entre homens e mulheres, ainda mais no espaço rural em questão. O que reforça as diferenças de oportunidade, que não foi pensado no projeto da BFG. Conforme realça Lima (2016):

Os grandes projetos de desenvolvimento rural continuam a reproduzir a lógica capitalista de concentração de capital nos novos espaços da produção, bem como no diferente acesso das classes rurais a terra e o conseqüente processo de expropriação e submissão ou expulsão dos atores rurais, cujos espaços têm seus territórios promovidos por uma reestruturação paradoxalmente benéfica e excludente ao mesmo tempo (LIMA, 2016, p.74).

E dentro desse circuito fica evidente na nossa sociedade, a forma como as políticas de desenvolvimento por vezes chegam nas pessoas. De todos os discursos, leis, programas e planos, é perceptível como a sociedade cabo-verdiana tem como o seu esteio as mulheres e por sua vez a forma como as políticas colocam elas sempre no espaço de família, ou seja no círculo dos cuidados. Essas mulheres têm uma lógica de relação social que encontra sob ameaça de deslocamento, de certa forma é um deslocamento mais profundo, para o espaço de micro-empendedorismo da agricultura. As mulheres mantêm-se na agricultura de sequeiro voltado para a subsistência das famílias, ainda que com a presença da BFG, pois a mesma não propicie condições. Pensar nas imediação da Barragem de Figueira Gorda, vale ressaltar que as políticas devem pensar no sujeito, nesse caso as mulheres, onde têm um lugar de vida, que faz parte de uma estrutura na teia social, que tem limite próximo no espaço público e privados e relação entre capitalismo e patriarcado. A barragem veio como uma alternativa para a resolução da falta de água, porém a nível do cuidado se manteve os mesmos desafios para as mulheres. Uma vez que as mulheres têm forte participação na micro estrutura da sociedade cabo-veriana, que está ligada a colonialidade do saber e do poder.

5 A PERSPECTIVA DECOLONIAL: “NOS NU TEM K SERTA TI SERTA”

Após um intenso diálogo com moradores, trabalhadores na *fornadja*³¹ e agricultores, fui para Casa para Todos com o propósito de perceber melhor a vivência dos deslocados no centro urbano. Nas imediações de Casa para Todos, a mesma senhora que se encontrava na escada, nos seus afazeres, relatou os desafios que estavam a viver no novo espaço. Ao longo da nossa conversa, ela expôs os seus desalentos perante a estratégia utilizada pelo governo em relação às famílias afetadas pela barragem. Mesmo descontente com as políticas após a BFG, a senhora vê alternativa e mantém-se esperançosas diante da situação. E, no crioulo, a expressão que a senhora utilizou foi - *Nos nu tem k sarta ti sarta*³² que significa, numa tradução livre, “temos que nos acertar bem/verdadeiramente”. A expressão utilizada demonstra uma esperança na alternativa entre a implementação da política de modernização da agricultura e a dos afetados pela barragem, de modo que todos as partes envolvidas diretamente no projeto pudessem sentir-se satisfeitos, principalmente no que toca à família. Entretanto, empreendimentos de modernização da agricultura implicam conflitos e divergências de interesses, e foi o que aconteceu com as famílias descoladas. A expressão utilizada este desencontro de interesse, o que gerou maiores demanda, principalmente, para as mulheres que viram diante de dinâmicas de praxis, porém a partir de novos espaços e com maiores exigências.

Com a demanda da BFG, as famílias não estavam satisfeitas, porque o acordo inicial não foi cumprido – o de construção de uma aldeia para os deslocados logo no lançamento da primeira pedra da construção da barragem. Nos meios de comunicação social, os agricultores chegaram a reivindicar publicamente os seus descontentamentos, mas até o momento da pesquisa, a situação mantinha-se.

A expressão utilizada pela senhora traduz o contexto cabo-verdiano, como é conhecido além fronteira, como um território de povo de esperança, que em meio às dificuldades, sempre acredita em dias melhores. Com as demandas da implementação da BFG, principalmente no que concerne aos atrasos com a moradia, com a disponibilização de água, com a recompensa com a perda dos terrenos, continua-se na expectativa de que coisas melhores virão e, sem grandes reivindicações, por parte dos moradores

³¹ Entendemos *fornadja* aqui naquilo que Carvalho (2009, p.143) definiu como “espaço de produção de grogue constituído por alambiques (equipamentos para destilação da aguardente) e “trapiches” (equipamentos para a moagem da cana sacarina)”.

³² Temos que nos acertar bem/verdadeiramente. Vale ressaltar que esta é a tradução mais próxima, porém, não traduz a essência no seu todo. Traduzindo assim, os limites da tradução.

(FERREIRA, 2016). Segue-se a expressão, há que acertar da melhor forma possível o acordo entre os resultados das políticas públicas e a reivindicação dos afetados.

Ainda que as políticas públicas são representação do Governo, que chega a espaços específicos, conforme a demanda, o caso da BFG gerou várias contradições, principalmente para as famílias deslocadas. Além das dificuldades dos dia-à-dia, teriam que incorporar uma nova vida na Centro da cidade, em prédios, sem os seus pertences, animais, angustiadas pela incerteza da casa própria e com o prejuízo (custo com o transporte) de ir e voltar para Boaventura sem uma previsão a nível do tempo para verem a situação resolvida. O que fez com que no final da implementação da BFG, com a chegada da chuva gerasse “revolta” pois, há um sofrimento e ao mesmo tempo desejos por dias melhores. Tendo em consideração a realidade das pessoas impactadas pela BFG.

Partindo desses pressupostos, segundo Mignolo (2010) a perspectiva decolonial visa o pensamento e a investigação de acordo com a possibilidade de se estabelecer a construção de modos de pensar e agir não eurocêntricos. E, sendo assim, aponta-se para a pluralidade dos contextos e a partir da sua construção como exterioridade do sistema mundo moderno, a ploriferação de resistências sociais e culturais à imposição de um padrão único de pensar e de agir, que representa o modelo civilizatório a ser obedecido (BRAGATO e CASTILHO, 2014, p.21).

As políticas desenvolvimentistas nos países “do terceiro mundo” não separam a modernidade da colonialidade (QUIJANO, 2005). O mesmo autor enfatiza que não há modernidade sem dominação e exploração dos países periféricos. E, Cabo Verde, enquanto um país com estas características, dependendo fortemente das ajudas internacionais, gerou uma história de ocultamento do processo de colonialidade.

E, conforme foi discutido no “Colóquio Internacional - Guerra, Memória e colonialismo: Histórias e Legados”, realizado na cidade da Praia, nos dias 23 e 24 de Fevereiro de 2017, ficou evidente que o grande mundo ainda vive os efeitos coloniais, violência, memórias coloniais e será sempre um campo de disputa de legitimação social e, desta feita, há uma necessidade de colocar em diálogo as memórias subalterna, onde o resquício da colonialidade continua muito mais presente do que se imagina, principalmente no caso específico de Cabo Verde. Os corpos femininos sobressaem nesses espaços de “subalternidade”, principalmente quando se trata do setor da agricultura, da posse de terra, dos cuidados e nos índices de pobreza.

E, como disse a senhora, com uma expressão muito profunda, que não se esgota na minha análise, há que acertar os pontos entre os resquícios coloniais, a implementação

das políticas públicas e a população beneficiária. Essa lógica de desenvolvimento rural fomentada pela barragem, que por sua vez está associada ao desenvolvimento da agricultura, acaba criando mais uma lógica de colonização para as pessoas nas suas comunidades. O que Lugones (2008, p.75) denominou de “sistema moderno colonial de gênero”, principalmente para as mulheres.

5.1 Território pós-colonial e a emancipação das mulheres

A dominação das metrópoles hegemônicas se atualiza em novos arranjos institucionais e em processos persistentes na manutenção dos benefícios, em que os “países subalternos” podem ser representados na perspectiva de um neocolonialismo (PEZZODIPANE, 2013). Isto contextualiza Cabo Verde, quando se trata da elaboração e implementação de políticas públicas, pois grande parte delas, nasceram de uma agenda internacional, ou são financiados pelos órgãos internacionais, que tem as suas diretrizes definidas às quais o país tem de adaptar as respectivas normativas.

Ao analisarmos os planos/programas escolhidos neste trabalho, este discurso se torna muito mais presente ainda. Uma vez que a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Atualização horizonte 2020 é da tutela de FAO e MDR; O Plano de Ação para o Desenvolvimento da agricultura na ilha de Santiago – 2009 -2012 é da tutela de MDR – FAO e também Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente II – 2004-2014; o Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento – 2015, é no âmbito da concretização do segundo Compacto do Millennium Challenge Account (MCA-II, acordado entre a República de Cabo Verde e os Estados Unidos da América – Governo e Agência Nacional de Água e Saneamento; O Programa para a Promoção de Oportunidades Socio-econômicas Rurais – 2012, sob a tutela financiado pelo Fundo Fiduciário Espanhol (FFE) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). E se tratando do Plano Nacional de Igualdade de Gênero (2015 - 2018), é da responsabilidade do Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Gênero (ICIEG). Porém, os dois últimos recorrem a apoio financeiro internacional para a efetivação das atividades presente no plano. O que não constitui um entrave para os órgãos internacionais, caso tenham interesses de colaborarem.

As grandes opções dos planos/programas analisados, partem do pressuposto de país pobre, que busca o desenvolvimento sustentável, com base na imagem e discurso de fora, o que faz juz a frase muito usada em Cabo Verde “um país aberto ao mundo”.

Sendo assim, há um amplo desdobramento para a crítica histórica e política das concepções de “modernidade”, “ocidente”, entre outras, desvinculando-se dos conceitos eurocêntricos, onde aponta para uma desconstrução da colonialidade do conhecimento, tendo em foco as experiências não ocidentais de organização social e ação política (RAMOS, 2015).

Conforme Meneses e Vasile (2014):

Ao longo das últimas décadas, os estudos pós-coloniais têm dado a conhecer, através de diferentes desdobramentos teóricos e implicações políticas, formas outras de ser e de estar no mundo, diversidade esta que tem conhecido um redobrado interesse em vários contextos, dos movimentos sociais à academia, em vários locais do Sul global (MENESES e VASILE, 2014, p.4).

A reinscrição de práticas de estratégias políticas, e de subalternização das mulheres particularmente, diante do discurso de modernização da agricultura, nesse contextos, permite-nos trazer à tona as relações de desigualdade e sujeição, o que possibilita estudar as relações entre sujeito e discurso e, ao mesmo tempo, coloca em jogo “produção discursiva daqueles/as que falam a partir de um entre-lugar discursivo e, por isso, policentrado, podendo a sua vez, fazer emergir uma perspectiva diferente” (RAMOS, 2015, p.40-41).

Cabo Verde é um território do chamado Sul global³³ e reflete heranças fortemente eurocêntricas, onde persiste uma hierarquia em relação aos saberes locais. O país continua na posição “em desenvolvimento”, o que o situa num lugar de dependência dos conhecimentos dos colonos, e estes constituem-se como “imposição” na realidade cabo-verdiana, principalmente quando se trata de elaboração e implementação de políticas públicas.

Menezes e Vasile (2014) enfatizam que há décadas que a centralidade do Norte global, expressão monocultural de ser e estar no mundo, tem vindo a ser posta em causa. É que toda a experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe a presença de várias epistemologias. Precisa-se entender como o mundo se territorializa

³³ Para a compreensão do conceito recorro à definição das autoras (MENESES e VASILE, 2014) onde enfatizam: “O Sul epistêmico coincide parcialmente com sul geográfico. O Sul global refere-se às regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte). A sobreposição não é total porque, por um lado, no interior do Norte geográfico vastos grupos sociais estiveram e estão sujeitos à dominação capitalista e colonial e, por outro lado, porque no interior do Sul geográfico houve sempre as ‘pequenas Europa’, pequenas elites locais que beneficiaram da dominação capitalista e colonial e que depois das independências a exerceram e continuam a exercer, por suas próprias mãos, contra as classes e grupos sociais subordinados” (MENESES e VASILE, 2014, p.4).

e como é que se faz o silenciamento. No nosso campo empírico, o território constitui-se como elemento essencial a ter em consideração, pois a BFG está a ser caracterizada como princípio de modernidade e há que olhar para o contexto demarcado pela sua história.

A BFG tida como um novo enfoque de desenvolvimento rural em Cabo Verde, demanda uma abordagem por unidade territorial. Segundo Carvalho (2006), essa abordagem é importante devido a grande diversidade desse espaço e se faz necessário considerar que as questões de desenvolvimento não podem e nem devem ser a mesma para todas as unidades territoriais. No caso, homens e mulheres são impactados de forma diferenciada pelo empreendimento. O autor chama a atenção para a não transposição de programas de uma realidade para outra.

Diferente da abordagem do espaço geográfico, o autor Raffestin (1993) aborda o território como substrato existente antes do território.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

O espaço político administrativo torna-se referência para esta concepção. Ainda Raffestin (1993) refere que ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Sposito (2004) citando Haesbaert (2004) analisa o território classificando-o em três vertentes:

1) Jurídico-política, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) cultural (ista), que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; 3) econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (HAESBAERT apud SPOSITO, 2004, p.18).

O território não é apenas uma área que se qualifica sob o poder político de um Estado, ou ainda, um espaço fronteirizado, mas “um espaço definido e delimitado por e a partir de múltiplas relações de poder” (SOUZA, 2001, p.78) que possui história e uma dinâmica, algo próprio, resultante de conflitos de apropriação, domínio e representação do espaço.

Pensamos o território (além de um campo multidimensional de espacialidade, sociabilidade e política) também “um campo de relações entre diversas territorialidades,

como no caso específico deste trabalho, entre aqueles do Estado, empresas privadas do setor e a população afetada” (CARVALHO, 2006, p.138).

A transferência de um lugar³⁴ para um local³⁵ produz para o indivíduo um leque de incertezas e indefinições em relação ao futuro. “A chegada a um outro local representa sempre, a chegada a um lugar estranho, um lugar que não se conhece, onde as relações sociais e econômicas estão, em boa parte, por serem feitas, (re)construídas” (CARVALHO, 2006, p.137).

O território que se pretende analisar a partir das práticas das mulheres é considerado aqui como algo em permanente mutação, que se constrói e reconstrói a partir das ações humanas com o espaço de sua existência, onde se estruturam as relações afetivas, de poder e de trabalho. A relação territorial que se pretende destacar aqui envolve certamente a dimensão simbólica de pertencimento, particularmente das mulheres e sua relação com a terra (LOCATEL e HESPANHOL, 2006).

Segundo Locatel e Hespanhol (2006), torna-se necessário mudar a perspectiva de análise do espaço rural e do próprio desenvolvimento para a elaboração de projetos e políticas públicas.

Tomando a imediação da BFG como um lugar, vamos refletir sobre a questão da emancipação das mulheres. Reconhecendo as desigualdades de gênero no setor da agricultura, reforçada pela construção da barragem no discurso de desenvolvimento, onde as mulheres são as mais afetadas.

Silva (2013, p.56) afirma que “a emancipação, enquanto um processo de intervenção política, que pressupõe mudanças significativas nas relações de trabalho, pois é através dele que o homem constrói as condições de existência” e a faz história. Mas, o trabalho, nos moldes capitalistas, o impede de se realizar plenamente, o que exige que novas relações de trabalho sejam construídas, nas quais solidariamente seja possível todos usufruírem do resultado da sua produção.

Para este trabalho, diríamos que as políticas públicas de modernização da agricultura, centradas no circuito do mercado, com o aumento da produtividade (FERREIRA, 2015), que por conseguinte seria a lógica capitalista, acabariam por impedir a plena realização das mulheres neste circuito. Elas não têm acesso aos meios de produção

³⁴ Entendemos o lugar enquanto “espaço de significação histórica e subjetiva para o sujeito” (Carvalho, 2006, p:139).

³⁵ Segundo o mesmo autor, o local seria “tão-somente determinada posição no espaço”.

e nem dispõem de tempo para dedicarem exclusivamente a esta prática. O que faz com que homens e mulheres tenham visão e resultados diferenciados no setor agrícola.

Como uma entrevistada realçou:

Eu não tenho condições! Eu não tenho terreno perto daqui (barragem). Onde eu trabalho não tem como levar a água. Para mim a água chegou, mas eu só vejo ela, pois não benefico dela.... Mas é bom... ajuda pessoas daqui. Pra trabalhar na agricultura precisaria de alugar terreno e teria que pagar homens para trabalhar. Nãooooohhh! É muito gasto, ainda mais por não ter um trabalho. Tenho vontade, mas não dá... Mais adiante quem sabe? Mas é difícil, eu sou mulher, na idade, mas com vontade de trabalhar (...) mas esse ramo é complicado para mim. Espero que apareça alguma coisa para nós, mulheres daqui (M, A3).

A fala desta senhora demonstra que a emancipação deve ser encarada como algo inerente ao sujeito, mediado por suas subjetividades. E, falar da emancipação requer pensar na questão econômica, política, social, cultural e da própria epistemologia. Para Giddens (1991, p. 155), é preciso [...] “reconhecer que a política emancipatória tem que estar vinculada à política da vida, ou uma política de auto-realização”. Segundo o autor, repensar concepções e princípios da modernidade, significa lutar para constituir meios para que os indivíduos sejam mais felizes. Neste sentido, “a política da vida se refere a engajamentos radicais que procuram incrementar as possibilidades de uma vida realizada e satisfatória para todos, e para a qual não existem outros” (GIDDENS, 1991, p. 155-156). Já para Tonet (2005):

A diferença de uma sociedade realmente emancipada consiste em que não haverá uma oposição antagônica entre os diversos valores. O que de modo algum significa que exista uma homogeneização absoluta deles, mas apenas que valores diversos não expressarão concepções antagônicas de mundo articuladas com os interesses de classes sociais, particulares por definição (TONET 2005, p. 175).

Em uma sociedade emancipada, a convergência e a divergência são partes de um mesmo contexto. O caso da BFG da forma como a política está a ser implementada, parece que há uma concepção de interesses de classe com base nas relações de gênero. Ainda que não seja o foco das políticas, mas a forma como as mesmas chegaram demarca mais ainda as desigualdades entre homens e mulheres no setor.

A política das barragens demonstra a sua colonialidade (Quijano, 2005), pois foram concedidas diante de espetacularização de relação com o espaço e não estabeleceram um nexos entre a relação de gênero, a vida pública e a vida privada dos seus beneficiários diretos. Poderia afirmar que a BFG entrou como um grande empreendimento de civilização de relação social, que distancia-se da natureza, que é onde

as mulheres já tem um domínio e ocupam este espaço - a agricultura de sequeiro voltado para a subsistência.

5.2 A (re) configuração do espaço social com a “mãe água”

A introdução da BFG gerou mudanças, não só a nível dos planos governamentais, mas também a nível da autarquia local bem como na vida das pessoas das diversas comunidades, situada nas proximidades do empreendimento. A água levou muitas expectativas para as pessoas das imediações da BFG e das demais ilhas.

Na minha última ida ao campo (12/04/17), durante a espera do transporte, no centro de Santa Cruz, um ajudante de carro da localidade me disse: *Estamos na moda; estás a gostar da nossa zona. Muitos turistas vêm conhecer aqui agora.*

A fala do jovem carregada de subjetividade, revela um pouco a nova dinâmica que é vivida nas imediações da BFG. Diversos curiosos, turistas e estudiosos escolhem o local a fim de conhecer e estudar e a oportunidade de conhecer as diferentes localidades nas imediações do empreendimento. Pessoas de longe que voltaram para o local para responder ao desafio impulsionado pelo governo, como é o caso do (Ag, H2).

Estávamos a caminhar na ribeira que ao mesmo tempo é uma estrada alternativa, rodeada de parcelas agrícolas, foi quando ele saiu do terreno agrícola, onde trabalha por conta própria, com uma enxada na mão, em meio a um sol escaldante. Muito simpático, conversou conosco, porque ele já conhecia a minha interlocutora privilegiada. Ele prontamente nos convidou para a casa dele que ficava do outro lado da estrada. Uma casa “improvisada” com um cômodo e poucos objetos de necessidades básicas. E, como ele mesmo diz: *é só pa gasadja kabeça*³⁶ (Ag, H2). Ele prontamente aceitou conversar conosco sobre a experiência dele, enquanto agricultor novo na localidade.

Eu trabalho na agricultura desde os meus 14 anos de idade. Eu trabalho no Estado – sou chefe de base em Santa Cruz, onde trabalho no Ministério de Agricultura, mas concilio com a agricultura há muito tempo. Eu trabalhava na Ribeira dos Picos, Ribeira Riba também em Saltos no terreno de uma senhora, até que agora estou a explorar o meu aqui. Com a chegada da “mãe água”, evidentemente mudou muita coisa a meu ver. No passado havia problemas de água, estivemos a limpar as fontes para tirar todas as lamas, mas mesmo assim, a água não deu para a rega. O meu cultivo... eu não deixei eles tirarem água para dar aos animais. Houve altura que não tinha água para a rega. Eu tenho um motor de 6 ponto 5, que funciona durante 4h de água. E até agora não teve nenhum problema. E isso tem um custo, porque eu compro água para a rega e combustível. Aqui uma parte não compra a água, tem pessoas que têm a água

³⁶Esta expressão tem diferentes significados. Pode ser que seja um espaço só pra dormir ou só para passar tempo, num curto período de tempo.

da Barragem, diques que sempre foi. Eu não sou daqui! (Abana a cabeça). Eu vim. Então eles têm água, cada dia e cada mês (Ag, H2).

Em Cabo Verde as pessoas estabelecem diversos tipos de relações com a terra. Há muitas pessoas da elite, que têm grandes propriedades no interior da ilha de Santiago e “colocam” outras pessoas a trabalharem e vão só buscar os produtos. Seja os trabalhadores médios, que tem uma porção menor e vão para plantar e colher. Essas vêm do interior e não desligaram dos trabalhos na agricultura, ainda que estejam na cidade.

O que mostra que o espaço social, principalmente o rural, constitui um sistema de significações que se revela em função do imaginário coletivo, porém com certa diferenciação entre os diferentes agentes, em função da terra. E o Concelho de Santa Cruz é muito forte no país nesse como é destacado pelo gestor público: *Acho que é visível os carros carregados que vemos diariamente a sair de Santa Cruz para a capital. Queremos aumentar, aumentar mais e sair para ilhas também (D, H).*

Porém para que lida com diretamente no setor, nem tudo está tão linear. Com a chegada da barragem, os agricultores tiveram que adaptar a uma nova organização. Isto porque os agricultores recém chegados têm que comprar à água. Já os antigos não o fazem, porque sempre utilizaram água de diques e em dias específicos e no momento usam a água da barragem, porém ainda não se encontra liberada oficialmente.

Nós não temos a liberdade na água em concreto. Nós temos a barragem cheia de água, mas não tem distribuição. Está ali acumulada, ano entrando e saindo. Já passou da altura mesmo. Se tivéssemos cada um com a sua água, em vez de gastar, ia parar o meu motor. O que seria menos custos nesta parte. Utilizava a água do Estado. Governo deve tomar medida, que impulsiona nele, porque somos nós (agricultores) é que ficamos perdidos. Foi retirado dinheiro e uma receita deve entrar. Assim haveria mais vantagens (Ag, H2).

De entre as dificuldades vale ressaltar o discurso cada vez mais presente no contexto cabo-verdiano, que é o do agronegócio. E chamar os agricultores para o mercado – que se configura com a lógica da barragem, seria uma tentativa de os controlar, pois teriam que abrir mão dos seus conhecimentos, entrar na cadeia produtiva, que segundo os dados nacionais, mais de 98% dos agricultores cabo-verdianos não têm uma formação. O que seria dizer que o agronegócio não supra todas as necessidades das pessoas impactadas pela barragem. Cabe ressaltar que nem todos os intervenientes desse circuito tem um espírito empreendedor. “As transformações que se operam na área, decorrentes da implantação de um novo modelo agrícola, têm provocado uma resignificação, não apenas das relações de produção” (LIMA, 2016, p. 75). Afinal num espaço caracterizado em causa, é caracterizado como pobre, o que consequentemente dificulta o acesso dos

agricultores e aos meios de produção. Diversos beneficiários do setor da agricultura não tiveram acesso a formação, onde o custo da água é cara, ainda que com o empreendimento passando 3 anos ainda não teve a liberalização da água.

A construção social do espaço é uma atividade simbolizante, onde inscrevem-se nele os efeitos provenientes da posição e da trajetória sociais (FERNANDES, 1992). O que vai ao encontro com o Ag, H2, pois com a chegada da BFG, as pessoas passaram a olhar o espaço de forma diferenciada. Enquanto uns olham como oportunidade para as pessoas de fora irem conhecer, outras tentam voltar para aproveitar a oportunidade que a BFG poderá levar. Nesse caso, aparecem dois pontos: que seria um olhar enquanto espaço para a produção através da agricultura, com a possibilidade de aumentar o rendimento e, por outro, como espaço para o turismo.

Esta visão vai ao encontro do argumento de Fernandes (1992), quando afirma que o ser humano constrói o espaço para o habitar ou de modo que lhe garante um bem-estar e lhe satisfaça alguma necessidade. E, neste espaço habitado ou não habitado, as relações prolongam as dimensões consideradas anteriores e crescem a sua significação que todos os envolvidos atribuem. A vida humana desenrola no quadro de coordenadas espaço-temporais. A fala do (Ag H2) demonstra a dimensão de prolongar as dimensões anteriores, quando começa a relatar as experiências enquanto agricultor em outras paragens com foco e ciente do que quer.

Quanto ao acréscimo de significação, a fala do jovem em Santa Cruz, demonstra este quesito, afinal, há uma procura das pessoas para conhecerem o lugar, tirar fotos e divulgá-lo. Muitas pessoas ainda vêem a chegada da BFG como uma oportunidade para agregar outras atividades econômicas.

Contudo, nem todas as pessoas têm a mesma visão do espaço social com a chegada da BFG, principalmente as mulheres, como relata o trecho de uma conversa com a (M, A1):

Autora - Barragem representa o quê pra ti?

M, A1 - É bom... É algo bonito para a nossa comunidade. Então temos que lidar com ela. Aqui nós somos agricultura e é claro que vai ajudar muitas pessoas.

Autora - Te sentes beneficiada com a barragem?

M, A1 - (risos). Quem? Eu não! Eu não tenho força... Não é por não querer, mas sim pelas condições... Aonde terei dinheiro para pagar aluguel de terreno, comprar os tubos e outras coisas? Eu espero que venha coisas para as mulheres.

Autora - O que seria coisas para as mulheres?

M, A1 - Negócio...

Como Fernandes (1992, p.98) realça:

O espaço social é definido por coordenadas dentro das quais se inscrevem isotopias e heterotopias, diferenças e conflitos, homogeneidade – heterogeneidade, diversidade – rarefação, necessidade – fruição, abundância – privação, liberdade – controle, consumo – frugalidade, poder – dominação, decisão – submissão, são as relações que traduzem a sua descontinuidade e as suas oposições inscritas em coordenadas binárias próprias da sua representação (FERNANDES, 1992, p.98).

E são esses conflitos que afetam as mulheres, quando se trata da barragem como um incremento para a modernização da agricultura. O termo heterotopia³⁷ criado por Michel Foucault (1984), no texto – De Outros Espaços - traz a questão essencial que pode ser adequada ao contexto da BFG, quando se trata das questões de gênero, com enfoque nas mulheres. O autor utilizou o termo para “notar que o espaço, o que nos surge como horizonte das preocupações, teoria e sistema, não é uma inovação; o espaço em si tem uma história na experiência ocidental e é impossível esquecer o nó profundo com o espaço” (FOUCAULT, 1984, p.1). Reforçando assim, ajuda de que ao longo da história “sempre existiu conjunto hierárquico de lugares: numa primeira instância os lugares imediato associado à vida real do homem, com dicotomia entre lugares sagrados e lugares profanos, lugares protegidos e lugares expostos, lugares urbanos e lugares rurais” (1984, p.1). E segundo Foucault (1984), apesar de toda a técnica desenvolvida de apropriação do espaço, apesar de toda a rede entre saberes que nos ajuda a delimitá-lo ou formalizá-lo, o espaço não foi ainda totalmente dessacralizado.

Em outras palavras seria dizer que as políticas de modernização agrícola, por via da barragem, esqueceram-se das mulheres e não se teve em consideração a estrutura maior da sociedade cabo-verdiana, que homens e mulheres ocupam espaços diferenciados e com o grau de prestígio diferenciado.

No setor agrícola, ainda que com a barragem, tida como uma oportunidade, as mulheres continuam na agricultura de sequeiro e na esfera de subsistência sem grandes alternativas de ascensão. A BFG fez com que as mulheres permanecessem na mesma situação e por vezes com mais sobrecarga de trabalhos e *stress*.

A forma como a BFG chegou, trouxe á público a forma como as políticas chegam em contextos específico e mudando toda as estruturas previamente estabelecidas. Como

³⁷A palavra heterotopia significa o espaço do outro. E para explicar o termo Foucault (1984, p.4) utilizou da “experiência de união ou mistura análoga à do espelho. O espelho afinal de contas, uma utopia, uma vez que é um lugar sem lugar algum. No espelho, vejo-me ali onde não estou, mas que sou uma sombra que me dá visibilidade de mim”. Podemos entender o a heterotopia como “uma descrição que numa dada sociedade tomará como objeto o estudo, a análise, a descrição e a “leitura” desde espaços diferentes, destes lugares – outros”. Sendo assim, a contextualização do espaço que vivemos simultaneamente mítica e real, esta descrição poderá ser intitulada de heterotopia” (1984, p.5).

foi o caso das famílias que tiveram que deixar suas casas e ir para Cidade de Santa Cruz. O que demonstra a dominação e o poder do Estado numa das estruturas mais importantes da sociedade – a família e a comunidade. Privando assim, estas mulheres e chefes de famílias da liberdade de escolha, pois tiveram instrução para para isso. Como reforça uma das entrevistadas: *Fomos trazidos para aqui e nos disseram para trazemos apenas o essencial. Nós não podemos fazer nada!* (M, A4).

Ainda que as famílias tivessem vontade de mudar, não dispõem de alternativas. Estas falas demonstram o quanto o mesmo empreendimento pode gerar visões tão diversificadas, o que demonstra claramente a questão da heterogeneidade. Estas visões diferenciadas exprimem o caráter natural do pensamento espontâneo, do conhecimento de uma primeira ordem, que se mantém no atual pluralismo existente no mundo contemporâneo (FERNANDES, 1992). No caso da BFG, a implementação da política, não teve em consideração essa pluralidade de olhar, principalmente nas questões de gênero.

Este é o caso da implementação da BFG, ao contribuir para permanência das desigualdades de acesso no setor, pois a representação cria estruturas e acaba por perpetuar a posição, a divisão sexual de trabalho entre homens e mulheres.

A heterotopia é um termo crucial para o entendimento das questões de gênero em Cabo Verde quando se trata da modernização da agricultura, num momento em que o país propaga o discurso da igualdade e equidade de gênero, com a criação de diferentes programas/planos, procurando, assim, a ideia do “uno”, de uma sociedade homogênea. Porém, na parte crucial, que é a da implementação dessas políticas - no caso as de modernização agrícola, acabam por afastar as mulheres dos espaços, o que acaba por reforçar as desigualdades, o que faz com que as políticas tivessem resultados contrários.

Sendo assim, a configuração social do espaço deve ser vista acima de tudo, “como uma atividade simbolizante” (FERNANDES, 1992, p.99), onde se inscrevem efeitos provenientes da posição e das diferentes trajetórias sociais.

5.3 “Barragem como meio a potencializar-se”

A implementação da BFG da forma como foi idealizada pelo Governo, tenciona mudar as práticas dos agricultores, garantir a gestão da água e contribuir para a segurança alimentar dos povos das ilhas. Porém, a realidade acaba trazendo a tona questões que inicialmente não foram alvo de análise por parte dos formuladores das mesmas políticas.

O empreendimento “afetou” a relação destas pessoas com a natureza, a divisão sexual do trabalho, trazendo a tona a ocupação de espaços diferenciados para homens e mulheres no setor agrícola e, ainda, espaço para se pensar num agroturismo local, com foco nas pessoas de fora.

O gestor público da Concelho é categórico quando o assunto é pós BFG, potencialidades e oportunidades que virão. Segundo o mesmo a barragem em si com água ali dentro é apenas uma infraestrutura; *não é um fim em si, mas sim um meio a potencializar-se (D, H.)*

Mesmo com os avanços técnicos a sociedade ainda não conseguiu tornar-se independente, em se tratando dos recursos naturais, a água da BFG confirma mais uma vez esta dependência. Afinal, a água é vista como fonte de vida e a natureza é vista como fonte de alimento. E, neste sentido, a lógica da BFG é aproveitar estas sinergias a favor do bem-estar das pessoas e manter uma natureza equilibrada.

A barragem, enquanto um elemento moderno e tecnológico, pode colocar em causa as questões ambientais ou há uma necessidade de tê-las em consideração. Pois, tudo depende da natureza, como realçou Branco:

O homem quer queira quer não depende da existência de uma natureza rica, complexa e equilibrada em torno de si. Ainda que ele se mantenha isolado em prédios de apartamentos, os ecossistemas naturais continuam constituindo o seu meio ambiente. A morte desses ecossistemas representará a morte do planeta (BRANCO, 1997, p.22).

Conforme os escritos de Mariano et all (2011, p:2) “a busca dessa ruptura na dependência homem/natureza as sociedades, baseadas no seu modo de produção, apresentaram vários discursos ambientais”, alguns baseados na preservação total da natureza, os preservacionistas ou ambientalistas, outros no uso racional dos recursos naturais, o ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável e outros.

Em Cabo Verde, com as barragens intensificou-se o discurso do uso racional dos recursos naturais – a água e o discurso em torno do desenvolvimento sustentável. E, no caso da BFG, o gestor público é categórico referindo a fala do Ministro do setor: *Não iremos permitir que os agricultores façam rega por alagamento (D, H)*. A gestão da água constitui-se como a idealização do empreendimento e, neste contexto, a ocupação dos terrenos com as novas práticas agrícolas com a idealizada modernização agrícola traz a tona o discurso ambiental. Conforme mostra a figura abaixo:

Figura 12 Equipamentos para a rega gota-a-gota



Registada pela Autora

Que por sua vez, tem um enfoque muito focalizado nos documentos oficiais, dentro da agenda de desenvolvimento sustentável. Segundo o o documento Cabo Verde no Contexto de Desenvolvimento Sustentável: Relatório à Conferência Rio+20 (2012), que teve a duração de 5 anos (2012 -2017), focaliza em aspetos como a maximização dos efeitos multiplicadores e a competitividade, assumindo o domínio ambiental como chave para equilibrar o processo do desenvolvimento, criando um quadro legal que se mostra bastante moderno e equilibrado, o que demonstra uma grande vontade pública em implementar compromisso assumidos ao nível internacional em Cabo Verde.

Dos quais os agricultores “estão condenados” a entrar. Porém, o esforço para o alcance do desenvolvimento, nesse contexto (da BFG), em que privilegia agricultura de regadiocria situações difíceis para os beneficiários do mesmo. O que por sua vez, afasta daquilo que Salomoni e Gerardi (2001, p.75) vêem como o ideal do desenvolvimento sustentável nos seguintes pontos: (1) a satisfação das necessidades básicas; (2) a solidariedade com as gerações futuras. E uma vez realça-se as questões das famílias e das mulheres, que após a construção da barragem, não tiveram uma resposta das demandas sociais delas.

Porém, se tratando da dimensão ambiental e a saúde pública, teve ações nesse sentido. Pois, colocaram peixe na barragem, de modo que evite a contaminação da água e ploriferação dos mosquitos e preocupação caso tenha animais mortos e lixos na barragem. O que mostra a “valorização” da dimensão ambiental. Porém, se ao se tratar do bem-estar das famílias, o mesmo não se procede.

O que abre espaço, nesse contexto para afirmarmos que o “desenvolvimento sustentável”, que tanto se fala, tem um enfoque prioritário paras as questões ambientais,

que reforça a ideia de uma agricultura virada para o mercado, com o aumento da produtividade com a infraestrutura moderna – a BFG.

E, segundo Mariano et al (2011, p.2), esses discursos apresentam algumas formas de enunciados da sociedade ocidental, afinal, o empreendimento (a BFG) é financiado no âmbito da linha de crédito cedida por Portugal, e tem como meta o modo de produção capitalista. Em Cabo verde, historicamente, estabeleceu-se uma relação sociedade e natureza, a qual foi determinada pelo ritmo do desenvolvimento econômico, formação dos/as agricultores/as em cada fase e com a BFG pode ser visto como um avanço para a degradação ambiental.

Segundo Bortolozzi e Perez Filho (1998), o desenvolvimento capitalista baseado no progresso, ou seja, a tecnologia a qualquer custo que se desenvolveu como dominação da natureza pelo homem, separando este último cada vez mais do controle do processo produtivo, destruiu e criou várias formas de apropriação da natureza enquanto mercadoria. Para os autores, isso gera as desigualdades e a divisão do trabalho no setor da agricultura.

A divisão do trabalho enquanto um conceito clássico e quase instituinte da Sociologia, tem perdurado através do tempo, sendo ampliado e reformulado com a transformação das circunstâncias históricas e novas perspectivas analíticas (SCOTT, 2010, p.72). O foco central da divisão do trabalho é a organização socioeconômica, o que para Marx (1998) é falar em formas de propriedade, porque a divisão do trabalho se dá entre quem concede e quem executa o trabalho, entre os donos dos meios de produção e os donos da força de trabalho. Durkheim (2008) retoma ao conceito sociológico da divisão do trabalho social, alegando diferentes tipos de divisão do trabalho sob a solidariedade social. O autor fala da “solidariedade orgânica” a “solidariedade mecânica”, considerando a primeira uma característica de sociedade “avançadas” e “técnicas” e a segunda distintiva das “primitivas”, baseadas no clã ou no parentesco.

Reportando para o nosso campo de estudo, poderia se falar dessas duas solidariedades, pois, dependendo do poderio econômico ou do tipo de trabalho usa-se solidariedade distinta, porém, há predominância da solidariedade “mecânica”. Segundo Saffioti (1976, p. 39) “atividade/trabalho, nas diferentes formas que assume ao longo da história, não é senão o resultado histórico da luta de homens e mulheres com a natureza no processo social de produção da sua vida”.

As concepções que se têm da consciência do que é trabalho, pode ser categorizado por uma série de dicotomias, especialmente a estabelecida entre o trabalho manual e o

trabalho intelectual, a que se estabelece entre a dominação do corpo e da mente, o que pode ser compreendida como uma alienação, no argumento de Marx.

Na prática agrícola na imediação da BFG o trabalho é fortemente demarcado pelo corpo, configurando, assim, uma divisão sexual do trabalho manifesta em vários relatos de agricultores sobre a utilização da mão-de-obra feminina na agricultura.

O Ag, H1 foi categórico quando questionado sobre o porquê da não utilização da mão obra feminina nos seus trabalhos agrícolas: *Mulher não consegue (abanando a cabeça, como sinal de negação). Isto não é trabalho para as mulheres. Trabalho de mulher é cuidar de casa e carregar pedra. Mulher não consegue (risos) (Ag, H1).*

Enquanto ele argumentava, os outros agricultores que estavam junto confirmavam com a cabeça os argumentos apresentados. Ainda um outro entrevistado questionado se trabalharia com a mão-de-obra feminina respondeu prontamente:

(...) não, não nãooooooooooooo. Trabalho meu é diário. É bicaite e quando é assim, contrato homens. Eu chamo as mulheres para carregarem o estrume, mas é muito de vez em quando. Mulheres, dificilmente são contratadas, para nunca. Trabalho aqui é cedo e vá até o meio-dia. Pessoas não trabalham até tarde. Mas se caso quiser pagar um dia de trabalho pode, porém a maior parte do trabalho é até meio-dia. (Ag H2).

Os próprios agricultores “determinam” a mão-de-obra a utilizar. Considera-se que há trabalhos específicos para homens e para mulheres. Os mesmos colocam a mulher exclusivamente nos trabalhos ligados a questões de cuidados, no círculo reprodutivo.

Porém, as próprias mulheres legitimam esta visão sustentada por homens. Pois as mulheres e são ainda maioritariamente na agricultura de seuqueiro. Pois as questões económicas aparecem como umas dos entraves, para a entrada na agricultura de regadio. Pois a mesma é caracterizada como trabalho “pesado”, o que constituem-se como argumentos para elas não entrarem neste mercado em pé de igualdade com o homem. Porém isso não quer dizer que elas não trabalham, pois o foco delas, está mais voltada para a satisfação das famílias.

A percepção que homens e mulheres que trabalham na agricultura têm da realidade é construída por meio das sensações do corpo e da relação que é estabelecida entre os sexos, e desta feita há uma necessidade de dicotomizar o trabalho para conseguir alienar o trabalhador, homens e mulheres, a questionar estas realidades, que fomenta o discurso das desigualdades sociais entre homens e mulheres no espaço rural. Conforme foi realçado pela Salvagni (2016) para o contexto brasileiro, que faz sentido para o cenário cabo-verdiano também.

Percebemos como central a necessidade de descortinar as identidades que se produzem nestas relações, especialmente ao âmbito trabalho-gênero através das narrativas que esboçam um movimento de performatização, o qual consiste na encenação de uma identidade social que esta mulher passa a considerar adequada para determinada situação (SALVAGNI, 2016,p.54).

E, ainda, a mesma autora acrescenta:

Assim, o que se cria neste espaço é o afastamento dela de uma identidade feminina, que até então lhe era atribuída, grosso modo, e ao mesmo tempo faz-se notar diferente em um espaço masculinizado. A diferença é, então, o que possibilita a criação de uma distinção para além da lógica binária e permite um significado próprio de identidade àquela mulher que, doravante, não se sente nem quer se sentir imbricada com as atribuições de gênero que lhe foram impostas, mas tampouco quer pertencer ou se vê como um homem; o que ela quer é efetivar sua jornada de trabalho como uma mulher que fez diferente das outras mulheres (SALVAGNI, 2016, p.54).

A mulher legitima este espaço da agricultura como “digno” do trabalho de homem, baseando na concepção binária de “trabalho leve” e “trabalho pesado”, o que “afasta” a mulher cada vez mais da agricultura. Ainda mais de tratando de uma realidade em que se abriu espaço para “potencializar” outras atividade fora da agricultura.

Dentro desta nova era, trazemos a discussão que se encontra na ordem do dia em Cabo Verde – o agroturismo. Com a chegada da BFG, os planos e projetos estão a ser perspectivado pela edilidade local e até mesmo os moradores estão a espera de mudança. Um processo de valorização do espaço pode ser explicado, muito sinteticamente, da seguinte maneira: a BGF é resultado de um processo de valorização do espaço, ou seja, de um processo onde se identifica o valor de um espaço – o potencial de uma bacia hidrográfica para gerar água e nela criou ou constrói um objeto com valor, que o valoriza (CARVALHO, 2006, p. 146).

Porém, é a isto que queremos dar ênfase neste exercício. Uma barragem tem um valor determinado pelo estado e outro valor bastante diferente, para as populações que efetivamente dependerão ou vivem dela.

Em uma escala macro (aquela atuação mais geral do Estado, que pensa a organização do espaço territorial nacional como um todo), a barragem tem um certo valor (que ao mesmo tempo, é ambiental político) contudo, em uma escala local (da população que efetivamente vive na área projetada para a construção da barragem), tem outro valor (subjetivo) como sítio e lugar de residência, sociabilidade e cultura comunitária ou, de outro modo, tem significação como espaço vivido, onde se mora, trabalha, socializa-se e faz projetos (CARVALHO, 2006). E deste fato resulta um conflito entre diferentes formas de valorização do espaço. Assim, “dependendo da perspectiva, da escala geográfica e do

ator, o mesmo objeto pode tanto representar uma valorização (na escala nacional por exemplo) como uma desvalorização (na escala local) do espaço” (CRAVALHO, 2006, p.146).

A valorização do espaço em torno da BFG pressupõe que o agroturismo apareça como um aliado nesse processo de agregar a mais-valia, além da água para a população local e para as pessoas de fora. Segundo o gestor público, já existe projeto em curso no nesse quesito.

Agroturismo - tem projeto que vai ser aplicado na parte jusante e a jusante da barragem. Toda as casas das pessoas que foram deslocadas vamos transformá-las em aldeia turística no espaço rural. Empoderar as pessoas de lá; acabar com a apanha de areia na praia. Ofereceremos atividades geradora de rendimento. Aquicultura – peixe na ribeira – são projeto para a bacia, ribeira concreto. 60 mil conto; apostar no turismo sustentável (V, H).

Entendemos o agroturismo como atividade que pode ser realizada na imediação da barragem, nas casas abandonadas, atividades culturais, paisagem, isto é, todas as atividades que poderão ser associadas à barragem e que poderão ser complementares para as atividades agrícolas realizadas por pessoas da comunidade. O agroturismo pode ser visto como segmento do turismo no meio rural. Neste sentido, o Vereador destaca, ainda:

O Turismo – será inclusivo porque serão essas pessoas que irão se beneficiar. Elas mesmas serão promotoras, pois irão ter formações e nós criaremos condições financeiras e reabilitaremos infra-estruturas que a partida pode ficar abandonada, mas iremos criar um conjunto de atividades em volta da barragem e não apenas ter a agricultura como foco, mas um conjunto de outras atividades que levam os turistas para ali. Então pessoas vão ser envolvidas no processo e ainda permite gerar as suas rendas (V, H).

Em Cabo Verde, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, o turismo tem uma contribuição evidente para o crescimento da economia nacional (CABO VERDE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2015a), caracterizando assim, como um setor importante para o país, porque o mesmo contribui com cerca de 20,1% dos postos de trabalho total do país em 2013, e pela evolução do PIB turístico, que cresceu, entre 2011 e 2014, 17,9%, valor superior ao do crescimento do PIB total (5,1%).

A semelhança de alguns eventos, um dos maiores, o Festival do Milho, que vem sendo desenvolvido em outras barragens, parece ser uma estratégia também para a BFG. Porém, muitas expectativas estão sendo criadas em torno do empreendimento. Pretende-se associar atividades culturais e voltadas ao turismo. E, segundo(D, H) *15 de junho, dia de Nossa Senhora de Boaventura e nessa festa aproveitamos festa, romarias. Promover cultura, música, animação como forma de potencializar a barragem também.*

Há toda uma preocupação em associar o turismo ao empreendimento, pois o mesmo poderá vir a ser uma via que possibilite algum rendimento para as famílias que foram deslocadas, principalmente para as mulheres. Como é realçado pelo gestor público, afirmando que as mulheres estarão no foco das políticas:

Apostamos na formação, com ação sucessiva da parte Camarária. Estamos a ver a maneira de negociar, microcréditos que possibilita as pessoas ter um negócio. Criamos mecanismos a nível institucional, que garanta créditos, que financiamos mulheres que tem ideia de negócio e que querem avançar. E as mulheres vivem da *apanha de areia*, na praia de coqueiro. Oferecer formações e equipamentos onde os maridos vão pescar e dar as vendedeiras. Nessa lógica para mostrar que há política clara relativa a questões de gênero, particularmente para as mulheres chefes de famílias aqui em Santa Cruz (V H).

A partir desses discursos, o que pode ser evidenciado é que apesar do esforço em potencializar e modernizar a agricultura, o foco não recai no setor. Como a minha interlocutora de campo realçou ao longo das nossas conversas, onde reafirma não ter paciência para a agricultura, que preferia trabalhar em outra área. O que é “reforçado” na forma como se dá a implementação das políticas, em que colocam homens e mulheres em espaços diferenciados, reforçando a divisão do trabalho com base nas construções sociais. O que torna este fato um elemento a ser observado, pois há uma clara determinação dos investimentos que irão ser feitos para as mulheres, em diferentes setores.

Há uma estratégia de integração do turismo cultural, o turismo no rural, o ecoturismo e o turismo comunitário e assim sendo a da minha interlocutora de campo, é nas atividades que poderão resultar do empreendimento, principalmente no turismo. Afinal, no país tem-se a ideia de que os turistas pagam bem e possivelmente poderá ser um trabalho menos cansativo do que a agricultura.

Associar o agroturismo a BFG poderá ser uma estratégia de atrair pessoas de fora para a comunidade, principalmente as da cidade ou estrangeiros, potencializando um contato direto com a natureza, com o ar puro e uma paisagem deslumbrante. A atividade de agroturismo surge como uma possibilidade de diversificação da prática agrícola tradicional, dando oportunidade de trabalho a membros de famílias, promovendo a valorização das comunidades e a diminuição do êxodo rural.

Esta perspectiva está a ser esperada com grande expectativa por parte da população.

O que foi revelado, em uma estadia na *fornadja*, espaço onde apenas os homens trabalham, onde passei horas ali para conhecer, mas também para conversar. Muitos dos jovens ali têm grande expectativa com a barragem. Como um deles disse: *Queremos que*

turistas venham mesmo. Eu serei um guia turístico, pois aqui é a minha ribeira. Somos únicos, ainda mais com essa água verde (13/02/2017).

Porém há uma preocupação com a questão da saúde da população, porque a água da barragem inala um mau cheiro, que não se sabe ao certo do que se trata. E a população apela às autoridades, uma medida, pois trata-se de saúde pública. A BFG possibilita assim, a conjugação da natureza/ambiente, com homens e mulheres e o agroturismo de modo que possa falar do tão aclamado desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever este trabalho, a partir do cruzamento das teorias com a perspectiva das mulheres agricultoras e dos agricultores, foi uma experiência desafiadora, porém prazerosa. Pude conhecer lugares, pessoas e ouvir relatos das experiências delas, a partir dos próprios significados construídos, as próprias agências e visões do mundo. E, trilhando pelo pensamento decolonial, que possibilita mudanças, além do campo do conhecimento científico, bem como a conservação do sistema mundo moderno/colonial (ESCOBAR, 2005) e suas diversas articulações com o local, principalmente na implementação de políticas públicas.

E, segundo os argumentos do Escobar (2005), podemos afirmar que o pensamento decolonial possibilita caracterizar os programas/planos, isto é, as políticas públicas de desenvolvimento rural, a partir da construção de barragens, apontando uma série de deslocamentos e problematizações, em formas dominantes de compreender a modernidade, tudo em nome do desenvolvimento. Sem se reconhecer que o próprio desenvolvimento não é algo adquirido nem algo fixo que se desloca em diferentes territórios, sem a sua devida contextualização.

E, como Anjos (2014, p.19) observa, em “se tratando da problemática de desenvolvimento, a revisão dos pressupostos epistemológicos são tão decisivas quanto

evidentes as imbricações entre ciências sociais e os exercícios públicos do poder em nome do desenvolvimento”.

Embarcar numa pesquisa no mundo rural, a partir das suas dinâmicas “impostas” em nome do desenvolvimento e como isso afeta as dinâmicas locais e, principalmente, a realidade das mulheres, foi uma das grandes motivações para o trabalho, que teve como objetivo verificar como as relações de gênero se relacionam com os enunciados de políticas públicas de desenvolvimento rural, por meio de barragens em Cabo Verde.

A pesquisa centrou num estudo de caso (YIN, 2001), a partir da Barragem de Figueira Gorda, no Concelho de Santa Cruz – Ilha de Santiago – Cabo Verde, erguendo assim os limites da possibilidade de conhecer a colonialidade que envolve a implementação de programas/planos de desenvolvimento rural, a partir da agricultura. O que acaba por “encobrir e também expõe a sua positividade do saber e do poder” (ANJOS, 2014, p.30).

Assim sendo, a etnografia foi a ferramenta metodológica utilizada para conhecer e compreender as dinâmicas sociais, diante do processo de desenvolvimento das mais diversas ações dos interlocutores e interlocutoras da pesquisa. Ainda, a etnografia de documentos foi utilizada para a leitura dos planos/programas voltados para o mundo rural, referente ao setor da agricultura.

Por acreditar que a pesquisa social, além de elucidar, permite-nos abrir novas discussões e construções de novas perspectiva na implementação das políticas públicas, que tenha em consideração reais, principalmente das mulheres no espaço rural. Espera-se que este trabalho contribua para questionarmos as diferentes posições, que são “naturalizadas” pelo Estado, que acaba dominando os corpos das mulheres no espaço rural, o que, a semelhança de todo o país, é fortemente marcado pelas heranças coloniais. Ainda mais se tratando da modernização da agricultura e num momento em que as questões de gênero se encontram em pauta em diferentes níveis, nacionais e internacionais.

Numa das saídas de campo, em conversa com uma interlocutora, ela conduziu-me ao termo “*nu tem k certa ti certa*”, que trouxe de forma sucinta o que se espera das políticas de desenvolvimento rural, a partir da BFG. Reconhecendo as vantagens do empreendimento, porém com um sentimento de que estão a ser esquecidos e prejudicados pela mesma política, principalmente quando se trata das famílias e mulheres deslocadas. A frase desta senhora manifestou de forma exemplar o que acompanhei na pesquisa de campo, mostrando a necessidade das políticas públicas voltadas para o mundo rural terem

em consideração as pessoas, principalmente a realidade das mulheres chefes de família, que viram as mudanças nas suas rotinas, com a chegada da barragem.

Mudanças para a Casa para Todos e permanências na incerteza do tempo, enfatizaram as características deste processo de desenvolvimento rural.

O território da BFG é um projeto realizado pelo Governo com o financiamento do Governo de Portugal e, ao mesmo tempo, é um desejo ainda para os agricultores, principalmente para as mulheres. Este foi o esforço que empreendi neste trabalho, enquanto mulher, com forte ligação com o mundo rural, num espaço em que as mulheres são protagonistas da organização familiar, de cuidado, tudo em nome da dignidade humana. Porém, todas as políticas rurais emergem vendo estes espaços como “pobre”, a água aparece como uma via para mudança em meio a sua escassez. Porém, passados anos após a inauguração da BFG, a mesma não foi liberada para os agricultores. O que gera descontentamento e prejuízo para o próprio Estado e, segundo um agricultor: *O Governo deve tomar medida, que impulsa nela (a água), porque somos nós (agricultores) é que ficamos perdidos. Foi retirado dinheiro e uma receita deve entrar. A água parada assim não tem nenhuma vantagem (Ag H2).*

O que refuta a ideia que se tem do agricultor “pobre”, que deve ser instruído a todo custo e que por vezes os “seus conhecimentos e práticas são questionados”. Os agricultores estão conscientes da necessidade de proteger os recursos – a água, como um dos elementos para pensar as questões ambientais. Pois todas as pessoas que trabalham na agricultura têm uma memória da seca em Cabo Verde, o que torna a água um recurso muito mais valorizado nesses espaços, à semelhança de todo o país, tanto na agricultura de sequeiro, como na agricultura de regadio, em diferentes territórios, ainda que de forma diferenciada.

O que torna necessário adotar o enfoque territorial nas políticas públicas e ampliar o foco, com vista a abarcar os múltiplos papéis desempenhados pelas várias expressões de agricultura. O que nos permitirá “olhar para eles como famílias rurais em interação com os respectivos territórios, tanto em termos de preservação de tecidos sociais, quanto no que se refere à relação com a natureza e a sustentabilidade ambiental” (GRISA e SCHNEIDER, 2015, p. 12).

A apresentação e caracterização das políticas públicas com foco na agricultura em Cabo Verde, na arena pública, apresentam uma forte conexão entre si, pois reconhecem mutuamente o papel da agricultura, o papel das mulheres na promoção da segurança alimentar, acesso à água e, conseqüentemente, à proteção do meio ambiente.

O PNIG (2015-2018), enquanto o documento máximo do país para a implementação da igualdade e equidade de Gênero, reconhece essas conexões, pois o mesmo aborda fortemente o Programa para a Promoção de Oportunidades Socioeconômicas Rurais – 2012 POSER, que é o documento máximo na promoção da Mulher e Mulheres chefes de famílias no mundo rural, a partir de diferentes áreas, além da agricultura. Aborda também o documento Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Atualização horizonte 2020, pois a segurança alimentar está fortemente sob o cuidado das mulheres em Cabo Verde no mundo rural, porém, ainda que este documento reconheça a importância da mulher, não aponta nenhum programa específico para elas no meio rural, no sentido de tirá-las da situação de pobreza e proporcionando condições que possam vir a gerar rendimentos e autonomia das mesmas. Por sua vez, o ICIEG, com o PNIG (2015 - 2018), tem vindo fortemente a focar nessa dimensão de aproveitar a sinergia das barragens como forma de incluir as mulheres no setor da agricultura, porém as condições e dados estatísticos nesse sentido são escassos, o que torna necessário que a exploração da barragem, tenha a análise social e de gênero em pauta. Os dados sobre as ações em curso (formação, informação, contratação de mão-de-obra para obras, microcrédito para atividades geradoras de rendimento), analisados desagregados por sexo, pois só assim, permitirá integrar medidas corretivas para uma maior participação das mulheres e seu acesso às iniciativas e recurso dos projetos (PNIG, (2015 – 2018).

Por sua vez, o Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento – 2015 (PLENAS), vem implementando o Projeto Água, Saneamento e Higiene (WASH) do MCA CV II, que está em curso desde 2012, com programa para 5 anos, que integrou uma perspectiva social e de gênero desde a análise da situação à formulação e implementação do programa e impulsionou a criação da Agência Nacional de Água e Saneamento que já está a funcionar em Cabo Verde, porém estão na fase de adaptação da gestão da água a nível nacional e na organização dos dados referentes a mesma, que terá gabinete específico para as questões de gênero.

Já o Plano de Ação para o Desenvolvimento Agrícola na Ilha de Santiago (PADA), que teve como objetivo primordial aproveitar de forma sustentável os recursos naturais com vista a aumentar a produção e produtividade agrícola da ilha de Santiago, o combate à pobreza rural e à insegurança alimentar, reconhece também a importância da mulher no setor, o que foi reforçado pela Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Atualização horizonte 2020.

O Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente II – 2004-2014 teve como objetivo encorajar o Governo para a criação de um ambiente econômico para o crescimento econômico e redução da pobreza, um crescimento respeitador do ambiente e equitativo. O PNIG (2015-2018) reconhece a situação das mulheres que vivem da *apanha de areia* (VIEIRA e ROCHA, 2016), que passou a ser enquadrada enquanto crime ambiental o que gerou desencontros com a realidade das mulheres chefes de família que tem esse ramo como o único meio de sobrevivência. Ainda, que tinha como uma das suas atividades “o reforço das capacidades nacionais para integrar a dimensão gênero nos programas de desenvolvimento” (CABO VERDE - PANA II – (2004-2014) 2004, p.45).

O PNIG (2015-2018), dentro de uma instituição sem representações fora da capital, sem uma equipe técnica e financeira, preconiza um plano numa visão inter setorial, porém sem grandes recursos para o setor e a demanda das mulheres no mundo rural. O mesmo tem parceria com o POSER, como ENSAN – 2020, a nível do setor da agricultura, porém com foco na barragem, mas ainda desconhece-se projetos com resultados nesse sentido. Todos os planos destacam o ambiente sustentável e o desenvolvimento como grande meta para mudar o país.

O que ficou evidente a partir dos programas/planos analisados é que os mesmos preconizam políticas públicas a nível macro e que chegam defasados nas localidades, pois o foco maior recai no setor econômico e ambiental, principalmente em se tratando da agenda de desenvolvimento sustentável, e deixam de lado a dimensão da dignidade humana.

Apenas 2 dos programas/planos analisados aparecem sem instituição internacional no primeiro plano - o Plano Nacional de Igualdade de Gênero (2015 - 2018) e o Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente II – 2004-2014. Porém, não quer dizer que não contam com as ajudas internacionais para a realização das suas atividades. Por sua vez, todos os outros planos (Plano de Ação para o Desenvolvimento da agricultura na ilha de Santiago – 2009 -2012; Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Atualização horizonte 2020; Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento – 2015; Programa para a Promoção de Oportunidades Socio-econômicas Rurais – 2012) estampam os parceiros internacionais como foco desde a concessão dos mesmos, o que se traduz na responsabilização de responder a uma agenda internacional, que por vezes se distancia da realidade das pessoas nas suas comunidades, isto porque, Cabo Verde é caracterizado com um país de “poucos recursos” e que depende fortemente das “ajudas internacionais”.

O PNIG (2015 - 2018) reconhece a necessidade da transversalização e igualdade de gênero nas políticas públicas em geral e para que a igualdade tenha efetivação e que possa ser transformador nas relações de gênero. Mesmo diante destas questões, Cabo Verde foi considerado pela Nações Unidas, em 2008, como um país de desenvolvimento médio, devido a muitos progressos alcançados pelos sucessivos Governos, que nos 42 anos da independência têm assumido políticas que visam melhorar as condições de vida dos cabo-verdianos.

A partir do caso da BFG, é inegável a (re) configuração do espaço social, com a chegada da “mãe água”. Porém, a chegada da barragem reforçou a não participação da mulher nesse setor. Ainda que as políticas de modernização da agricultura, por via de barragens, visem a sua inserção do circuito do mercado, as mulheres ainda não estão com espaço nesse ramo. O que revela a forma como o próprio Estado, através das suas políticas, reforça as desigualdades entre homens e mulheres nesses espaços. Diversos programas e políticas que carregam consigo fortes exigências, principalmente para “um empreendedorismo” local, ou uma própria atividade da população, desconsiderando o recente passado colonial e o alto grau de dependência resultante de políticas de dominação (MOASSAB e VIEIRA, 2010) que vem sendo implementadas como estratégia dessa agenda. O que silencia muitas vozes e gera subalternização de muitas mulheres, principalmente no contexto rural.

O discurso de desenvolvimento acaba contrariando a realidade, uma vez que as mulheres são chefes de famílias e estão “legitimadas” a ocuparem o espaço de reprodução e com a divisão de trabalho, que é marcado pela modernização da agricultura, criando indicativo para a ocupação de espaços diferenciados entre homens e mulheres. Com a lógica da modernização da agricultura, todos os mecanismos acabam sobrecarregando as mulheres em seus contextos de trabalho. No contexto rural as mulheres ainda vivem sob a pressão dos modelos de participação, gerado na forte presença do patriarcalismo como determinante de intermediação das relações humanas.

Essa agenda de desenvolvimento não contempla os anseios das mulheres, por ser uma agenda imposta de cima para a baixo e por vezes os beneficiários não querem ou não estão preparados para o desafio que são chamados, ou ainda por não disporem de condições econômicas para tal. Diante deste cenário, não veem uma perspectiva viável e segura para responderem à agenda do Governo. O Governo quer que a população das imediações de barragens e demais agricultores sejam empreendedores, que gerem uma atividade comercial, um negócio a ser regulado pelo mercado a partir da agricultura. O

fato é que muitos não estão preparados para lidar com as novas técnicas, com as novas imposições e novas lógicas de trabalho. E, chamar os agricultores para o mercado – que se configura com a lógica da barragem, seria uma tentativa de os controlar, pois teriam que abrir mão dos seus conhecimentos, entrar na cadeia produtiva, que segundo os dados nacionais, mais de 98% dos agricultores cabo-verdianos não têm uma formação.

Essa lógica de desenvolvimento rural fomentada pela construção de barragens que, por sua vez, está associada ao desenvolvimento da agricultura, acaba criando mais uma lógica de colonização para as pessoas nas suas comunidades. O que Lugones (2008, p. 75) denominou de “sistema moderno colonial de gênero”.

Conforme foi discutido, a participação é a alma do desenvolvimento sustentável. Porém, as instituições públicas têm uma tênue cultura de integração sistemática da abordagem de gênero nos seus setores e não adotam este paradigma na elaboração das análises de situação que informam os seus exercícios de planificação e orçamentação, ou na implementação dos seus programas e serviços, ao mesmo tempo que não existem mecanismos efectivos para a prestação de contas em matéria de integração da abordagem de gênero (PNIG, 2015-2018, p.62).

Apesar do quadro legal e regulamentar cabo-verdiano garantir a igualdade e não discriminação perante a lei, existem situações pontuais que podem ser melhoradas e matérias que justificam a introdução de medidas afirmativas, reconhecendo situações em que existe a necessidade de superar desigualdades. Vale ressaltar que no contexto onde se caracteriza como pobre, que as próprias políticas acabam entrando em contradição. Pois a barragem visa o desenvolvimento da agricultura, porém, os órgãos governamentais não disponibilizam créditos agrícolas para estas pessoas, visto que não há garantia do pagamento. As políticas são implementadas em contextos específicos, porém não se pensa no circuito, ou estratégia de incluir as pessoas das quais não dispõem de condições econômicas favoráveis. E, como diz o ditado, “não se pode ser aquilo que não se vê”, sendo assim, não podemos falar da igualdade de gênero quando numa área tão crucial para o desenvolvimento do país, as mulheres não estão a ter acesso.

Vale questionar como é que o estado enxerga as mulheres ou como as invisibiliza? A ideia seria de partidarização, entretanto as políticas de modernização da agricultura por via das barragens giram em nome do desenvolvimento e a forma como as mulheres aparecem nessas políticas é sempre na posição de subalternidade, em nome de um mercado e da produtividade. O que gira o Estado é o capitalismo, e essa lógica de modernização da agricultura, em Cabo Verde, coloca a mulher no espaço do cuidado e

no círculo privado. Uma vez que as políticas desconsideram o processo histórico, social e cultural do país.

E é no intuito de verificar como as relações de gênero se relacionam com os enunciados de políticas públicas de desenvolvimento rural por meio de barragens em Cabo Verde, dentro de uma agenda global que é desenvolvimento sustentável, que é necessário olhar a realidade e analisar, previamente, as reais demandas das pessoas. É a possibilidade de colmatar as mesmas, frente ao discurso de desenvolvimento, ainda que num contexto em que as questões econômicas e ambientais têm um foco prioritário, em detrimento das questões relacionadas com o bem-estar a dignidade humana das famílias e das mulheres, que são a estrutura basilar da sociedade cabo-verdiana.

Assim, a descolonialidade de conhecimento, que é o complexo de relações entre a colônia e metrópoles, é reforçada a partir de novos arranjos, em nome de um desenvolvimento a ser alcançado, com financiamento e implementação de diversos projetos. Assim sendo, a história mostra-nos que a autonomia e a dependência em Cabo Verde não são temas superados, e que o Estado perpetua estas práticas, que confronta a micro-estrutura da sociedade cabo-verdiana, que é da responsabilidade das mulheres.

REFERÊNCIAS

- ALIER, J. M. **O ecologismo do pobre: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. 2ª edi. São Paulo: Contexto, 2014.
- ALMEIDA, Jalcione. **A modernização da Agricultura**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil - UAB/URGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o desenvolvimento Rural de SED URGS – Porto Alegre: Editora da URGS, 2010.
- ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil/** Jalcione Almeida. – 2.ed. – Porto Alegre: Editora da URGS, 2009.a
- AMARAL, Ilídio. **Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens**. Lisboa: Junta de investigação do Ultramar. 1964.
- AMARAL, Ilídio. Cabo Verde - Introdução geográfico. In: **História Geral de Cabo Verde**. Coordenação de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos. Lisboa: Centro de Estudos de História Cartografias Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia: Direção Geral do Património Cultural de Cabo Verde; v-I, p: 1-22. 1991.
- AMES, B. **“Democratic Consolidation in Cape Vert: Round 3**. Afrobarometer. Pittsburgh (versão preliminar).2007.
- ANJOS, J.C. et all. Projetos de Desenvolvimento e populações locais: Experiências entre Cabo Verde e o Brasil. In. **Dossiê. Repocs**, v.13, n.26, jul/dez. 2016
- ANJOS, J.C. Espaços epistêmicos das ciências sociais na contemporaneidade. In: CONTERATO, G et all (ORG). **Pesquisas em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. vol.1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.
- ARTILES, Carmen. La Mujer Rural Caboverdiana – “Producción Agrícola y Capital Social”. In Carmelita Silva e Celeste Fortes. **As mulheres em Cabo Verde – Experiências e perspectivas**. Universidade de Cabo Verde, vol.4, Ed. Uni-CV, Praia Dezembro – 189-20. 2011.
- BARTOLI, Henri. Repensar o Desenvolvimento, Acabar com a Pobreza, **Col. Economia e Política 90**, Lisboa: Instituto Piaget, pp. 216. 2003.
- BORTOLOZZI, Arlêude; PEREZ FILHO, Archimedes Crise ambiental da modernidade e a produção do espaço: lugar do não cidadão. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 76, 1998. p. 3-16.

BENTO, S. **Barragens e sociedades: Contributo da teoria actor-rede (ANT)**. SociusWorkingPapers N°03. Lisboa: ISEG. 2011.

BULTO, T. Muito familiar para ignorar, muito novo para reconhecer: A situação do Direito humano à água em nível global. in **O direito à água como política pública na América Latina : uma exploração teórica e empírica** / editores: José Esteban Castro, Léo Heller, Maria da Piedade Morais. – Brasília: Ipea, 2015.

BRAGATO, Fernanda e CASTILHO, Natalia. A importância do pós-colonialismo e dos estudos descoloniais na análise do novo constitucionalismo latino-americano. In: VAL, Eduardo e BELLO, Enzo (Orgs.). **O pensamento pós e descolonial no novo constitucionalismo Latino-americano**. [recurso eletrônico] - Caxias do Sul, RS: EducS, 2014.

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate**. (Coleção Polêmica) São Paulo: Moderna, 1997.

CABO VERDE: “Abordagem de Gênero não é um instrumento de enfeite, mas de planificação” (CVAG). Cooperação CPLP e FAO. Praia, 2009. Disponível em <<http://cplpfao.blogspot.com.br/2009/09/cabo-verde-abordagem-de-genero-nao-e-um.html>> Acesso em: 29 Mai.2017.

CABO VERDE COMPACT (CVC). (2017). Disponível em:<<https://www.mcc.gov/where-we-work/program/cabo-verde-compact>>. Acesso em. <https://www.mcc.gov/where-we-work/country/cabo-verde> 18.Mai.2017.

CABO VERDE. INFORPRESS – Agricultores aflitos com a situação após a Barragem de Figueira Gorda. Disponível em: <<http://www.inforpress.publ.cv>>. Acesso em: 10 set.2016.

CABO VERDE. MDR. BFG – Barragem de Figueira Gorda. Disponível em: <<http://www.mdr.cv>>. Acesso em: 12 set.2016.

CABO VERDE. Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território. **Perfil urbano da Cidade de Pedra Badeja** (MAHOT, PUCPB). Setembro, 2013.

CABO VERDE. Assembleia Nacional. Resolução nº 10/2015 de 20 de Fevereiro de 2010. **I SÉRIE — NO 13 «B. O.» da República de Cabo Verde**. 2015.

CABO VERDE. Constituição (2010). **Constituição da República de Cabo Verde: 2ª Revisão ordinária**. Assembleia Nacional. 4ª ed. Praia. 2010.

CABO VERDE. **Cabo Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável - Relatório à Conferência Rio+20**. junho, 2012.

(CABO VERDE, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE): **Anuário Estatístico 2015**. Praia, 2015a.

CABO VERDE. **Plano Director de Água e Saneamento. a 25 anos da ilha de Santiago e Avaliação e Ambiental e Social Estratégica (AASE) CV**. MCA II Cabo Verde II. 2016.

CABO VERDE. **Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza III (DECRP III) - (2012-2016)**. Praia, Governo de Cabo Verde, 2012.

CABO VERDE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Censo. 2010.

CABO VERDE - **Plano Municipal de Desenvolvimento Local - Santa Cruz - Projecto “Descentralização Municipal e Desenvolvimento Local: Agentes de Desenvolvimento Local para a luta contra a pobreza”**. S/D.

CABO VERDE – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL (MDR): **V Recenseamento Geral da Agricultura – Manual do agente recenseador**. Gabinete do V RGA, 2015a.

CABO VERDE - MDR: **Mobilização e gestão da água. Como foi e onde estamos?** INFOMDR. Boletim informativo. Edição no6 – Julho de 2015.

CABO VERDE - DIREÇÃO GERAL DA AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA (MADRRM). **Relatório do Estudo do Desenvolvimento Rural Integrado das Bacias Hidrográficas da ilha de Santiago** da República de Cabo Verde. Dezembro de 2010.

CABO VERDE - **Document du Fonds International de Développement Agricole POSER**. La république du Cap-vert Programme de Promotion des Opportunités Socio-economiques Rurales (POSER): document de conception de projet. RAPPORT No. 20 juillet 2012.(Tradução minha).

CABO VERDE. INSTITUTO CABO-VERDIANO PARA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÊNERO (ICIEG) – **Plano Nacional de Igualdade de Género 2015-2015 Cabo Verde**. Praia, 30 de novembro de 2014

CABO VERDE. Ministério do Desenvolvimento Rural (MDR) - **Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Atualização Horizonte 2020**. Praia, abril de 2014.

CABO VERDE. **Plano de Ação Nacional para o Ambiente 2004-2014**. Ministério do Ambiente Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, Praia, Fevereiro de 2004.

CABO VERDE. Ministério do Ambiente Desenvolvimento Rural e Recurso Marinhos **Plano de Ação para o Desenvolvimento Agrícola da Ilha de Santiago 2009-2012.**, Praia 2009.a

CABO VERDE. Ministério do Ambiente Desenvolvimento Rural e Recurso Marinhos (MADRRM). **Plano de Ação para o Desenvolvimento da Agricultura na ilha de São Nicolau**. 2009 – 2012, Praia, 2009.b

CABO VERDE - **Relatório Diagnóstico do Setor de Água e Saneamento em Cabo Verde**. Novembro. 2007.

CARVALHO, Orlando. **Água sobre a terra: lugar e territorialidade na implementação de grandes hidroelétricas**. Dissertação apresentado no Instituto de Geociências – Programa de Pós-graduação na UFRGS. 2006.

CARVALHO, Carla. “Fornadja, Campo e Casa: Espaços em Transformação. O caso da Ribeira de Principal”. In **Ensaio etnográficos na Ilha de Santiago de Cabo Verde: processos identitários na contemporaneidade**. Organizado por Maria Elizabeth Lucas e Sérgio Baptista da Silva – Praia, Santiago, Cabo Verde: Edições Uni-CV; Porto Alegre, RS, Brasil – 141-181. 2009.

CASA PARA TODOS – o seu sonho mora aqui, 2017. Disponível em: <<https://portondinosilhas.gov.cv/images/igrportal/img/documentos/20F9082956003A80E053E600040A867C.pdf>> Acesso em: 01 Jun. 2017.

CASA PARA TODOS DE SANTA CRUZ. Google Imagens. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Casa+para+todos+de+Santa+Cruz+Cabo+Verde&dcr=0&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwig84uW09LYAhUIEJAKHWp6Cx4Q_AUICigB&biw=1024&bih=479#imgsrc=RB2xY9sPFUg6OM:> Acesso em: <https://www.mcc.gov/where-we-work/country/cabo-verde> 18.Mai. 2017.

CONTERATO, Marcelo e Fillipi, Eduardo. **Teorias de desenvolvimento**. UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para Desenvolvimento Ural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009.

DAL SOGLIO, Fábio. **Agricultura e sustentabilidade**. Fábio Dal Soglio e Rumi Regina Kubo; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/ UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009.

DEHESA, Amaia. **Análisis socioeconômico de gênero: impacto de las políticas agrarias en Cabo Verde**. Trabajo Final del Máster en Sostenibilidad, na Universitat Politècnica de Catalunya, Junio, 2012.

DESCRIÇÃO GERAL DO MCA CV II (DGMCA). Praia, 2012. Disponível em <http://www.mca.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=11&lang=pt>. Acesso em 18. Maio. 2017.

- DUARTE, Adelcia. **Direitos das mulheres e Políticas Públicas em Cabo Verde (1991-2011)**. Análise a partir do Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Gênero. Dissertação de Mestrado em Serviço Social apresentado Instituto Superior Miguel Torga. 2012.
- DURKHEIM, Êmile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- DIEHL, Robert. **Agricultura geral**. Coleção Técnica. Livraria Clássica Editora, Lisboa. 1984. 579p.
- EASTON, D. **A Framework for political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.
- ESCOBAR, Arturo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.
- FERNANDES, António. **Espaço social e suas representações**. Comunicação apresentado ao VI Colóquio Ibérico de Geografia. Porto, 14 a 17 de setembro de 1992.
- FERREIRA, V. Barragem sta finkaduma nós nu fika disariado: Espaços de Afrontamento entre as dúvidas do presente e as incertezas do futuro na **Dossiê Repocs**, v.13, n.26, jul/dez. 2016. comunidade de Boaventura, Figueira Gorda, Ilha de Santiago – Cabo Verde.
In:
- FERREIRA, V. **Conflitos e Participação no Uso da Água da Barragem de Poilão, Ilha de Santiago, Cabo Verde**. Cidade da Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 2015.
- FERREIRA, José e e TOSTES, José. A. Elementos para pensar o desenvolvimento sustentável. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 8, n. 1, p. 123-141, jan.-jun. 2015
- FIALHO, M. Observação e interpretações sobre populações rurais em regiões de pobreza: etnografia e experiências de campo. In. RADOMIK, G et all (ORG). **Pesquisas em desenvolvimento rural: técnicas, base de dados e estatísticas aplicadas aos estudos rurais** – Volume 2. Editora da UFRGS, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **De Outros Espaços**. Conferência proferida no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967 (Publicado igualmente em em Architecturales, Movement Continuité, 5 de 1984). Disponível em: <https://aufklarungsofia.files.wordpress.com/2011/06/outros_espacos.pdf> Acesso em: 29 Maio.2017.
- FURTADO, Cláudio. **A Transformação das Estruturas Agrárias numa Sociedade em Mudança- Santiago, Cabo Verde**. 184 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

FURTADO, Manuela. **Incompatibilidade de gênero: o aniquilamento de vidas femininas no conselho de São Miguel – Cabo Verde**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde, Praia, Novembro DE 2013.

FLORIANI, Dimas et all. Conflitos socioambientais: Territórios, Saberes, Práticas Materiais e Gestão da Natureza em Populações Tradicionais e com Agricultores Familiares do Paraná. Ruscheinsky Aloíso et all (Orgs). **Atores sociais, conflitos ambientais e políticas públicas**. Jundiaí, Paco Editorial: 2014.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GIL, Helena (Org.) et al. **Educação para a Sustentabilidade**. Guião da Sustentabilidade para a Educação – Carta da Terra. Lisboa: Ministério da Educação, 2006.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, p. 13-41.1989.

GOMES, Lourenço. Povoamento e Organização da Sociedade no Arquipélago de Cabo Verde. IN: Tese de Doutoramento em História intitulada: **Valor Simbólico do Centro Histórico da Praia – Cabo Verde**. Porto, Universidade Portucalense. 2008.

GONÇALVES, Maria. **Estados pós-coloniais na África e a Institucionalização de Políticas ambientais: derivas e importação de políticas em Cabo Verde**. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em desenvolvimento rural– PGDR da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS Porto Alegre. 2013.

GRISA Cátia e SCHNEIDER, Sérgio. **Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 2015.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2a ed. Campinas, Instituto de Economia (IE)/Unicamp, 1998.

GROSGOUEL, Ramon. **Dilemmas of United States Ethnic Studies: Identitarian Multiculturalism, Disciplinary Colonialization and Decolonial Epistemologies** », Universitas Humanística, no 63-, p. 35-48. juin 2007

HUNTINGTON, S. The third wave: democratization. in the: **Late Twentieth Century**. University of Oklahoma Press, 1991.

ICIEG. **Mulheres e Homens em Cabo Verde. Factos e Números**. 2012

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Inquérito Multi-objetivo contínuo – 2012. Relatório do Módulo Uso do Tempo e Trabalho não Remunerado em Cabo Verde**, 2012.

KINGDON, John. **Agendas, alternatives, and public policies**. 3 ed. Nova York, Harper Collins.(2003 (1984)).

LAMOUNIER, B. **Determinantes Políticos da Política Agrícola: Um Estudo de Atores, Demandas e Mecanismos de Decisão**. Brasília, DF: IPEA, 1994.

LASWELL, H.D. **Politics: Who gets what, whom e how**.Cleveland:Meridian Books, 1936/1958.

LIMA, Valdenir. **Territorialização do agronegócio e resistência camponesa**.Mercator, Fortaleza, v.15, n.1, p. 73-86, jan./mar, 2016.

LINDBLOM, C.E. **The science of muddling through**. Public AdministrationReview. 19: 78-88, 1959.

LOCATEL, Celso e HESPNHOL. António. **Mudanças de paradigma e a nova concepção de desenvolvimento rural**. II Encontro de Grupo de Pesquisa – 20 a 22 de junho de 2006.

LUGONES María. **Colonialidad y gênero. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia**, No.9: 73-101, julio-diciembre 2008.

MACAMO, Elísio. **“A constituição de uma sociologia das sociedades africanas”**. Estudos Moçambicanos, 19, p. 5-26. 2002.

MALDONADO-TORRES Nelson. **Pensamento critico desde a subalteridade: os estudos etnicos como ciencias descoloniais ou para a transformação das humanidades e das Ciencias Sociais no século XXI**. Afro-Ásia, 2006.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **Seminário internacional de pesquisa e estudos qualitativos, 2, A pesquisa qualitativa em debate**, Bauru, 2004. Anais..., Bauru: SIPEQ, 2004. 1 CD.

MARIANO et all. A relação homem-natureza e os discursos ambientais. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume 22. p. 158-170. 2011.

MARQUES, R.; GERVÁSIO, J.; & ALMEIDA, J. **Desenho do novo Quadro Institucional do Setor de Água e Saneamento em Cabo Verde**. 12.o Congresso Da Água / 16.o ENASB / XVI SILUBESA, 2014.

MARQUES.I.M. Marta. O conceito do espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, A 18, n.19 – p. 95-112- Jul/Dez, 2002.

- MARX, Karl. “Capítulo XII: Divisão do trabalho manufaturado” in **O capital, livro I**, vol.1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- MAZOYER, Marcel. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Marcel Mazoyer, Laurence Roudart; [tradução de Cláudia F. FalluhBalduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 1933.
- MEAD, L. M. **Public police: vision, potencial ,limits.Policy**. Currents,1-4, fev, 1995.
- MELO, Milena. Direitos humanos e cidadania. In: **Lunardi.G; Secco.M. Fundamentação Filosófica dos Direitos Humanos**. Florianópolis: UFSC, 2010.
- MENESES, Maria e VASILE, Iolanda.Introdução (Orgs). In: Desafios aos Estudos Pós-Coloniais As Epistemologias Sul-Sul. **Ces Contexto**. Debates.Nº 05. Maio de 2014.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da descolonialidade. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.
- MIRANDA, José. **Constituição de masculinidades num contexto de crise do pescado: uma abordagem etnográfica em Rincão, Santiago, Cabo Verde**. Dissertação de Mestrado a apresentar ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde. 2013.
- MOASSAB. Andréia e VIEIRA Miriam Steffen. **Análise de gênero nas áreas protegidas de Cabo Verde**. Consultoria. Dezembro de 2010.
- MONTEIRO, Eurídice. **Mulheres Democracia e Desafios Pós-Coloniais: uma Análise da Participação Política das Mulheres em Cabo Verde**. Edições UNICV. 2009.
- MOREIRA, Evandra. **Gênero e Desenvolvimento rural: Mulher e a Agricultura nas Imediações da Barragem de Poilão**. Apresentado a universidade de Cabo Verde (Unicv) para a obtenção do Grau de Licenciatura em Ciências Sociais, 2014.
- NEVES. Fabrício et all. A modernização da agricultura e os eixos temáticos. In ALMEIDA. Jalcione. **A modernização da Agricultura**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil - UAB/URGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica –Planejamento e Gestão para o desenvolvimento Rural de SED URGS – Porto Alegre: Editora da URGS, 2010.
- OLIVEIRA, Teresa. As possibilidades de produção do conhecimento: **África em foco. Estudos de Sociologia**. [online]. vol. 2, n. 2014.
- OLIVEIRA, Leandro D. A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: Notas para Reflexão», **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, v. I, n. 2, p. 33-38. 2005.
- PALMEIRA. M. **Modernização, Estado e Questão Agrária. Estudos Avançados, São Paulo, USP, v.3, n.7, p. 87 -108, set/dez. 1986.**

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006.

Consultado em 19 set. 2016.

PAULILO, Maria. **Mulheres rurais: quarto décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

PINTO, Teresa e ALVAREZ, Teresa. **Introdução. História, história das mulheres, história do gênero**. Produção e transmissão do conhecimento histórico. *exæquo*, n.º 30, 2014, pp. 9-21.

PETERS, B.G. **American Public policy**. Chatham: ChathamHouse, 1986.

PEZZODIPANE, Rosane. **Pós-colonial: a ruptura com a história única. Simbiótica**, Ufes, v. ún., n.3. junho – 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, p. 84-130. 2010.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**, ano 17, n. 37, p. 4-28, 2002. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/OPmj2S0l/anbal_quijano_-_colonialidade_.html>.

Acesso em 11 de Julho de 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Daniel. **Quilombolas de Beco dos colodianos: identidade, diferença e territorialidades**. 1.ed – Curitiba: Appris, 2015.

RIBEIRO, Adelia. **Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmopolitização moderna**. Civitas. Porto Alegre v. 14 n. 1 p. 66-80 jan.-abr. 2014.

RODRIGUES, Nélida. **Políticas Públicas e Desenvolvimento da Agricultura na ilha de Santiago - Cabo Verde**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

ROMANELLI, G. A entrevista antropológica: troca e alteridade. In: ROMANELLI, G. BISOLIALVES, Z. M. M. **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998. p. 119-133.

ROSA, Quiara. **Cabo Verde: Das políticas Públicas aos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio**. Trabalho de Projeto para obtenção do grau de Mestre em GPP – Gestão e Políticas Públicas apresentado ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. 2014.

RUA, João. Algumas reflexões sobre o espaço agrário. In RUA, João et al., (Org) **Para ensinar Geografia**. Rio de Janeiro, Accesses Editora. 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade; prefácio de Antônio Cândido de Mello e Souza. **Petrópolis: Vozes**, 1976.

SALAMONI, Giancarla e GERARDI, Lúcia H. O. Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar. In GERARDI, L. H. O e MENDES, I. A. (Org.) . **Teoria, técnicas, espaços e atividades – temas da Geografia Contemporânea**, V., Rio Claro: AGETEO, pp. 73-96. 2001.

SALVAGNI, Julice. **As caminhoneiras: uma carona nas discussões de gênero, trabalho e identidade**. Tese apresentado no Programa da Sociologia da UFRGS. 2016.

SANDOVAL, Ana e SANTOS, Luís. **Estudos Decoloniais e Filosofia Africana: Por uma perspectiva outra no ensino da Filosofia**. Revista Páginas de Filosofia, v. 6, n. 2, p.1-18, jul./dez. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: Boaventura de Sousa Santos (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: ‘um discurso sobre as ciências’** revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-821.

SEGATO, Rita. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. e-cadernos ces18. Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical.2012.

SESSÃO PLENÁRIA SOBRE O “OS DESAFIOS NO SETOR AGRONEGÓCIO”(SPS). Ministro da Agricultura, Gilberto Silva. Jun. 2017. Disponível

em:<<https://www.facebook.com/MpD.Cabo.Verde/videos/10155516306629722/>>.

Acesso em: 28 de jun. 2017.

SILVA, Etevaldo. . O sentido e o significado sociológico de emancipação – **revista e curriculum**. São Paulo, v.03.p751-765 set/dez 2013.

SILVA, Carmelita de Afonseca. **Trajatória de Mulheres Vítimas de violência conjugal: análise a partir das mulheres que vivenciam o drama**. Praia, Programa de

pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde (dissertação de mestrado). 2009.

SIMON.H. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: Usaid, 1957.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: Hochman, G.; Arretche, M. e Marques (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

SCOTT, Joan. **Sociologia: conceitos chaves**. Rio de Janeiro. Zahar, 2010.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, pp71-99, 1995.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

TAKASHIMA, G. M. K. O desafio da política de atendimento á família: dar vida ás leis – uma questão de postura. In: KALOUSTIAN, S. M. **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994.

TAVARES, J.C. Admilson. **A adequação dos modelos de habitação social à população. O programa “Casa para Todos”, Cabo Verde**. Dissertação de mestrado defendida na universidade de Lisboa. Lisboa, FA, Ulisboa, Abril de 2016.

TCV. Jornal da Noite (Moradores de Boaventura, na BFG, interior de Santiago, pedem realojamento). Praia. RTC, 04/11.2015. Reportagem.

TEXEIRA. Fleury et all. **Autonomia como categoria centralno conceito de promoção de saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, 13(Sup 2):2115-2122, 2008.

TONET, Ivo. Educação, cidadania e emancipação humana. Ijuí: Unijuí, 2005.

Universidade de São Paulo – USP. **Biblioteca virtual de Direitos Humanos**. Declaração Universal dos Direitos da Água – 1992. São Paulo, [2017]. Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-universal-dos-direitos-da-agua.html>>. Acesso em 18 de maio de 2017.

VARELA. Larissa. Desafios ao Direito Humano à Água e a sustentabilidade dos serviços em Santa Cruz, Cabo Verde. **Ambiente & Sociedade** n São Paulo v. XIX, n. 41 n p. 209-228 n jan.-mar. 2016.

VARELA, Odair. **“O repto da ‘diversidade de conhecimentos’ em Cabo Verde: do colonial/ moderno ao moderno/ pós-colonial.** e-cadernos CES, FEUC, n.º 2. 2013.

VEIGA, José. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura.** Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2000.

VIEIRA, Miriam Steffen; ROCHA, Eufémia Vicente. Gênero e ambiente no interior da ilha de Santiago/Cabo Verde: a apanha de areia desde mulheres chefes de família. **Política e Trabalho**, n. 45, 2016.

VIEIRA, Miriam Steffen, MOREIRA, Evandra Cristina. “Já não aguento mais!” violência de gênero e acesso à justiça na ilha de Santiago. In: ROCHA, Eufémia Vicente; VIEIRA, Miriam Steffen. (org.). **Mobilidade acadêmica e deslocamentos de perspectivas.** 1 ed. Praia/CV; Porto Alegre: Edições Uni-CV; Editora da UFRGS, 2016. p. 113-125.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropologia em meio a processos judiciais. In: **Antopologia das práticas do poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações.** Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho, António Carlos de Souza, Carla Costa Teixeira (Orgs) – Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014.

YIN, Robert. **Estudo de caso - Panejamento e métodos.** (2 ed). Porto Alegre: bookman. 2001.